

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

FERNANDA NEVES QUEIROZ

**JORNALISMO DE DADOS E POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS VEÍCULOS AGÊNCIA PÚBLICA, GÊNERO E NÚMERO, NEXO
JORNAL E THE INTERCEPT BRASIL**

UBERLÂNDIA

2023

FERNANDA NEVES QUEIROZ

**JORNALISMO DE DADOS E POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS VEÍCULOS AGÊNCIA PÚBLICA, GÊNERO E NÚMERO, NEXO
JORNAL E THE INTERCEPT BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de
Jornalismo da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Mirna Tonus

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Q3
2023 Queiroz, Fernanda Neves, 2000-
JORNALISMO DE DADOS E POLÍTICA NO BRASIL: [recurso eletrônico] : UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS VEÍCULOS AGÊNCIA PÚBLICA, GÊNERO E NÚMERO, NEXO JORNAL E THE INTERCEPT BRASIL / Fernanda Neves Queiroz. - 2023.

Orientadora: Mirna Tonus.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Jornalismo.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Jornalismo. I. Tonus, Mirna, 1968-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em
Jornalismo. III. Título.

CDU: 70

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

FERNANDA NEVES QUEIROZ

**JORNALISMO DE DADOS E POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS VEÍCULOS AGÊNCIA PÚBLICA, GÊNERO E NÚMERO, NEXO
JORNAL E THE INTERCEPT BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de
Jornalismo da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Mirna Tonus

Uberlândia, 20 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Mirna Tonus - UFU

(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula de Moraes Teixeira - UFU

(Examinadora)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Romeiro Paulino - UFSC

(Examinadora)

A minha mãe que sempre acreditou em mim
e tornou esse sonho possível.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória na graduação não foi, nem de longe, como eu sonhei tantas vezes que seria. A começar pela escolha do curso, que desde o ensino fundamental já parecia consolidada e nos últimos meses do ensino médio se tornou um espaço de incerteza, mas, hoje, sei que nenhuma profissão juntaria tão bem todas as várias coisas que eu gostaria de fazer como o jornalismo. Durante esses quatro anos e meio, eu fui muitas “Fernandas” e todas elas foram essenciais para o meu amadurecimento e para as escolhas profissionais que carrego comigo. Sinto que essa profissão me escolheu antes que eu percebesse, quando meu avô me dizia que queria que eu fosse repórter e tempos depois descobri e pude ver que isso era uma possibilidade; hoje ele não está aqui para ver isso, mas essa memória deixa esse universo profissional mais doce.

Sem dúvidas, além da minha força e do meu crescimento, várias pessoas foram primordiais para que eu ousasse sonhar e concluísse essa graduação. A primeira delas é a minha mãe, Sirlene, que desde que eu me entendo por gente me mostrou que a educação é o caminho para pessoas como nós e que eu sou capaz de realizar o que eu quero. Ela é a pessoa que mais confia e torce pelo meu sucesso e, mesmo de longe, isso foi fundamental durante a minha formação. Tudo que existe de bom em mim é por causa dela e tudo que eu faço de bom no mundo é para ela.

Por sorte do destino, eu me cerquei de mulheres fortes e incríveis durante esse caminho e, sem elas, a mudança de cidade e de vida seria extremamente dolorosa. Por isso, minha gratidão infinita a minha prima e segunda mãe Elaine, que com sua risada e acolhimento sempre deixou a minha rotina mais leve e cheia de amor. Ela ressignificou o sentido de lar para mim e, com certeza, tem uma parcela enorme em tudo que eu sou hoje. Agradeço também a minha prima Alice, que é mais uma irmã mais velha, sempre com os conselhos certos na ponta da língua, o abraço (raro) que sempre vem nos momentos necessários e pela cumplicidade, estou com você até o fim.

Minha gratidão e respeito ao meu tio Vandão, que foi fundamental para que essa graduação fosse possível. O carinho, a confiança na minha capacidade e o entusiasmo dele pelo poder da educação são muito importantes e tornam esse caminho mais leve. Agradeço também ao meu pai, César, de quem eu carrego muitas características que me ligam ao lado “contadora de histórias” do jornalismo e que também exerceu um papel importante para que essa graduação acontecesse.

Aos meus cinco amigos que caminharam comigo desde o primeiro mês de faculdade a

minha eterna gratidão pelas memórias construídas, pelas trocas, pela ajuda nos momentos de dificuldade e pelos trabalhos que criamos juntos. Vocês foram essenciais nesse período e um alívio para toda a loucura que é uma graduação, torço pelo sucesso de cada um. Meu carinho e respeito pelas amizades que não se originaram na universidade, mas que fazem parte de quem eu sou hoje e que, muitas vezes, sonharam esse momento comigo. Em especial a minha amiga Carol, sempre presente, comunicativa, despachada e com as palavras certas nos momentos necessários. Ela foi meu ponto de paz em diversos momentos e me mostrou que a vida está sempre além do que a gente imagina, confio em você e sei que você pode ser o que quiser.

Sempre tive muita sorte e encontrei professores incríveis, que me ajudaram e incentivaram em diferentes etapas da vida estudantil, carreguei muitos deles comigo e procuro honrar o que me foi ensinado. Agradeço aos docentes da faculdade que em muitos momentos fizeram meus olhos brilharem de admiração e que me ensinaram tanto, primordialmente a minha querida orientadora Mirna, com o jeitinho acolhedor, sereno e sempre muito preciso em cada contribuição, ter você neste período foi uma decisão acertada e que tornou esta monografia possível. Também faço menção a professora Ana Paula, que por meio de uma tela já demonstrava o seu carinho, paciência e vontade de ensinar, acredito que conhecê-la nesse momento foi um grande presente do destino.

Por fim, não posso deixar de citar a minha maior companheira e melhor remédio para todas as emoções conflitantes que surgiram durante a escrita deste trabalho: minha gata Capitu. Ela coloriu meus dias e mostrou a potência e a pureza do amor dos animais.

“Nós, os que escrevemos, temos na palavra humana, escrita ou falada, grande mistério que não quero desvendar em meu raciocínio que é frio”.

(LISPECTOR, 2020, p. 88)

QUEIROZ, Neves Fernanda. **Jornalismo de Dados e política no Brasil**: uma análise comparativa dos veículos Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil. 2023. 133 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Jornalismo, FACED, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RESUMO

Esta monografia aborda como o Jornalismo de Dados é utilizado enquanto fator de informação na esfera política pelos veículos Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil. A partir de diferentes referenciais bibliográficos, retoma-se a conceitualização e trajetória do Jornalismo de Dados ao longo dos anos, apresentando quais características podem ser vistas na prática, como se comporta na mídia brasileira, bem como o significado do termo política, sua cobertura e como se relaciona com os dados. A análise, classificada como qualitativa, documental e comparativa, construiu-se a partir de cinco conteúdos de cada veículo, observados a partir de diferentes critérios que foram essenciais para comparar a forma de atuação dos objetos. Dessa maneira, constata-se que a similaridade dos materiais analisados se sobressai, indicando qualidades e fragilidades do emprego dessa área no jornalismo brasileiro.

Palavras-chave: Jornalismo de dados; política; veículos digitais; análise comparativa.

QUEIROZ, Neves Fernanda. **Jornalismo de Dados e política no Brasil: uma análise comparativa dos veículos Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil.** 2023. 133 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Jornalismo, FAGED, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ABSTRACT

This monograph addresses how Data Journalism is used as an information factor in the political sphere by the media companies Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal and The Intercept Brasil. Based on different bibliographic references, the conceptualization and trajectory of Data Journalism over the years is resumed, presenting which characteristics can be seen in practice, how it behaves in the Brazilian media, as well as the meaning of the term politics, its coverage and how it relates to the data. The analysis, categorized as qualitative, documentary, and comparative, was constructed based on five contents from each media outlet, observed from different criteria that were essential to compare the performance of the objects. Thus, it is evident that the similarity of the analyzed materials stands out, indicating the strengths and weaknesses of the implementation of this field in Brazilian journalism.

Keywords: Data journalism; politics; digital media outlets; comparative analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Infográfico interativo da página inicial do site.....	44
Figura 2 – Áreas de atuação dos jornalistas de dados.....	48
Figura 3 – Editorias da página inicial do site da Pública.....	49
Figura 4 – Seção de dados da Pública.....	50
Figura 5 – Classificação da reportagem da Pública.....	51
Figura 6 – Print de trecho da primeira reportagem da Pública.....	50
Figura 7 – Print de trecho da segunda reportagem da Pública.....	53
Figura 8 – Print do gráfico “Alunos recebendo bolsa-permanência”.....	53
Figura 9 – Print de trecho da terceira reportagem da Pública.....	55
Figura 10 – Print de tabela “Candidatos com multas ambientais”.....	55
Figura 11 – Print da metodologia descrita na terceira reportagem da Pública.....	56
Figura 12 – Print do gráfico “Dívida ativa de entidades religiosas com a União”.....	58
Figura 13 – Print do gráfico “Dívida antes de Bolsonaro”.....	59
Figura 14 – Print do gráfico “Entidades religiosas com maiores dívidas inscritas durante governo Bolsonaro”.....	59
Figura 15 – Print do gráfico “Quantidade de veículos registrados por estado identificados pela PF nos atos terroristas”.....	61
Figura 16 – Trecho da quinta reportagem da Pública.....	62
Figura 17 – Seções do site do Nexo Jornal	63
Figura 18 – Seção Gráfico na página inicial do site do Nexo Jornal	64
Figura 19 – Resultado da ferramenta calculadora do veículo	65
Figura 20 – Print do gráfico “Valor nominal das bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq”....	67
Figura 21 – Print do gráfico “Insegurança alimentar no Brasil”	68
Figura 22 – Print do gráfico “Evolução da insegurança alimentar grave no Brasil”	69
Figura 23 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos”.....	70
Figura 24 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos”.....	70
Figura 25 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos” por localidade	71
Figura 26 – Print do gráfico “Resultado no 1º turno”.....	72

Figura 27 – Print do gráfico “Distribuição dos votos no 1º turno, por município.....	73
Figura 28 – Print do gráfico “Resultados por estado”	74
Figura 29 – Print do gráfico “Resultados por região”	76
Figura 30 – Print do gráfico “Número de governadores eleitos por partido”	76
Figura 31 – Print do gráfico “Número de partidos com pelo menos um governador eleito”...77	
Figura 32 – Print do gráfico “População governada ao longo do tempo”	77
Figura 33 – Print do gráfico “Partido do governador eleito”	78
Figura 34 – Print do gráfico “Gênero do governador eleito”	79
Figura 35 – Print do gráfico “Mulheres na diplomacia”	80
Figura 36 – Trecho da quinta reportagem do Nexo	81
Figura 37 – Segundo trecho da quinta reportagem do Nexo.....	81
Figura 38 – Print da página inicial do site do Intercept	83
Figura 39 – Trecho da primeira reportagem do Intercept	85
Figura 40 – Segundo trecho da primeira reportagem do Intercept	85
Figura 41 – Trecho da segunda reportagem do Intercept	87
Figura 42 – Segundo trecho da segunda reportagem do Intercept	87
Figura 43 – Explicação de termo na segunda reportagem do Intercept	88
Figura 44 – Trecho da terceira produção do Intercept	89
Figura 45 – Print do gráfico “Expansão dos clubes de tiro na Amazônia Legal”	90
Figura 46 – Print do gráfico “Expansão dos clubes de tiro na Amazônia Legal” evidenciando o movimento	91
Figura 47 – Print da visualização “Clubes de tiro”	92
Figura 48 – Print do gráfico “Taxas de mortes violentas intencionais”	93
Figura 49 – Print do gráfico “Clubes de tiro abertos na Amazônia Legal”	94
Figura 50 – Trecho da quarta reportagem do Intercept	94
Figura 51 – Print do mapa “Clubes de tiro na Amazônia Legal e expansão do agronegócio”.95	
Figura 52 – Print do gráfico “Evolução do valor da terra em municípios selecionados do Mato Grosso”	96
Figura 53 – Print da tabela “Veja quanto aumentou o valor da terra em 10 capitais do Agro do Mato Grosso nos últimos anos”	97
Figura 54 – Divisão de temáticas no site	98
Figura 55A – Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBTQ+s”	101
Figura 55B - Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBTQ+s”.....	101
Figura 56 – Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBTQ+s” evidenciando a animação.....	102

Figura 57 – Print do infográfico “Perfil dos LGBT+s eleito(a)s em 2022”	103
Figura 58 - Print do gráfico “Serão 91 mulheres na Câmara de Deputados”	104
Figura 59 – Print do gráfico “Entre as mulheres, a maioria é branca”	104
Figura 60 – Print da visualização “No senado, elas por elas”	105
Figura 61- Trecho da terceira reportagem da Gênero e Número	106
Figura 62 – Print do infográfico “Arapiraca e Itapecuru-Mirim”	107
Figura 63 - Print do infográfico “O valor da merenda”	107
Figura 64 – Print do infográfico “Quanto custa a comida em casa?”	108
Figura 65 – Print do gráfico “Falta informação sobre aborto”	109
Figura 66 - Print do gráfico “Status dos pedidos de LAI”	111

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	JORNALISMO DE DADOS.....	18
2.2	Jornalismo de Dados: uma conceituação.....	21
3	COMO O JD SE INSERE NA PRÁTICA?.....	28
3.1	Visualização dos dados nas produções jornalísticas.....	29
4	DADOS, POLÍTICA E JORNALISMO NO BRASIL.....	33
4.1	Jornalismo, política e dados.....	37
5	PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE.....	45
5.1	Agência Pública.....	47
5.2	Nexo Jornal.....	62
5.3	The Intercept Brasil.....	82
5.4	Gênero e Número.....	97
5.5	Os quatro veículos e o JD: análise comparativa.....	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXO A – LINK DAS REPORTAGENS ANALISADAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

A cada ano, a conectividade se entremeia cada vez mais na vida e nas relações humanas, provocando transformações na comunicação e, conseqüentemente, no fazer jornalístico. Essa digitalização da profissão conferiu mais relevância aos dados, que sempre foram aliados das rotinas produtivas em jornais, revistas e sites, mas que, agora, passam a nomear um segmento da área: o Jornalismo de Dados (JD)¹.

Essa modalidade já compõe a profissão há algumas décadas, mas nunca foi tão comentada e utilizada. Isso se dá, principalmente, pela evolução da tecnologia, da internet e pelo ciberespaço (LÉVY, 1999). Nesse contexto, as redações passam a demandar produções cada vez mais conectadas, tecnológicas e multimídia, com o uso de recursos que informam.

Também vale mencionar que o JD ganha força no cenário do jornalista multitarefa, que precisa exercer funções antes destinadas a outros profissionais, como designers, editores de vídeos e fotos, cinegrafistas e até mesmo programadores. Portanto, é perceptível que “além do acúmulo de funções formando um novo perfil profissional, o jornalista agora precisa lidar com a produção de notícia na cibercultura, que pode ser entendida como a produção de conhecimento no ciberespaço” (NASCIMENTO; BRAVO, 2019, p. 2).

Com todas essas agregações na profissão e, em alguns casos, com empresas jornalísticas optando por contratar profissionais antes não tão comuns nas redações, os dados passam a protagonizar matérias de destaque. Infográficos interativos, vídeos, textos de consórcios de imprensa e gráficos personalizáveis são alguns exemplos de formatos que lidam com esse tipo de produção. Iniciativas independentes também surgem já com a proposta de serem especialistas em JD, como a associação Gênero e Número.

Ainda nesse contexto, outro possibilitador da ascensão desse segmento são os dados disponibilizados na internet por governos, empresas, instituições e associações. O que antes era de difícil acesso, agora, passa a integrar uma planilha que, quando minuciosamente analisada, rende diferentes pautas e corrobora alguns dos objetivos do jornalismo: “Se há algo que não muda no jornalismo, onde quer que ele esteja, é o compromisso de informar a verdade apurando bem os fatos” (NASCIMENTO; BRAVO, 2019, p. 9).

¹ Alguns especialistas, como Marcelo Träsel (2014), também utilizam a nomenclatura Jornalismo Guiado por Dados (JGD). Para fins de padronização, este trabalho apresentará o conceito apenas como Jornalismo de Dados ou JD.

Diante disso, é perceptível que os jornalistas fazem JD em conjunto com outras áreas já bem conhecidas, como o Jornalismo Político (JP)². Este, por sua vez, está presente nas primeiras tentativas de exercício jornalístico no Brasil desde a época que o país ainda era uma colônia portuguesa (SEABRA, 2006). Além disso, a cobertura política estabelece conexões com outros segmentos a fim de dar significado e contexto ao que está sendo informado para o público (MEDINA, 2006). Por esse motivo, esta monografia se debruça sobre a atual situação do JD no Brasil a partir da cobertura política, o que envolve na seguinte questão norteadora: **Como os veículos Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil usam o jornalismo de dados como fator de informação no âmbito político?**

Essas instituições foram escolhidas porque são nativas digitais, ou seja, têm as características necessárias para utilizar os dados como principais fontes e para torná-los acessíveis para a audiência. Dessa forma, o desenvolvimento deste trabalho se justifica ao ajudar a entender como essa – não tão nova – forma de exercer a profissão tornou-se uma aliada da sociedade, que passou a ter acesso a informações sobre distintas realidades a partir de perspectivas que ultrapassam aquilo que é divulgado por assessorias de imprensa e órgãos oficiais do governo, por exemplo.

Nesse sentido, no âmbito político, percebe-se que essa vertente jornalística auxilia na tomada de decisão em época de eleições, a reconhecer os aspectos econômicos, sociais, ambientais, de gênero e direitos, e a pensar criticamente o ambiente em que se está inserido, além de ampliar as possibilidades do trabalho do jornalista. A pesquisa também se mostra pertinente academicamente, visto que há uma falta de trabalhos que analisem o JD na graduação de jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Durante a busca realizada no site da hemeroteca do curso e no repositório da universidade, não foram encontrados Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que se dedicassem a entender essa área e verificar como o jornalismo brasileiro a utiliza para fazer notícia.

A emergência mercadológica do JD no Brasil fez com que centros de educação superior de todo o país pensassem na capacitação de profissionais e estudantes, a fim de acompanhar as transformações da profissão. Em um panorama realizado em 2019, Marcelo Träsel (apud SEIBT, 2022) identificou que 32 instituições de ensino, sendo 15 públicas e 17 privadas, ofereciam disciplinas de ensino de JD. Logo, realizar uma pesquisa comparativa sobre o tema ajuda a ampliar o debate na academia para entender a ascensão dessa vertente e

² Para evitar repetição do termo e a fim de promover uma leitura mais fluida, a sigla JP será utilizada em alguns momentos para se referir ao Jornalismo Político.

em qual estado ela se encontra em veículos da mídia brasileira a partir dos objetos selecionados.

Por fim, além de contribuir para o campo jornalístico e comunicacional, a monografia explora a transversalidade da disciplina, que agrega conhecimentos presentes em outros cursos da UFU e outras instituições, como Ciência da Computação e Direito. Por fim, o trabalho colabora com os estudos já existentes e pode servir como uma fonte de pesquisa para futuros projetos sobre o tema.

Isso posto, a pesquisa teve como objetivo principal investigar como os veículos brasileiros utilizam o JD para levar informações do âmbito político para a audiência a partir de uma comparação entre Agência Pública³, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil, além de contextualizar o surgimento do Jornalismo de Dados, apontar as possibilidades do fazer jornalístico a partir dos dados, demonstrar como essas quatro empresas de mídia brasileiras utilizam esse segmento da profissão no campo político e verificar o atual cenário desse campo jornalístico no Brasil a partir dos objetos analisados.

A fim de esclarecer as inquietações que levaram a este trabalho e ajudar a cumprir os objetivos, o segundo capítulo deste trabalho estabelece um levantamento bibliográfico e histórico acerca do conceito de JD (BRADSHAW, 2014; SEGNINI, 2019; VERMANEN, 2014, entre outros), como ele se desenvolveu em uma época de aproximação entre o jornalismo e a tecnologia (FRANCISCATO, 2014; MARTINO, 2015), além da relação com elementos diversos, como dados abertos (LIMA, 2021) e investigação (STARKMAN *et al.*, 2021), a partir de coberturas contemporâneas e exemplos tidos como referências no meio.

Já no terceiro capítulo, a autora procura explicar como essa disciplina se dá na prática (BENTLEY, 2021; KENNEDY *et al.*, 2021) e de que maneira o jornalista pode tornar os dados visíveis para a audiência, ao utilizar recursos visuais como os infográficos (TEIXEIRA, 2009). Por fim, o quarto e último capítulo teórico explora os conceitos de política (MAAR, 1994) e Jornalismo Político (FIGUEIRAS, 2020; SEABRA, 2006), salientando como eles se conectam com o JD e suas aplicabilidades no cenário jornalístico brasileiro.

O detalhamento da metodologia deste trabalho está concentrado no quinto capítulo, que contém as definições e classificações da pesquisa realizada: qualitativa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009), documental (FONSECA, 2022) e comparativa (FACHIN, 2006). A análise dos objetos também está concentrada nesta parte; primeiramente, são apresentadas as

³ Para evitar repetições desnecessárias o veículo também será denominado apenas como Pública em alguns trechos. Da mesma forma, a Gênero e Número será, por vezes, mencionada como GN; Nexo Jornal, somente como Nexo; e The Intercept Brasil, como TIB ou Intercept.

ponderações acerca de cinco conteúdos selecionados de cada veículo, totalizando 20 observações individuais que, entre outros critérios, seguiram os sete principais ângulos utilizados por jornalistas para produzir JD, estabelecidos por Bradshaw (2021). Após essa primeira etapa, todos os elementos averiguados foram reunidos e analisados para efetivar a comparação entre as mídias escolhidas e, a partir dela, foi traçado um pequeno panorama da atual conjuntura do JD atrelado à política no Brasil. O último capítulo trata das considerações finais do trabalho.

2 JORNALISMO DE DADOS

A discussão apresentada neste capítulo abrange os conceitos, pesquisas e estudos de autores como Marcelo Träsel, Liliana Bounegru, Paul Bradshaw, Anita Chan e Mona Chalabi. Essas produções ajudaram a contextualizar o surgimento dessa disciplina do jornalismo, como ela se estabelece no Brasil e como pode ser observada nas rotinas de produção. Visando à organização e ao esclarecimento desses assuntos, o capítulo foi dividido em tópicos.

2.1 Tecnologia e Jornalismo

A partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a sociedade passou por um processo de mecanização de variados tipos de produção, propiciando um novo olhar para as atividades desenvolvidas pelos seres humanos ao longo dos anos. Esse período histórico marcou uma sucessão de evoluções tecnológicas que aconteceram e ainda estão em curso. Por conseguinte, o jornalismo se desenvolveu com a inserção de tecnologias nas rotinas produtivas, o que se refletiu diretamente na atual construção do setor. É importante destacar que a tecnologia pode ser compreendida como:

[...] formas de organização social, envolvendo o uso de artefatos, gestão de recursos e consideração simultânea da inovação, influência cultural e impacto ambiental. É evidente, portanto, que a tecnologia está aberta à influência dos interesses e interações humanas e dos processos de participação pública (ARNOLETTO, 2007, p. 6, tradução nossa)⁴.

Ao se pensar em tecnologia e como ela contribuiu para a relevância que o JD tem no meio jornalístico atualmente, é imprescindível entender conceitos e contextos da comunicação em geral que ajudaram a promover o destaque conquistado pela disciplina ou aconteceram paralelamente a ele. O primeiro deles é o termo ciberespaço, explicado por Pierre Lévy (1999, p. 92) como um “espaço de comunicação aberto pela interconexão dos computadores e das memórias dos computadores”. Conforme o autor, esse ambiente possibilita a interação entre os dispositivos que criam “informação, gravação, comunicação e simulação”.

Ele ainda prevê, de forma correta, que no século XXI as informações são digitalizadas e o ciberespaço se estabelece como “o principal canal de comunicação e suporte de memória

⁴ Tradução nossa de: “[...] formas de organización social, que implican el uso de artefactos, la gestión de recursos y la consideración simultánea de la innovación, la influencia cultural y el impacto ambiental. Se evidencia así que la tecnología está abierta a la influencia de los intereses e interacciones humanas, y de los procesos de participación pública” (ARNOLETTO, 2007, p. 6).

da humanidade” (LÉVY, 1999, p. 92). Aqui, vale salientar que a comunicação é estabelecida a partir não só de computadores, mas de outros meios eletrônicos, como celulares e tablets.

Valendo-se do desenvolvimento dos estudos de Lévy, Martino (2015, p. 27) aborda o conceito de cibercultura, que se refere à interseção “das relações sociais, das produções artísticas, intelectuais e éticas dos seres humanos que se articulam em redes interconectadas de computadores, isto é, no ciberespaço”. Ainda conforme o último autor, nela, há fluxo constante de representações, práticas e ideias entre pessoas conectadas por computadores. Desse modo, entende-se que a cibercultura é a produção humana no espaço tecnológico. Essas práticas não aconteceriam fora do ciberespaço, já que dependem dos computadores e da tecnologia proveniente deles para serem efetivadas (MARTINO, 2015).

É nesse contexto que o modelo tido como “tradicional” no jornalismo passou por muitas mudanças que transformaram as rotinas produtivas dos jornais. A ascensão do uso de computadores, e o consequente enraizamento social da internet e do mundo digital também ofereceram novas possibilidades de consumo para a audiência, visto que:

A onipresente Internet de banda larga e sem fio, além da tecnologia móvel sofisticada, proporcionou aos consumidores o acesso à mídia noticiosa e de entretenimento em um ambiente digital sempre disponível em que os jornais analógicos e outras mídias noticiosas tradicionais têm um papel muito diminuído (PAVLIK, 2011, p. 95).

Essa ampliação do acesso à notícia e à comunicação como um todo também se deu graças às mídias digitais, as quais, conforme Martino (2015), propiciaram a circulação de informações em uma velocidade nunca antes vista, apresentando novidades a todo momento para as pessoas. Consequentemente, de acordo com Pavlik (2011), os leitores começaram a se interessar mais pela notícia ‘rápida’, que pode ser consumida apenas com um ‘clique’ e, muitas vezes, de maneira gratuita.

A informação passou a chegar à população por diferentes meios e pessoas, e o modelo de produção empregado pelos jornais já não atraía o público. Esse cenário também implicou a crise no meio jornalístico, debatida durante o período pós-industrial, a qual provocou transformações na produção, circulação e consumo das informações (PAVLIK, 2011). Portanto, esse período representou desafios e oportunidades para o jornalismo.

Em um contexto mais amplo, Martino (2015) defende que a rapidez e o volume de informações resultam em instabilidade nos meios de comunicação. Segundo o autor, elas podem ser alteradas, complementadas ou substituídas por outras, sem que haja sinais do que motivou essas mudanças ou como elas foram feitas. No campo jornalístico, essa situação

compromete a credibilidade do trabalho e exige um processo de apuração ainda mais cuidadoso.

Essas características da sociedade contemporânea acompanham a evolução do JD e o espaço que ele tem conquistado na área, já que essa disciplina representa uma oportunidade de lidar com essas informações, caso os profissionais e as empresas considerem que elas são de interesse público, e de combater a possibilidade de a população se informar de maneira errada.

Tratando das rotinas produtivas dos meios jornalísticos em geral e a partir de uma visão mais ‘positiva’, observa-se que essas tecnologias alteraram os processos e o que era desenvolvido dentro das redações. Segundo Franciscato (2014, p. 1332), isso aconteceu devido a uma “digitalização crescente de dados e produtos simbólicos, interligação da sociedade em redes de comunicação, miniaturização, automatização e comunicação móvel”. Com essas possibilidades o que é produzido ganha novas camadas, formatos e suportes de publicação, agregando o trabalho dos jornalistas e oferecendo diferentes perspectivas para os pesquisadores da área.

Além de migrar os conteúdos para sites, os responsáveis pelos veículos precisaram criar perfis em mídias sociais e capacitar os profissionais para essa nova forma de apresentar informações. Os materiais jornalísticos passaram a conter elementos multimídia, ou seja, as matérias começaram a apresentar infográficos, áudio e vídeos para expor determinadas informações. Nesse sentido, percebe-se a relevância do Jornalismo Digital, modalidade que, entre outros fatores, engloba as noções de *webjornalismo*, jornalismo on-line e ciberjornalismo (FRANCISCATO, 2014). Ademais, ele apresenta as seguintes características:

Seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade narrativa com a flexibilização dos limites de tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o usuário nas etapas de produção. Os sistemas de gerenciamento e publicação de conteúdos são vinculados a bancos de dados relacionais e complexos (SCHWINGEL, 2012, p. 37).

Assim, o Jornalismo Digital e tudo que o envolve cria condições propícias para que o JD adquira relevância e potência mercadológica:

Nessa perspectiva, o JGD é visto como uma adaptação das rotinas produtivas à abundância de bases de dados e à demanda do público por contexto e sentido a respeito dos acontecimentos que elas descrevem. Essa adaptação

intermediada pela tecnologia, na visão de muitos profissionais, toma a forma de uma revolução e é sob este mote que o JGD começa a ser adotado nas redações brasileiras (TRÄSEL, 2014, p. 35).

Com a emergência em um contexto tecnológico, a forma de fazer JD e de apresentar os dados para os leitores utiliza recursos inovadores e que exploram, principalmente, o sentido visual da audiência, fornecendo novas percepções e maneiras de consumir notícias, reportagens e outros gêneros. Para entender como isso acontece, é necessário analisar como essa disciplina surgiu e como ela é compreendida.

2.2 Jornalismo de Dados: uma conceituação

Para compreender essa vertente da profissão e como ela atua na missão de informar, é necessário identificar que o principal diferencial já se encontra no próprio nome: os dados. São esses elementos, atrelados a um tipo jornalístico, que tornam essa área um objeto de pesquisa. De acordo com a Escola de Dados, esse termo, isoladamente, pode ser entendido como:

[...] valores atribuídos a algo. Estes valores não precisam ser necessariamente números. Eles também podem ser, por exemplo, conceitos ou posições em um mapa. Dados podem ser medidos ou mensurados por meio de instrumentos, mas também podem ser atribuídos de forma arbitrária (ESCOLA DE DADOS, 2022, n/p).

Eles podem ser qualitativos, quantitativos, discretos, contínuos e categóricos. Mariana Segala (2017) aponta que, para o contexto do Jornalismo de Dados, os mais importantes são os estruturados e os não estruturados. Os primeiros, segundo a Escola Superior de Redes (2022, s/p), “desde a elaboração da estrutura, são pensados estritamente com uma finalidade. Ou seja, possuem estrutura rígida e previamente definida”. Conseqüentemente, de acordo com a mesma fonte, o banco não aceita diferentes tipos de dados, apenas aquele que foi criado para receber. Já os não estruturados são formados por elementos variados, por exemplo: vídeos, áudios, textos e emojis.

Ademais, é necessário pontuar que os dados se mostraram mais acessíveis aos profissionais graças à evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que despertaram novas formas do fazer jornalístico. A Reportagem com Auxílio do Computador (RAC) é apontada como um dos elementos que propiciaram a evolução do JD, tendo sido

utilizada pela primeira vez pela TV norte-americana Columbia Broadcasting System (CBS) em 1952 (BOUNEGRU, 2014).

De acordo com a autora, a RAC foi “a primeira tentativa organizada e sistemática de utilizar computadores para coletar e analisar dados para aprimorar a notícia” (BOUNEGRU, 2014, p. 30). Entretanto, ela explica que alguns pesquisadores reforçam as diferenças entre esse termo e JD, na tentativa de apresentá-los como elementos distintos, enquanto outros entendem que o primeiro é uma consequência da evolução do segundo.

Ainda no contexto de surgimento do JD, a mesma autora aponta que o conceito de Jornalismo de Precisão, elaborado por Philip Meyer, merece destaque. Essa modalidade previa a necessidade de usar métodos e técnicas científicas para coletar dados a serem apresentados nas produções jornalísticas (BOUNEGRU, 2014). O objetivo era publicar fatos mais detalhados, ‘verídicos’ e objetivos para o público.

Neste contexto de firmar o JD como novidade ou uma evolução de práticas já desenvolvidas por profissionais, vale mencionar que ele existe há mais de 40 anos (SEGNINI, 2019), mas ganhou mais notoriedade na academia e na profissionalização dos jornalistas devido, entre outros fatores, à disponibilidade, na internet, de dados governamentais abertos que antes eram difíceis de serem encontrados (LIMA, 2021), além da questão tecnológica já mencionada e da importante contribuição em termos de informação. Isso posto, também é necessário pontuar que a conceitualização de dados é ampla e pode ser vista de formas variadas dentro do contexto jornalístico:

Ambos, "dados" e "jornalismo", são termos problemáticos. Algumas pessoas pensam em "dados" como qualquer grupo de números, normalmente reunidos numa planilha. Há 20 anos, este era praticamente o único tipo de dado com o qual os jornalistas lidavam. Mas nós vivemos num mundo digital agora, um mundo em que quase tudo pode ser (e quase tudo é) descrito com números. A sua carreira, 300 mil documentos confidenciais, todos dentro do seu círculo de amizades; tudo isso pode ser (e é) descrito com apenas dois números: zeros e uns. Fotos, vídeos e áudio são todos descritos com os mesmos dois números: zeros e uns. Assassinos, doenças, votos, corrupção e mentiras: zeros e uns (BRADSHAW, 2014, p. 9).

O JD também se popularizou em meio à relevância de alguns termos, entre eles, o *Big Data*, que pode ser entendido como um conjunto de dados, levando em consideração o volume, armazenamento e a disponibilidade para consulta (BERNICKER, 2016). Atualmente, o conceito:

[...] se refere aos dados gerados, colhidos e armazenados em grande escala que servem para extrair novas ideias e criar novas maneiras de valor e capital social, econômico e político, desta maneira estes alteram diretamente a vida cotidiana dos mercados, das organizações e a relação entre cidadãos e Governos (SCHÖNBERGER e CUKIER, 2013 apud BERNICKER, 2016, p. 24).

Portanto, ao estar inserido nesse contexto e trabalhar com dados, o JD permite e exige que o profissional enxergue nos números e nas estatísticas uma boa história, uma denúncia e/ou uma problemática que não chegaria até a população se não fosse o trabalho de extrair, selecionar, contextualizar e divulgar essa fonte de informação. Quando se parte da perspectiva política, percebe-se que essa área, antes mesmo de ser tão comentada, consolidou uma das suas principais características: a denúncia.

Um exemplo é o projeto The Pandora Papers⁵, publicado em 2021, e realizado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), com o objetivo de fazer “uma investigação sobre o sombrio sistema financeiro offshore que revela o funcionamento de uma economia secreta que beneficia os ricos e bem relacionados às custas de todos os outros” (STARKMAN *et al.*, 2021, n/p, tradução nossa)⁶. De acordo com o ICIJ, mais de 11,9 milhões de documentos confidenciais foram analisados por mais de 600 profissionais do mundo todo. No Brasil, houve a participação dos veículos brasileiros Agência Pública, Revista Piauí, Poder360 e Metrôpoles.

Com o The Pandora Papers, foi revelado um grande esquema de corrupção, apoiado em transferência de riquezas provenientes de empresas multinacionais, membros da elite e políticos para companhias que trabalham com impostos baixos e oferecendo sigilo para essas pessoas. Algumas das consequências desse crime, que reforçam a importância do trabalho jornalístico ao publicar essas situações, são as seguintes, segundo Starkman *et al.* (2021, n/p, tradução nossa): “o sistema financeiro offshore pode drenar trilhões de dólares dos tesouros, piorar as disparidades de riqueza e proteger aqueles que trapaceiam e roubam enquanto privam suas vítimas de recursos”⁷.

⁵ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em <https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/>

⁶ Tradução nossa de: “an investigation into the shadowy offshore financial system that reveals the workings of a secret economy that benefits the wealthy and well-connected at the expense of everyone else” (STARKMAN *et al.*, 2021).

⁷ Tradução nossa de: “The offshore financial system can drain trillions of dollars from treasuries, worsen wealth disparities and protect those who cheat and steal while depriving their victims of recourse”. (STARKMAN *et al.*, 2021).

Esse exemplo demonstra como o JD trabalha elucidando fatos que contribuem para que a população adquira mais conhecimento sobre o que é feito com verbas públicas, como esquemas de corrupção podem afetar a situação econômica dos mais pobres, entre outros aspectos. Essa percepção corrobora o que Vermanen estabeleceu como dois objetivos cumpridos por essa modalidade: “encontrar notícias únicas (que não sejam de agências) e executar a função de fiscalização do poder” (VERMANEN, 2014, p. 15). Logo, essa área implica uma nova perspectiva para a profissão, já que, “não fossem essas características dos tempos contemporâneos, reportagens incríveis nunca teriam sido produzidas – e verdadeiros escândalos estariam, até agora, debaixo do tapete” (SEGALA, 2017).

Ademais, o Jornalismo de Dados possibilita maior credibilidade para o fazer jornalístico e aprofundamento nas temáticas retratadas:

Hoje as notícias estão fluindo na medida em que acontecem, a partir de múltiplas fontes, testemunhas oculares, blogs, e o que aconteceu é filtrado por uma vasta rede de conexões sociais, sendo classificado, comentado e, muito frequentemente, ignorado. Esta é a razão pela qual o jornalismo de dados é tão importante. Juntar informações, filtrar e visualizar o que está acontecendo além do que os olhos podem ver tem um valor crescente. O suco de laranja que você bebe de manhã, o café que você prepara: na economia global de hoje existem conexões invisíveis entre estes produtos, as pessoas e você. A linguagem desta rede são os dados: pequenos pontos de informação que muitas vezes não são relevantes em uma primeira instância, mas que são extraordinariamente importantes quando vistos do ângulo certo (LORENZ, 2014, p.11).

Também é importante compreender que o JD caminha junto com outras áreas da profissão. Em entrevista concedida ao Nexo Jornal, a jornalista Giannina Segnini, diretora do programa de Mestrado em Jornalismo de Dados da Universidade de Columbia (EUA), comentou sobre o setor:

Você não pode entrevistar 28 milhões de pessoas para uma matéria, mas pode facilmente entrevistar 28 milhões de registros (em uma base de dados) em minutos e encontrar padrões que estavam "escondidos" dentro das planilhas e que podem servir de base para reportagens tradicionais. Dados e tecnologia não substituem os melhores valores e princípios do jornalismo. Eles os complementam (SEGNINI, 2019, n/p).

Apesar de o JD ter se popularizado e se mostrado como uma das soluções em uma realidade na qual o público e os jornalistas são alvos de uma avalanche de informações e dados descontextualizados, com a inserção de novas formas de consumir e produzir notícias e

da disponibilidade de acesso de algumas informações sem intermediação do profissional, vale salientar que é necessário olhar para essa modalidade de maneira crítica. Isso se justifica porque “dados não oferecem representações neutras e diretas do mundo, visto que se encontram enredados em meio à política e cultura, ao dinheiro e ao poder” (BOUNEGRU; GRAY, 2021, p. 3).

Por esse motivo, além de todo o trabalho para tornar esse tipo de informação inteligível para a audiência, cabe aos profissionais e aos veículos de mídia questionar os dados e/ou a ausência deles. De acordo com Bounegru e Gray (2021), ao se valer de instituições (públicas e privadas) que fornecem ou apoiam essas informações, é válido questionar, entre outras coisas, de quem são os dados, por quais meios foram obtidos e publicados, quem pode se beneficiar deles e quais parcelas da sociedade eles agrupam. Chan defende que:

[...] jornalistas de dados críticos da abordagem digital universalista precisam, de maneira consciente, diversificar suas fontes de informações e descentralizar métodos que privilegiam big data como forma exclusiva ou mais legítima de mapear eventos empíricos e realidades sociais (CHAN, 2021, p. 281).

Se antes as discussões, majoritariamente, eram sobre o surgimento, popularização e aplicações de sucesso do Jornalismo de Dados, agora, elas já abordam formas de modificar certas atuações, a fim de ampliar o alcance, acesso, inclusão e cobertura dos dados. Loosen (2021) detalhou sete desafios e capacidades que podem auxiliar nesse caminho. Conforme a autora, a coleta é o primeiro passo, devido à necessidade de jornalistas investigativos e de dados superarem a subordinação a bancos públicos para produzir os materiais, sendo importante obtê-los de forma independente.

Na sequência, aparece o que ela denomina colaboração, presente em um cenário de ampliação da produção com dados e iniciativas mais elaboradas, com interseção de assuntos, interesses e aumento do alcance geográfico, o que exige um trabalho colaborativo entre instituições e áreas do conhecimento. A autora ainda aponta o termo *crowdsourcing* como o terceiro desafio, referindo-se à interação do JD com o público, que assume um papel mais ativo na procura e investigação dos dados.

O quarto tópico pode ser considerado como uma evolução do anterior, uma vez que, conforme Loosen (2021), na cocriação, os cidadãos podem participar do processo completo de investigação de dados, atuando até mesmo na identificação de uma pauta. Posteriormente, a autora discorre sobre as competências do jornalista de dados, que deve se aprimorar e

adquirir as habilidades necessárias para trabalhar com esses elementos. Além disso, ela reforça que as instituições podem contar com analistas de dados, profissionais úteis para diferentes áreas de uma empresa.

No penúltimo tópico, Loosen (2021) retoma a importância da análise crítica de dados ao afirmar que o jornalista precisa combinar esses elementos com diversas fontes e com perspectivas diferentes, a fim de ampliar a elucidação dos assuntos tratados. A autora finaliza com um desafio, ao enfatizar que os profissionais encontrarão mais complexidade para atuar, devido à relevância social, econômica e política que o JD apresenta na sociedade contemporânea, o que pode culminar em confrontos com assessorias de imprensa, por exemplo.

Por fim, é imprescindível esclarecer que o JD é utilizado para informar a população, o que evidencia a importância de entender o que ‘informação’ representa. Só na oitava edição do dicionário Aurélio, o conceito tem seis significados diferentes e, em certa medida, complementares. Para este trabalho, vale atentar para o termo como “fatos conhecidos ou dados comunicados acerca de alguém ou algo” (FERREIRA, 2010) e “fato de interesse específico, conhecido graças à observação, pesquisa e análise” (FERREIRA, 2010). Essa última explicação deixa evidente a relação que o jornalismo, como um todo, estabelece com a informação.

De acordo com Tambosi (2005), o termo está vinculado à definição de jornalismo, já que a profissão é vista como uma atividade que apura, elabora e difunde a informação que precisa ser correta e verdadeira. O autor explica que, seguindo esse preceito, o produto jornalístico é capaz de promover o conhecimento a partir do fato apresentado. Nesse sentido, o trabalho jornalístico une informação e conhecimento:

O jornalismo torna públicas, isto é, dá a conhecer, informações que de outra forma permaneceriam opacas. É o leitor ou telespectador que, de fato, adquire conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais pode formar representações verdadeiras da realidade, ou seja, ter crenças verdadeiras e justificadas (TAMBOSI, 2005, p. 36).

Vale mencionar que Tambosi (2005) provoca reflexão ao questionar o que é verdade dentro do jornalismo, alertando sobre o risco de divulgar informações inverídicas, principalmente quando o produto se encaixa no jornalismo declaratório, o qual, segundo o autor, “mais depende exclusivamente de fontes” (2005, p. 37). Nesse ponto, Tambosi (2005) reforça que o jornalismo investigativo oferece diferentes perspectivas para essa situação, já que prevê uma apuração minuciosa e responsável de fatos até então desconhecidos, o que dá

mais credibilidade e aumenta as chances de divulgar uma informação verídica. Aqui, nota-se como o JD também pode contribuir, visto que pressupõe esse trabalho cuidadoso, exploratório e sem a dependência majoritária de declaração de fontes.

Compreender o contexto de desenvolvimento do JD, as características gerais que ele apresenta e as discussões acerca do surgimento dessa disciplina auxilia no processo de análise dos objetivos dessa área jornalística e como ela se relaciona com as possibilidades tecnológicas. Nesse sentido, este capítulo apresentou uma introdução sobre o tema e questionamentos quanto à prática do JD. Para ampliar o debate, a próxima parte desta monografia tratará sobre a atuação dos jornalistas nesse segmento, bem como as formas de tornar os dados compreensíveis para o público. Autoras como Barbara Maseda, Mona Chalabi, Sarah Cohen e Tattiana Teixeira serão referenciadas para sustentar o tópico.

3 COMO O JD SE INSERE NA PRÁTICA?

Devido ao contexto tecnológico e digital em que se desenvolve, o JD apresenta algumas particularidades de produção. As boas práticas jornalísticas, como apuração detalhada, contextualização e escrita que possa ser compreendida pela audiência continuam valendo, mas podem passar por transformações. Tendo isso em vista, vale questionar como o JD é aplicado nos veículos.

O primeiro passo para praticá-lo é pensar na procura dos elementos, ou seja, onde encontrar os dados. É possível valer-se de dados públicos, disponibilizados, muitas vezes, pelos órgãos do governo (departamentos, secretarias etc.) via internet. A web também pode ser uma fonte de dados para descobrir informações sobre registros de sites, estatísticas de consumo, a origem de imagens e vídeos, além de tendências e hábitos de busca no Google, por exemplo.

O jornalista tem a opção de usar bases de dados criadas por outras pessoas ou instituições, mas é necessário atentar para os seguintes casos:

Domínio público

Servem como o máximo de permissão; não há condições impostas à reutilização da obra.

Permissão apenas com atribuição

Atribuir crédito ao autor é a única condição substancial imposta por estas licenças.

Licenças recíprocas, copyleft ou de igual compartilhamento

Exigem que as obras modificadas, se publicadas, devem ser compartilhadas pela mesma licença (LINKSVAYER, 2014, p. 226, grifo do autor).

Para fazer uma análise crítica desses elementos, o profissional deve sempre pesquisar como eles foram coletados e se são confiáveis (DOIG, 2014). De acordo com o mesmo autor, a busca por informações deve ser feita a partir de uma lista de questionamentos; esse processo ajuda a limpar os dados, que, muitas vezes, são disponibilizados de forma desordenada ou sem elementos importantes. Ademais, eles podem ser disponibilizados em diversos formatos e disposições, o que implica uma expertise do jornalista para trabalhar em situações distintas. Nesse sentido:

Limpeza, preparação e análise de dados são processos que podem variar consideravelmente entre uma série e outra de arquivos, e alguns dos passos envolvidos exigirão ação humana antes de qualquer declaração ou descoberta digna de publicação, de forma que algo realmente significativo

seja revelado não só para pesquisadores, mas para públicos mais abrangentes (MASEDA⁸, 2021, p. 96).

Após esse processo, o próximo passo é pensar na forma como esses dados serão apresentados ao público. Maseda (2021) explica que, antes de pensar em visualização, é preciso analisar qual recorte será dado, tendo em mente o quanto ele pode variar de objeto para objeto. Conforme a autora, se o profissional optar por usar texto ou discursos como dados, ele contará histórias de diferentes maneiras: pode enfatizar o quanto foi falado ou escrito ou utilizar “menções: quem disse o quê, quando e quantas vezes; comparações, classificação e sentimento” (MASEDA, 2021, p. 101).

Ademais, os dados podem aproximar ou distanciar os leitores do fato. De acordo com Chalabi (2021), o profissional pode se distanciar de um incidente e focar em dar o contexto, trazendo explicações relacionadas ao assunto mais ‘quente’. No cenário de aproximação, a jornalista deu o seguinte exemplo:

Digamos que a Secretaria de Estatísticas Trabalhistas (BLS, na sigla em inglês) dos EUA divulga dados sobre desemprego e a maioria dos veículos jornalísticos apenas divulga o índice de desemprego. Nós, jornalistas de dados, podemos nos aproximar dessa questão: podemos dizer aos leitores que aqui está o índice de desemprego nacional, mas veja só como se aplica às mulheres, a homens e diferentes faixas etárias, aqui como se aplica a diferentes grupos raciais e étnicos. Isso permite aos leitores explorarem os dados mais de perto (CHALABI, 2021, p. 149).

De acordo com boa parte dos autores consultados na segunda edição do Manual de Jornalismo de Dados (2021), para os efeitos que se desejam obter com uma reportagem ou projeto que usa JD, é imprescindível escolher a melhor forma de torná-los públicos para os leitores (DADOS, 2021). Ainda de acordo com grande parte dos autores deste documento, analisar as possibilidades, os tipos de gráficos, tendências de consumo da audiência e os desdobramentos do assunto pode ajudar nessa escolha.

3.1 Visualização dos dados nas produções jornalísticas

⁸ O texto da autora está inserido no segundo Manual de Jornalismo de Dados, publicado em português em 2021, versão que foi utilizada como bibliografia para este trabalho. Outros materiais presentes na obra foram citados, tendo sido escolhidos a partir da aproximação com o assunto tratado.

A apresentação dos dados ao público é crucial para o jornalista de dados. Após o trabalho de pesquisa, limpeza e cruzamento, ele precisa mostrar as informações para o público de forma eficiente, clara e contextualizada. Logo, é importante analisar as opções de visualização, se há necessidade de usar animações gráficas, se um gráfico simples já cumpre seu papel e texto, vídeo ou áudio contextualizam ou ampliam a discussão (BENTLEY, 2021).

Cohen (2014, p. 277) defende que as visualizações podem “ilustrar um ponto levantado no texto de forma mais atraente. Excluir do texto dados técnicos desnecessários. Quando são interativas e permitem um certo grau de exploração, deixam mais transparente o processo de apuração”. Um bom profissional também sabe identificar quando esses elementos não são necessários, segundo McGhee (2014), para quem é importante, entre outros pontos, ponderar quando um texto ou outro recurso pode contar de forma mais efetiva a história e quando o volume de dados é muito pequeno e/ou não apresenta variações relevantes.

A visualização de dados torna a produção mais interessante e, geralmente, permite um maior aprofundamento no assunto, evidenciando recortes julgados pertinentes pelos profissionais ou que revelam maior interesse público (AISCH; ROST, 2021 e Kennedy *et al*, 2021). Bentley (2021) afirma que no atual cenário, a internet disponibiliza vários recursos que oferecem perspectivas cada vez mais tecnológicas para o jornalismo e que transparecem as principais características desse meio, como a interatividade. O mesmo autor elencou alguns exemplos de como se aproveitar das condições dadas por ela. Primeiro, o jornalista pode explorar a interatividade e disponibilizar para o público um grande conjunto de dados a serem explorados de acordo com a preferência do leitor, por meio de filtros e combinações, por exemplo.

Bentley (2021) também discorre sobre a alternativa de criar um guia ou direcionamento para o público conseguir lidar com dados complexos. Em um contexto de visualização no formato *mobile*, ele dá o seguinte exemplo: a publicação se apresenta em um gráfico único que pode ser trabalhado de diferentes formas, como *zoom* e dados sendo alternados. Ainda conforme Bentley (2021), essas possibilidades funcionam bem em histórias que são contadas a partir da rolagem das telas (*scrollytelling*), porque esse recurso divulga os dados aos poucos de acordo com a atividade do usuário.

Utilizar dados em tempo real também ajuda a chamar atenção. Segundo Bentley (2021), isso se potencializa quando o jornalista consegue contextualizar essas informações; o profissional também pode inserir o leitor no conjunto de dados, pedindo alguma informação pessoal e o colocando dentro do cenário apresentado e os jogos baseados em dados representam uma forma mais ‘leve’ de apresentar as informações.

Ademais, Teixeira (2009), a partir dos estudos de Bardoel e Deuze (2000) e Palácios (1999; 2003), destaca que os infográficos podem ter outras características do jornalismo web além das supracitadas, como “multimedialidade, hipertextualidade e memória” (TEIXEIRA, 2009, p. 2). A autora insere esse conceito dentro do campo jornalístico, discorrendo sobre infografia jornalística, considerada como um subgênero do jornalismo informativo que une imagem e texto. Ela explica que esse recurso é utilizado quando somente o texto como narrativa não consegue comunicar o fato de forma compreensível para o público.

É importante acentuar que os infográficos podem incorporar outros recursos, a fim de apresentar os fatos jornalísticos da melhor maneira possível. Teixeira (2009, p. 3) pontua que, tratando-se de ícones, é possível utilizar “mapas, fotografias, ilustrações, gráficos e outros recursos visuais”. Além de estarem inseridos no campo jornalístico, os infográficos também podem fazer parte de novos ‘formatos’ da área, como a reportagem infográfica, modelo em que o texto é tido como uma abertura da reportagem e na sequência há a presença de infográfico(s) (TEIXEIRA, 2007). A autora salienta que, nesta situação, os dois elementos não podem ser publicados isoladamente, já que o discurso foi criado para ser contada a partir dos dois.

Se a infografia não estiver intrínseca à reportagem, Teixeira (2009) argumenta que um bom infográfico deve ser compreendido por si só, ou seja, precisa manter a autonomia enunciativa. Quando se escolhe uma visualização eficaz, vários comportamentos, sensações, sentimentos e reflexões podem ser despertados, entre eles:

- Provocar questões/desejo de debater com outros
- Criar empatia em relação aos outros seres humanos apresentados naqueles dados
- Gerar curiosidade o bastante para prender o usuário
- Reforçar ou dar suporte a conhecimento prévio
- Provocar surpresa
- Persuadir ou mudar ideias
- Apresentar algo novo
- Gerar confiança na interpretação de datavis
- Apresentar dados úteis para fins daquele indivíduo
- Possibilitar engajamento informado ou crítico de determinado tópico
- Ser uma experiência agradável
- Provocar uma forte resposta emocional (KENNEDY *et al*, 2021, p. 146).

Outra opção é criar um guia ou direcionamento para o público conseguir lidar com dados complexos.

Inicia com um único gráfico que, então, é manipulado por zooms, viagens ao longo do tempo, dados trocando de lugar, meios para explorar aquela série de

dados inteiramente. Tudo isso funciona muito bem quando pareado com scrollytelling e é especialmente valioso quando falamos de dispositivos móveis, que podem não ter espaço de tela o suficiente para exibir todos os dados de uma vez (BENTLEY, 2021, p. 157).

Para além da visualização dos dados, há quem defenda a necessidade de “trabalhar de forma aberta”, utilizando dados públicos e divulgando o *script* do trabalho, ou seja, de onde pegou as informações, quais dados foram coletados e cruzados, quais critérios de seleção foram utilizados, entre outros detalhes. De acordo com Mazotte (2021), esse processo aumenta o alcance da informação, ajuda outros jornalistas, possibilita desdobramentos do assunto não percebidos e/ou escolhidos pelos profissionais que publicaram o tema primeiro e democratiza o acesso aos dados. Entretanto, há situações em que as informações são fornecidas em sigilo ou são fruto de investigações ou vazamentos de documentos, o que impossibilita ou dificulta essa divulgação.

Os materiais consultados para a elaboração desta subseção evidenciam as variadas possibilidades a que um jornalista tem acesso ao trabalhar com JD e visualização, dependendo da atuação desse profissional, da linha editorial do veículo em que trabalha e do tipo de informação apurada para tomar essa decisão. Após compreender isso, além de como essa preocupação se torna mais latente após a popularização do JD, é imprescindível abordar, no capítulo a seguir, como essa disciplina se deu no Brasil.

4 DADOS, POLÍTICA E JORNALISMO NO BRASIL

A inserção do JD nos veículos brasileiros apresenta características particulares que precisam ser compreendidas para realizar a análise proposta nesta monografia. Outrossim, a ligação entre jornalismo e política explícita como assuntos desse segmento são publicados para a audiência. A partir dessas etapas, este capítulo também aborda a conexão do Jornalismo Político com os dados. Para isso, autores como Marcelo Träsel, Roberto Seabra, Rita Figueiras e Magali Cunha foram consultados e há a divisão em duas subseções para facilitar o entendimento.

O JD passou a ter destaque no Brasil a partir dos anos 2000 (TRÄSEL, 2014), com pioneirismo de projetos desenvolvidos pelos tradicionais jornais O Estado de S. Paulo, com o Estadão Dados, e Folha de S.Paulo, com o blog Folha SPDados. Entretanto, as iniciativas também partiram de outros veículos. “No campo do jornalismo independente, o principal exemplo é o InfoAmazônia, criado em 2012 pelo Knight Fellow Gustavo Faleiros, em parceria com o webjornal O Eco e a Internews” (TRÄSEL, 2014, p. 37)

Paralelamente ao que ainda acontece, o Jornalismo de Dados foi utilizado para cobrir irregularidades ligadas à política e acabou revelando grandes escândalos:

Ainda durante o governo de Fernando Collor de Mello como presidente do Brasil, o jornalista Mário Rosa, então empregado no Jornal do Brasil, usou o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para verificar o superfaturamento na compra de leite em pó pela Legião Brasileira de Assistência, então presidida pela primeira-dama, Rosane Collor (TRÄSEL, 2014, p. 37).

Esse mesmo autor pontua que o acesso a esses dados governamentais, na época, não era permitido para jornalistas. Segundo ele, o profissional Mário Rosa só conseguiu notificar o que estava acontecendo porque o então senador Eduardo Suplicy forneceu a senha que possuía. Com esse e outros casos sendo expostos na mídia, "o Governo Federal decidiu permitir oficialmente o acesso de jornalistas ao Siafi, tornando-o uma das primeiras bases de dados públicas a serem franqueadas a repórteres no Brasil" (TRÄSEL, 2014, p. 38).

Nos últimos anos, essa tem sido uma prática cada vez mais adotada nas instâncias municipais, estaduais e federais, visto que os governos publicam dados nos canais de comunicação oficiais. Eles são apresentados, de forma selecionada ou até mesmo contextualizada, em releases, e são disponibilizados integralmente, em alguns casos, em planilhas para os jornalistas que desejam se aprofundar na informação.

Nesse aspecto, outra grande conquista foi a Lei 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 2011 e que prevê, no Art. 5º, o “dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011).

Com a normativa, jornalistas e cidadãos passaram a ter acesso, entre outros itens, a documentos e dados pessoais. Ademais, a legislação determina a autenticidade, integralidade, disponibilidade e primariedade desses materiais. É importante ressaltar, porém, que:

Ela consolida e define o marco regulatório do acesso às informações públicas, porém, como foi dito, a lei por si só não garante a mudança da cultura da opacidade para a cultura da transparência, mas se configura como uma das ferramentas envolvidas neste processo (DUTRA, 2015, p. 60).

Vale destacar que a LAI possui abrangência municipal, estadual e federal, além de conferir informações sobre “fundações, autarquias, empresas de economia mista e entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos” (GERALDES; SOUSA, 2016, p. 11). Nesse sentido, a legislação trata de informação pública, a qual, segundo Geraldes e Sousa (2016), é aquela gerada e/ou armazenada por órgãos públicos ou por pessoas físicas e instituições privadas que tenham vínculo com o Estado.

Com a disponibilização dessas informações, a LAI provocou mudanças nas rotinas produtivas dos veículos de mídia e abre cada vez mais espaço para o desenvolvimento de matérias que utilizam o Jornalismo de Dados. Entre as alterações, é possível citar: não depender da assessoria; facilitar o acesso e a produção de matérias mais extensas; e enriquecer a apuração. Por outro lado, os dados são mais complexos de serem interpretados, já que vêm em estado ‘bruto’. Isso infere a necessidade dos jornalistas se especializarem. De acordo com Geraldes e Sousa (2016), quanto maior é o volume de informações, mais tempo é gasto para analisá-las e produzir reportagens.

Neste ponto, é perceptível que a LAI, ao promover a publicização de dados antes disponíveis apenas a um grupo limitado da sociedade, está atrelada à política:

A cultura da transparência, além de se admitir o acesso à informação como um direito difuso e fundamental, pertencente à coletividade, entende que a publicização de informações públicas oferece ganhos à sociedade e aos governos, como controle social e ao combate à corrupção (GERALDES; REIS, 2012, p. 8).

Para entender melhor como essa legislação é vista na prática do jornalismo brasileiro e porque ela tem ganhado tanto destaque, vale considerar, mesmo que brevemente, o 4º Relatório de Desempenho da Lei de Acesso a Informações por Jornalistas, desenvolvido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e publicado em 2021. Segundo essa publicação, 384 jornalistas de todas as regiões brasileiras participaram da pesquisa, feita a partir do seguinte procedimento: a Abraji entrou em contato com veículos de comunicação para que solicitassem a seus jornalistas o preenchimento da pesquisa, incluindo os que nunca usaram a LAI (EQUIPE ABRAJI, 2021).

Dessa amostra, 51,56% dos profissionais afirmaram ter feito pedidos pela LAI e a maioria deles (70,97%) atua no meio multimídia (EQUIPE ABRAJI, 2021). Ainda conforme o relatório, com relação aos jornalistas que afirmaram não ter usado a legislação (48%), a maioria disse nunca ter precisado (59,02%). Os outros dois motivos mais expressivos foram: optar por assessorias de imprensa (18,03%); e dificuldade em fazer pedidos via lei (14,75%) (EQUIPE ABRAJI, 2021).

No mesmo documento, o então presidente da Associação, Marcelo Träsel, explicou que a LAI é poderosa, mas ainda pouco aproveitada pelos profissionais. Segundo ele, isso pode acontecer por a legislação ser uma ferramenta consideravelmente nova, sem notável presença nas grades de graduação do país, além de exigir uma reformulação do trabalho de apuração e edição, por exemplo, visto que os prazos para produção de um material precisam ser mais longos, considerando o tempo que as instituições têm para disponibilizar os dados solicitados. Entretanto, mesmo em meio às adversidades, a LAI proporciona novas dinâmicas e mais liberdade para o jornalismo de dados, contribuindo para a exploração de um país antes escondido (EQUIPE ABRAJI, 2021).

O Brasil também se torna um cenário propício para a atuação do Jornalismo de Dados devido a acontecimentos que afetam o campo como um todo:

O interesse das redações brasileiras e mundiais pelas práticas de jornalismo guiado por dados não está ligado apenas a seus benefícios para as rotinas produtivas e o atendimento do interesse público, mas também à esperança de salvar uma indústria em decadência justamente por efeito das tecnologias digitais (TRÄSEL, 2014, p. 41).

No contexto brasileiro, uma das atuações do JD que auxiliam no processo de reforçar a importância jornalística em um ambiente digital e que corroboram o alcance do interesse público é o caminho da denúncia. Um exemplo de como projetos de Jornalismo de Dados podem ajudar na defesa da profissão é o CTRL+X, desenvolvido pela Abraji e financiado

pelo Google. De acordo Projeto... (2023), o inicialmente chamado Eleição Transparente foi lançado em 2014 com o objetivo de mapear casos de censura judicial contra o jornalismo a partir da remoção de conteúdos solicitados por partidos ou políticos. Entretanto, posteriormente, passou a incluir os processos que tramitam na justiça comum.

No site do projeto (CTRLX+X, 2023), é possível ver a quantidade de ações por estado brasileiro, o tipo de alegação, o formato do conteúdo, o nome do autor do processo ou da sigla do partido político. Além da visão geral do país, o público também tem acesso à situação detalhada nos diferentes estados, podendo ver a quantidade de casos e os responsáveis, por exemplo, a partir de um infográfico interativo, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Infográfico interativo da página inicial do site



Fonte: CTRL+X (2023)

O projeto também é um bom exemplo de como o jornalista pode obter os dados utilizados em iniciativas como essa, visto que, segundo a associação, a base de dados se forma a partir do monitoramento de sites do Poder Judiciário do país, além de ter a contribuição de jornalistas processados que se comunicaram com a equipe do projeto e de representantes de empresas que foram intimadas.

Entender como o JD se estabelece no território brasileiro já evidencia a conexão que essa disciplina tem com os assuntos políticos, seja para denunciar, fiscalizar, cobrar e acompanhar medidas, grupos e pautas ligadas direta ou indiretamente ao governo. Assim, faz-se importante compreender como a política se relaciona com o jornalismo para, posteriormente, identificar de maneira mais clara as associações com o JD.

4.1 Jornalismo, política e dados

Os dados e, conseqüentemente, o JD têm como grande aliado o jornalismo político, doravante tratado como JP, para trazer à tona diferentes informações sobre um governo vigente, acompanhar a implementação de políticas públicas⁹, expor situações de vulnerabilidade social advindas da isenção do Estado e vários outros exemplos. Por isso, é fundamental entender como essa área se comporta e o que foi adotado como política, questões importantes para a definição do corpus que será analisado nesta monografia.

Definir política é uma tarefa extensa e que foi alvo da dedicação de professores, filósofos, sociólogos e diferentes estudiosos desde que as pessoas passaram a se organizar em grupos. Para esta monografia, não é necessário detalhar todos os desdobramentos que o termo apresenta, mas sim, explicar como ele se relaciona com outros elementos da coletividade. Maar (1994) afirma que o significado de política se dá a partir da história de uma nação, período em que ela se consolidou como atividade na vida das pessoas. Segundo o autor, ela varia de acordo com o momento em que se faz a análise, já que pode sofrer mudanças e privilegiar uma característica em detrimento de outras. Desse modo, fica evidente que “a atividade política continua em movimento, aberta a novas transformações” (MAAR, 1994, p. 28).

Maar (1994) explora as diversas aplicações da palavra, mas alega que o termo ligado à questão institucional tende a ser o mais reconhecido; isso pressupõe que todas as atividades desenvolvidas nesse espaço também podem ser consideradas políticas. O autor explica que o que existe na vida em sociedade são políticas e não uma unanimidade de representação do conceito, logo, em igrejas e sindicatos, por exemplo, as pessoas estão fazendo política. Ele alega que esse conceito estabelece relações entre elas e “com a trama social a que procuram conferir uma expressão política” (MAAR, 1994, p. 13).

Conforme o mesmo autor, essas conexões originam cenários dinâmicos que, por sua vez, resultam em duas questões. A primeira delas se refere ao contexto histórico em que as variadas políticas se inserem, o que define uma “política hegemônica”, que apresenta mais relevância do que as outras (MAAR, 1994). Por fim, ele explica que vale considerar

⁹ “[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

momentos específicos em que determinado tema começa a ter sentido político. Para exemplificar essas questões, discorre sobre os partidos, os quais:

[...] fazem parte do nível político institucional, e como tal se inserem na disputa pela primazia no controle do governo e na ocupação do aparelho estatal. Porém, também são partidos de alguma coisa, de determinados interesses em relação aos quais têm compromisso. São esses compromissos justamente que lhes conferem significado, e em relação a estes devem traduzir uma importância no jogo parlamentar (MAAR, 1994, p. 14).

É importante mencionar que Maar (1994) ainda escreve sobre o vínculo da(s) política(s) com outros fatores, a fim de ampliar a explicação sobre o conceito, entre eles: movimentos sociais; ideologia; poder; e representatividade.

Sani (1998) também se debruça sobre essas conexões e aborda questões importantes para este trabalho. Ele afirma que pesquisadores que analisam as características de diferentes sociedades têm destinado atenção para além das instituições do Estado, observando a influência e o comportamento das tradições e normas, por exemplo, na vida política em diferentes situações.

O que justifica os estudos na área de cultura política, que é utilizada “para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 306). O autor explica que essa expressão é construída por esses grupos de subculturas, que com frequência apresentam contrastes entre si. Logo, a política está atrelada à relação entre as pessoas, influenciando fatores diversos, como economia, cultura, saúde e educação.

Partindo desse pressuposto, infere-se que esse segmento estabelece vínculos com os meios de comunicação e, conseqüentemente, com o jornalismo, o que antecipa e justifica o estabelecimento da disciplina de Jornalismo Político, especialidade jornalística que permeia esta monografia. Figueiras (2020) analisou a midiatização¹⁰ da política a partir do caso de Marcelo Rebelo de Sousa, eleito presidente de Portugal em 2016, após passar aproximadamente 16 anos conversando com a população em um noticiário privado (TVI),

¹⁰ Vera França explica que midiatização pode ser compreendida como fenômeno e como conceito. Considerando o primeiro caso, refere-se “às mudanças no cenário técnico-comunicativo que vêm se delineando desde as últimas décadas do séc. XX e notadamente nos primeiros anos do séc. XXI” (FRANÇA, 2020, p. 25). Como conceito, midiatização “diz respeito às diferentes abordagens e formas de compreensão dessas mudanças – e é naturalmente plural (pois os tratamentos são múltiplos e nem sempre convergentes)” (FRANÇA, 2020, p. 25).

tecendo comentários sobre as matérias. Apesar do recorte dado por Figueiras, o caminho que ela traça para abordar a conexão entre essas duas áreas e para explicá-las se faz pertinente e oferece contribuições para o trabalho.

Figueiras (2020) afirma que a relação dos meios de comunicação com a política no contexto ocidental é conhecida pela ambivalência, já que, em determinados períodos, é marcada pela cumplicidade e, em outros, pelo confronto. Isso pode ser visto na história brasileira, uma vez que que transformações políticas motivaram mudanças jornalísticas e vice-versa, o que demonstra a necessidade de analisar esse vínculo em alguns momentos marcantes do país.

Atendo-se a algumas características históricas do Brasil, Seabra (2006) aponta o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa em Londres em 1º de junho de 1808, como o primeiro jornal do país. Neste ponto, vale abordar que estudiosos apontam a *Gazeta do Rio de Janeiro* como detentora desse título, porque foi o primeiro veículo impresso no país. Apesar das controvérsias sobre essas criações, vale considerar o que Seabra (2006) aponta como o contexto de surgimento do jornal, qual seja, o de uma colônia impedida de ter universidades e sem liberdade de imprensa por aproximadamente três séculos.

Ademais, em um país marcado pela monarquia, era comum os veículos jornalísticos seguirem e fomentarem determinados ideais e cobranças por mudanças, o que incentivou as transformações políticas da segunda metade do século XIX:

[...] dois grandes temas ganham espaço no imaginário da população e nas páginas dos jornais: a campanha abolicionista, que com o fim da Guerra do Paraguai em 1870 ganha impulso; e a campanha republicana. As duas voltam a exigir um jornalismo engajado, menos panfletário do que aquele feito nas primeiras décadas do século, mas com a mesma capacidade de mobilização (SEABRA, 2006, p. 122).

Conforme Seabra (2006), a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1946 inauguraram um momento de desenvolvimento no país, com o avanço e mudanças no jornalismo. No âmbito político, os jornais experienciaram a cobertura de eleições presidenciais, como a de 1950, que elegeu Getúlio Vargas. Na perspectiva do autor, dois grandes exemplos podem ser apontados nesse período como o que existiu de melhor e de pior no JP do país: o *Última Hora*, publicado por Samuel Wainer, que fez um veículo com “conteúdo político com linguagem popular, com diagramação inovadora e grandes nomes do jornalismo nacional (...) e que divulgasse sem oficialismo as realizações do governo de

Vargas” (SEABRA, 2006, p. 128); e o Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, que realizou oposição ao governo de Getúlio.

O jornalista Carlos Castello Branco também recebeu destaque por sua atuação em O Cruzeiro, visto que, segundo Seabra (2006), ele elevou o nível do Jornalismo Político ao conseguir analisar e interpretar fatos e acontecimentos. Logo, percebe-se que esse modelo de atuação ainda se faz presente na atualidade. Outras semelhanças também são identificáveis. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o JP sofreu com a censura e com o declínio da cobertura (SEABRA, 2006). Após esse período, considerado tenebroso para a profissão, a imprensa alternativa ganha espaço até os dias atuais, evidenciando novas formas de fazer cobertura política e contribuir para a democracia do Brasil ao implementar um “jornalismo politizado, não necessariamente partidário, mas certamente comprometido com o restabelecimento da ordem democrática” (SEABRA, 2006, p. 133).

É com o país nesse cenário que vale estar atento ao que Figueiras (2020, p. 131) explica a respeito da literatura mais atual sobre a relação entre política e meios de comunicação, a qual tem afirmado que “a política está progressivamente mais dependente dos media como consequência da mediatização”. Por isso, percebe-se que eles possuem a capacidade de dar mais evidência a determinados aspectos da política¹¹. Também é possível identificar que essa situação pode acontecer quando se pensa em JD e política, já que o jornalista ainda escolhe sobre o que e quais dados serão disponibilizados para a audiência, mas pode oferecer as informações de forma mais direta, transparente e indicando a fonte (base de dados) utilizada.

Com esse papel de destaque dos veículos de comunicação, nota-se, ao longo dos anos, a tentativa dos políticos de chegar até a população sem ter os meios jornalísticos como intermediadores. Empregam perfis nas mídias sociais para comunicar decretos, expressar opinião particular sobre certos assuntos, defender-se de acusações e divulgar ações, por exemplo, ao mesmo tempo em que as assessorias de imprensa divulgam o que julgam necessário e o que poderá contribuir para a boa imagem daquele governo.

Essa situação altera a dinâmica entre os meios e a política (neste ponto, tratada como os agentes políticos, seus representantes), fazendo com que o profissional desenvolva constantemente novas formas de cobrir política, conforme explica Figueiras (2020, p. 134):

¹¹ Aqui, cabe mencionar brevemente a Teoria do Enquadramento, conforme Rosseto e Silva (2012), os quais afirmam que ela prevê, neste caso, que um jornalista pode selecionar aspectos da realidade e dar destaque para alguns acontecimentos no produto jornalístico. Em algumas situações, esse enquadramento é feito a partir do que o profissional julga ser mais relevante para a publicação. Isso implica que um mesmo tema pode ser enquadrado e, conseqüentemente, noticiado de diferentes formas.

Quanto mais os políticos desenvolvem estratégias para determinarem a cobertura mediática, mais os jornalistas reagem aumentando o intervencionismo para manterem o controle sobre a forma como re(a)presentam o mundo político.

Para além das transformações no comportamento e nas ações dos agentes políticos, outros fatores da vida em grupo acabam influenciando a política de uma sociedade e, conseqüentemente, a cobertura jornalística realizada. Um ponto importante para compreender alguns dos aspectos da atual situação brasileira é entender como se deu o alinhamento dos evangélicos a essa pauta.

Cunha (2020) explica que as religiões estão presentes no cotidiano, na indústria cultural, no mercado, na participação midiática, na representação política e nos debates relacionados aos direitos da população. Para este trabalho, enfocam-se esses últimos três pontos. O primeiro, conforme a autora, refere-se à "aquisição de espaços nas mídias tradicionais e digitais, produção e consumo de conteúdos, constituição de suas próprias celebridades, midiaticização da linguagem e das práticas religiosas" (CUNHA, 2020, p. 156). Já no âmbito político, ela aponta a presença de representantes e/ou instituições religiosas em cargos públicos, uma acentuação do ativismo político-religioso e a ação de parcelas extremistas. Por fim, diz que as religiões também se inserem nas discussões sobre gênero, liberdade e reprodução.

Em termos práticos, conforme Cunha (2020), a primeira bancada evangélica foi formada a partir da Assembleia Constituinte de 1986. Ao contextualizar a maior participação de políticos evangélicos no sistema brasileiro, a autora chega ao ponto que mais interessa a esta monografia: a partir de 2010, os veículos brasileiros passaram a enfatizar pautas relacionadas à comunidade LGBTQIA+ e aos direitos reprodutivos femininos, como a legalização do aborto. Nessa situação, grupos evangélicos passaram a atacar projetos, pessoas e jornais que divulgassem ou de certa forma apoiassem esses temas, o que ajudou o levantamento de pautas que seguiam determinados valores.

Diante disso, é preciso entender que:

Na esteira desta tendência, houve o fortalecimento do Partido Social Cristão (PSC) nas eleições de 2014, favorecendo o lançamento de candidato próprio à Presidência da República, o Pastor Everaldo, e projetando a candidatura do

deputado federal Jair Bolsonaro (ex-PSC, agora no PSL¹²) à Presidência da República em 2018 (CUNHA, 2020, p. 166).

Com essas mudanças na configuração política do país, os meios jornalísticos acabaram alterando as formas de praticar JP, seja no processo de apuração, redação e na escolha das fontes. Cunha (2020) defende que os veículos consolidaram Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, como o “porta-voz” dos evangélicos na política.

Ademais, a autora explica que ele se transformou no símbolo “do discurso conservador de defesa da ‘família tradicional’, de reação contrária a avanços sociais, em especial no tocante aos direitos das mulheres e aos direitos sexuais” (CUNHA, 2020, p. 167). Como dito em Bancada... (2023), após as eleições de 2022, a bancada evangélica representa 26% da Câmara dos Deputados e 17% do Senado Federal no atual governo.

Vale mencionar que, para além do local dos evangélicos nos meios jornalísticos, os ativistas religiosos também ganharam notoriedade nas mídias sociais, agindo ao encontro do que Cunha (2020, p. 158) denomina como “ativismo político digital evangélico”, visto que eles entendem o potencial de alcance dessas plataformas, além de possibilitar um diálogo direto com as pessoas que se identificam com esse discurso (CUNHA, 2020).

Tudo o que foi explicado anteriormente ajuda a esclarecer que não é possível mencionar política sem considerar diferentes aspectos que perpassam a vida em sociedade. Logo, decisões de um governo, pronunciamentos e afins não são vistos, para esta monografia, como algo isolado e com sentido único. Ademais, essa breve contextualização da atual situação da política e das diversas vertentes do governo brasileiro ajuda a compreender esse cenário e a importância do Jornalismo Político, já que, conforme Seabra (2006), o profissional que cobre política precisa conhecer a história do país em que atua e pelo menos os principais contextos contemporâneos do mundo.

Nas relações apontadas neste capítulo, cabe ainda ressaltar a capacidade multidisciplinar do jornalista:

[...] um jornalista jovem, ou maduro, atualizado vive outra motivação enquanto produtor cultural: dar significado aos acontecimentos, cruzando dados políticos, econômicos, culturais, artísticos, filosóficos, religiosos ou provenientes das sabedorias locais (MEDINA, 2006, p. 26).

¹² Desde 2021, Bolsonaro está filiado ao Partido Liberal (PL). Ele saiu do PSL em 2019 e ficou dois anos sem partido, conforme Gomes, Borges e Oliveira (2021).

Para além das funções de denunciar, fiscalizar e acompanhar as decisões governamentais do país, o JP assume um papel de protagonista no regime brasileiro, devido à independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo responsável por possibilitar a comunicação entre eles e deles com o público (MAGALHÃES, 2015).

A relação do JP com os dados se dá durante a escolha das pautas, dos dados analisados e da área de especialização dos profissionais. Alguns projetos jornalísticos que ganharam destaque na área de JD estavam atrelados ao segmento político, como o especial de reportagens “Diários Secretos”, produzido pelo jornal Gazeta do Povo e da RPC, afiliada da Rede Globo, em 2010. A produção denunciou um esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que se baseava na nomeação de funcionários fantasmas¹³ para desviar verba pública.

A apuração foi realizada durante dois anos por três jornalistas que acessaram aproximadamente 700 diários oficiais do período de 1999 a 2009 e encontraram irregularidades a partir de 2006 ao realizarem o cruzamento dos dados para chegar ao fim da investigação (FESTUCCI; CARVALHO; ANDREOLA, 2012). O trabalho que uniu dados e política recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo em 2010.

Um exemplo mais recente, que corrobora os principais pontos destacados neste tópico (multidisciplinaridade do termo política, atuação do Jornalismo Político e o do Jornalismo de Dados) e a relevância de determinados acontecimentos para compreender a estrutura de um governo, foi o apagão de dados sobre a Covid-19 em 2020. Isso aconteceu após decisão do Ministério da Saúde em junho (PODER360, 2021), em meio a um grande volume de críticas contra a atuação do então ministro Eduardo Pazuello e do governo Bolsonaro como um todo.

Quando o sistema voltou ao ar, o acumulado de número de mortes e casos não estava disponível, o que originou o Consórcio de Imprensa, formado por O Globo, Extra, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL (PODER360, 2021). O grupo se colocou como uma alternativa para driblar¹⁴ a omissão de dados da pandemia, unindo jornalismo, política e saúde.

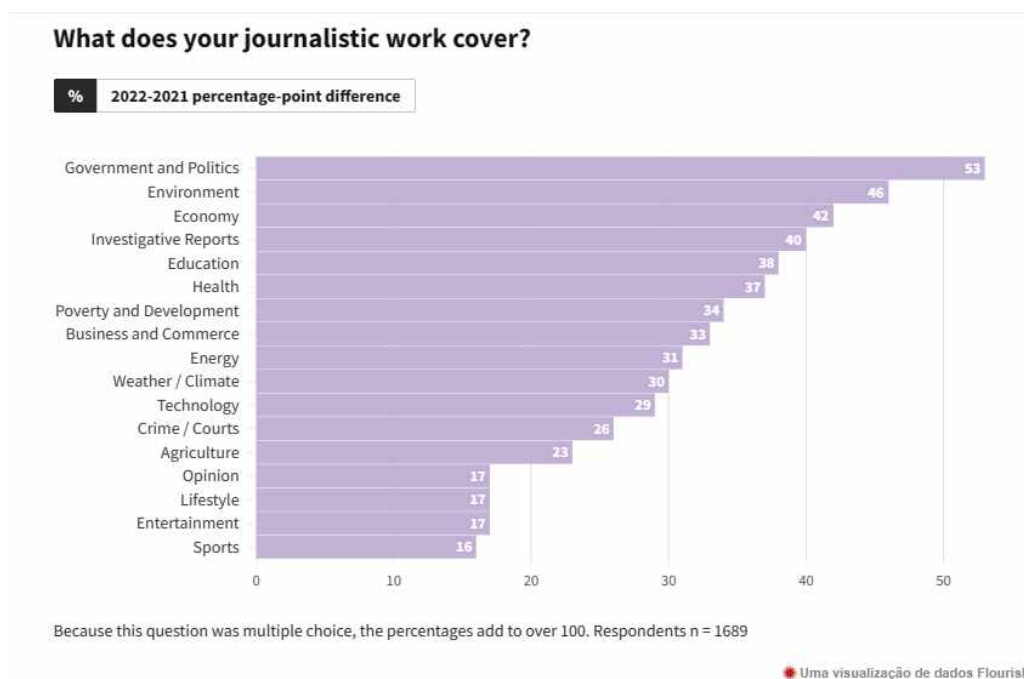
Outrossim, a pesquisa The State of Data Journalism de 2022, realizada com mais de 1800 jornalistas de dados de 150 países, apontou que 53% deles cobrem assuntos relacionados a política e governo, temática seguida por meio ambiente (46%) e economia (42%), como

¹³ A escrita da expressão pode ser vista de diferentes formas, entre elas, “funcionários fantasma” (WIKILAI, 2018). Para este trabalho, optou-se por usar as duas palavras no plural por ser a grafia observada em boa parte dos veículos jornalísticos, como G1, Globo e Poder 360.

¹⁴ O Poder360 critica a atuação do Consórcio de Imprensa, alegando que os veículos ainda dependiam dos dados disponibilizados pelo Governo Federal, o que, segundo eles, não conferia a independência e liberdade defendida pelo grupo (PODER360, 2021).

apresentado na Figura 2. Essas porcentagens demonstram como essas duas áreas estão relacionadas.

Figura 2 – Áreas de atuação dos jornalistas de dados



Fonte: The State of Data Journalism (2022)

A partir dos materiais estudados e dos dados levantados, o próximo capítulo da monografia apresentará uma análise comparativa entre veículos brasileiros para entender como eles praticam JD no âmbito político. Haverá uma contextualização e análise individual da Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil e, por fim, uma comparação para revelar as semelhanças e as principais diferenças encontradas.

5 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE

Para realizar a comparação entre os quatro veículos selecionados, ficou evidente a necessidade de analisar, também, uma amostra de conteúdos de cada um. Esse caminho permitiu que, ao final do trabalho e com base no que foi escolhido, afirmações pudessem ser feitas acerca da atuação dessas mídias em relação ao JD. Sendo assim, a metodologia deste trabalho seguiu este critério: materiais publicados no período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023 que se enquadrassem na perspectiva política e de JD.

Essa definição resultou na separação de 20 produções (os *links* foram reunidos no Apêndice A, a fim de facilitar a leitura e identificação das mesmas). Ao longo do período, foram estabelecidos quatro intervalos de tempo: fevereiro a abril; maio a julho; agosto a outubro de 2022; novembro de 2022 a fevereiro de 2023. A princípio, seriam selecionadas, em todos os veículos, uma produção a cada período e duas no último, mas a Gênero e Número apresentou frequência de publicação diferente, exigindo uma adequação, explicitada na apresentação do referido objeto.

Nota-se que esse espaço de um ano reuniu diferentes momentos políticos marcantes e, conseqüentemente, movimentou a cobertura jornalística. Ademais, a quantidade de produções selecionadas é resultado do curto período dado para o desenvolvimento desta monografia, por isso, foi priorizada a qualidade de observação e o cuidado com cada material. A diversidade de temas foi considerada para garantir que a análise tivesse uma cobertura mais ampla, visto que o tempo para a pesquisa é escasso para se limitar a uma mesma pauta nos quatro veículos ou focar apenas no formato de reportagens com infografia, por exemplo.

Já a identificação do âmbito político se deu a partir das seções específicas dos veículos destinadas a tópicos relacionados a ele: a Agência Pública, geralmente, publica os conteúdos na Poder e, em alguns casos, Tecnologia; a Gênero e Número possui materiais classificados com o tema política e publica conteúdos que perpassam essa noção, principalmente, na editoria de Reportagem; o Nexo classifica os conteúdos por tema, explicitando quando se trata de política. O The Intercept Brasil divulga os produtos dessa temática na editoria Poder e em alguns casos na aba de Notícias. Por fim, é importante salientar que essa primeira parte da investigação também apresenta um breve histórico de cada um dos meios jornalísticos, a fim de ampliar o conhecimento sobre eles.

A partir dessas editorias e divisão, a autora deste trabalho selecionou os conteúdos que são JD, embasada no conhecimento adquirido durante a pesquisa. Reconhecidas as características desses veículos, houve uma observação das publicações escolhidas, a partir dos ângulos utilizados, conforme a classificação de Bradshaw (2021), envolvendo: Escala – apontar qual é o tamanho do problema; Mudança e imobilização – mostrar o que cresceu ou decaiu, além do que permaneceu estático; Classificação – apontar quem ou o quê é melhor ou pior a partir de um conjunto de dados; Variação – analisar, geralmente, o acesso a determinado serviço público, por exemplo, podendo ser utilizada para apontar injustiças e afins; Exploratório – incentivar a participação do público no conjunto de dados, normalmente dando a opção de personalizar a amostra, envolvendo interatividade; Correlação – divulgar dados que estão conectados (ou não), precisando haver explicações e, por fim, a angulação Problemas com Dados – apontar a falta, as inconsistências ou a insuficiência desses elementos.

Além disso, verificou-se a existência e apresentação de visualização de dados, bem como a contextualização, explicação, indicação das fontes, possíveis desdobramentos e impactos e o percurso utilizado para extrair, selecionar e publicar esses dados (metodologia). No que diz respeito ao formato do produto, a autora averiguou de que maneira os dados foram apresentados, se o veículo optou por utilizar apenas elementos visuais para informar ou se há gráficos dentro de uma reportagem, por exemplo.

Isso posto, nota-se que a pesquisa realizada para esta monografia pode ser classificada de três formas: qualitativa, documental e comparativa. Como se pretende compreender o atual cenário dessa vertente jornalística no Brasil, infere-se que ela oferece novas perspectivas para a profissão, além de possibilitar a assimilação dos distintos contextos sociais a partir dos dados publicados. Assim, o trabalho se enquadra no método qualitativo:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA;CÓRDOVA, 2009, p. 32.)

A pesquisa também se caracteriza como documental, visto que há a seleção dos materiais analisados para verificar como as organizações jornalísticas produzem, já que:

A metodologia de busca de dados inicia com a dúvida a respeito de um assunto e, em seguida, com a busca pelos dados, em que o jornalista coleta, tabula, cruza e analisa os números a fim de traduzir a linguagem estatística

para a compreensão do que aquilo significa em termos de informação e conteúdo (DA SILVEIRA et al, 2021, p.16).

Logo, a pesquisa documental mostra-se a mais indicada porque, conforme Fonseca (2002), utiliza diversos tipos de fontes, como documentos oficiais, jornais, filmes e revistas. Já a análise comparativa tem por finalidade elencar as diferenças ou semelhanças dos objetos para realizar a comparação. Como existem diversas variáveis que podem ser consideradas nesse processo, é necessário selecionar as mais relevantes (LIJPHART, 1971 apud GONZALEZ, 2008).

Essa classificação sustenta a necessidade de escolher, a partir dos critérios, os conteúdos investigados, a fim de garantir a qualidade da comparação. Fachin (2006, p. 41) afirma que este método de pesquisa elucida fatos e fenômenos, por exemplo, e, por isso, “permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais”. Ainda de acordo com a autora, esse tipo de análise “propicia investigações de caráter indireto” .

Diante disso, o próximo subtópico contém a observação dos cinco materiais de cada veículo. Para auxiliar na comparação, apresentada posteriormente, alguns critérios foram analisados em todas as produções e grifados para auxiliar na identificação: formato do conteúdo, em qual editoria se encontra (quando se trata das que foram ponderadas na pré-seleção), indicação ou não da fonte dos dados principais, contextualização, explicação, desdobramentos, visualização e metodologia.

Quanto aos ângulos (BRADSHAW, 2021), que também foram grifados, vale destacar que a identificação considerou os que ficaram evidentes no título/construção do produto e, em caso de mais de uma visualização, os que foram encontrados nos títulos ou formato delas (gráfico e infográfico, por exemplo). O reconhecimento dessas características é essencial para apontar as semelhanças e diferenças entre os veículos e elas também guiaram outros pontos observados pela autora, detalhados na subseção que trata da comparação especificamente.

5.1 Agência Pública

A Agência Pública foi fundada em 2011 e se intitula como a primeira especializada em jornalismo investigativo e sem fins lucrativos do país (QUEM...2022). Ela é membro da Associação de Jornalismo Digital (Ajour), projeto que reúne iniciativas brasileiras do ramo a fim de promover o empreendedorismo, defender o jornalismo e a democracia, além de focar

na diversidade (SOBRE...2022). Os conteúdos do site da Pública possuem acesso gratuito. A agência conta com um programa de aliados, que podem doar a partir de R\$ 20 mensalmente, anualmente ou só no período desejado.

De acordo com o texto disponibilizado na aba Sobre, o veículo investiga a administração pública como um todo no Brasil, os impactos de empresas, crimes de corrupção e falta de transparência (QUEM...2022). Além disso, preocupa-se em apurar o Poder Judiciário e casos de violência contra populações urbanas e rurais (QUEM...2022). A Pública possui equipe de redação em São Paulo e Brasília, além de uma analista de dados, Bianca Muniz, que, conforme o site da agência, é mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), especialista em Jornalismo de Dados e Automação pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e estudante de Jornalismo na Universidade de São Paulo (USP) (BIANCA...2023). Já com relação à cobertura política, na apresentação da equipe, não consta uma separação de profissionais para essa área, mas, na minibiografia disponibilizada pelo veículo (EQUIPE, 2023), consta que alguns jornalistas se dedicam a essa temática. Entre eles está o chefe de redação e editor Bruno Fonseca, que trabalha em apurações baseadas em política, acesso à informação e dados.

No período analisado, percebeu-se que a Pública tem produções em diferentes formatos: reportagens, entrevistas, crônicas, perfis e outros. Os materiais do veículo também são divididos por editorias: Socioambiental, Sociedade, Poder, Gênero e Diversidade, Empresas, Tecnologia, Militares, Poder Religioso, Violência e Justiça, apresentadas nessa ordem na página inicial do site, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Editorias da página inicial do site da Pública



Fonte: Pública (2023)

No período de análise, notou-se que os conteúdos relacionados à política são publicados principalmente na editoria Poder e, em alguns casos, Tecnologia. Vale mencionar que algumas matérias são divulgadas em mais de uma aba, dependendo do assunto abordado. Ademais, a agência também conta com Especiais que podem estar associados a essa temática.

A Pública separava as publicações pela classificação de dados de 2017 até 2021, com a seguinte prerrogativa: “Reportagens feitas a partir de levantamento e cruzamento de números e estatísticas. Metodologia aplicada ao jornalismo para revelar denúncias, relações e padrões desconhecidos” (PÚBLICA, 2017, n/p). Entretanto, a última reportagem data de 16 de junho de 2021, conforme mostrado na Figura 4, por isso, essa categorização não vale para o período de análise deste trabalho. Ao abrir o menu do site, ainda é possível ver e selecionar a aba de “dados” para acessar esses materiais.

Figura 4 – Seção de dados da Pública



Fonte: Pública [2017?]

Ao escrever a palavra dados na aba de pesquisa, aparecem alguns documentos (em pdf) que mostram conjunto de dados, ofícios, pesquisas e outros tipos de materiais com esse intuito. Diante da forma com que a agência distribui os conteúdos, a escolha dos materiais estudados se deu a partir das publicações nas abas que tratam mais diretamente de política. A contagem e pré-seleção considerou as editorias Poder e Tecnologia, citadas anteriormente, como aponta o Quadro 1. Entretanto, a análise se deu apenas do que foi publicado na primeira e que a autora deste trabalho considerou que se trata de JD, com base na bibliografia consultada.

Quadro 1 - Quantidade de publicações da Pública

Período	Número de Publicações na Editoria Poder	Número de Publicações na Editoria Tecnologia
Fevereiro/22 a Abril/22	20	1
Maio/22 a Julho/22	22	4
Agosto/22 a Outubro/22	73	35
Novembro/22 a Fevereiro/23	63	5

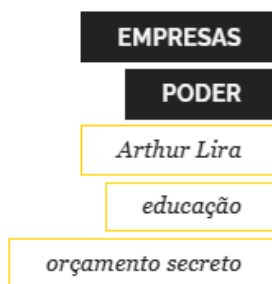
Fonte: A autora

Em geral, após analisar os cinco conteúdos, pode-se afirmar que são, majoritariamente, reportagens mais longas com uma média de 26 parágrafos. Eles abordam outras temáticas aliadas a política, como religião, meio ambiente e educação, além de, em sua maioria, terem visualização dos dados por meio de gráficos produzidos por diferentes profissionais.

Quanto à apresentação da análise da Pública, destaca-se que os dois primeiros parágrafos contêm um resumo da temática da reportagem, indicando o nome do(s) autor(es) e o mês de publicação. Nesse sentido, observou-se a presença dos seguintes ângulos: escala, mudança, classificação e exploratório.

A **reportagem** “Empresa de aliado de Lira que vende kit com sobrepreço lucrou R\$9 milhões em um ano” foi publicada em abril de 2022 e produzida por Alice Maciel e Bruno Fonseca. Ela pode ser lida nas editorias Poder e Empresas, além de ter sido marcada em “Arthur Lira”, “educação”, “MEC” e “orçamento secreto”, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Classificação da reportagem da Pública



Fonte: Pública (2022)

O texto explica que a Megalic, companhia que, entre outros produtos, vende kits de robótica para escolas, recebeu verbas do orçamento secreto do MEC e teve, só em 2020, uma receita de aproximadamente R\$ 20,7 milhões com a comercialização dos itens e um custo de R\$ 6,5 milhões com eles (MACIEL; FONSECA, 2022). Ainda de acordo com a publicação, a “diferença entre o custo dos produtos e as vendas permitiu que a Megalic tivesse um lucro líquido – já descontados todos os impostos e custos de operação – de mais de R\$ 9,2 milhões” (MACIEL; FONSECA, 2022, n/p). O texto indica que alguns kits de robótica foram vendidos para escolas que não têm infraestrutura básica, como saneamento.

A Pública também utiliza informações e dados apurados pela Folha de S.Paulo para apontar o quanto a empresa pagou por certos produtos e o valor pelo qual ela os comercializou, por exemplo. Além disso, faz comparações de preços com itens vendidos em outro período do ano, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Print de trecho da primeira reportagem da Pública

A **Pública** também teve acesso às notas que mostram que a Megalic compra kits de uma empresa chamada Pete — Educação com Tecnologia. Em setembro do ano passado, ela adquiriu 370 kits de robótica para o ensino fundamental da Pete por R\$ 2,7 mil cada e as vendeu aos municípios alagoanos por R\$ 14 mil.

Em comparação, em janeiro de 2021, a prefeitura de Costa Rica, no Mato Grosso do Sul, fechou contrato para a compra de kit de robótica para o ensino fundamental também da Pete por R\$ 6,6 mil a unidade. A reportagem procurou a Megalic que informou por meio de assessoria de imprensa que não iria se manifestar. Também a Pete foi procurada através de canais oficiais, mas não respondeu.

Fonte: Pública (2022)

A reportagem mostra imagens de notas fiscais e da sede da empresa, além de contextualizar sua atuação e as relações políticas que a cercam, e explicar os números apresentados. Entretanto, todos os dados são noticiados em forma de texto, não há **visualização** para o público.

A publicação divulga declarações concedidas por uma instituição de ensino e destaca os trechos mais importantes, mas disponibiliza a nota na íntegra (em pdf) para quem tiver o interesse de se aprofundar. Vale mencionar que a reportagem tem hiperlinks e que a Pública já veiculou outras matérias sobre a empresa, a relação com Arthur Lira e outros políticos, o que evidencia que o assunto foi investigado no longo prazo.

Diante da escolha do título, que reflete o foco escolhido pelos autores e veículo para os dados levantados, pode-se inferir que a angulação é a **escala**, uma vez que indica o tamanho da situação denunciada e fornece um contexto para que o leitor possa entendê-la (BRADSHAW, 2021). Quanto à **fonte** dos dados, o texto informa que eles foram obtidos nos documentos que registram o balanço financeiro da companhia a que o veículo teve acesso, sem dar mais detalhes sobre como isso se deu ou como as comparações numéricas foram feitas (**metodologia**).

Ainda há os elementos que foram creditados a outro veículo e, mesmo que não haja indicação na reportagem, fica evidente que dados públicos do MEC foram averiguados para saber o valor dos repasses a algumas cidades para investir em educação. Vale pontuar que há contextualização, explicação e indicações do que a situação e os dados denunciados implicam.

Já a **reportagem** “MEC de Bolsonaro nega Bolsa Permanência a 6 em cada 10 alunos indígenas e quilombolas” foi publicada em maio de 2022 e produzida por Bruna Bronoski. Ela pode ser lida nas editorias Poder e Sociedade, além de ter sido classificada em “governo Bolsonaro”, “indígenas”, “Ministério da Educação”, “quilombolas”, “socioambiental” e fazer parte do especial Emergência Climática¹⁵. O texto denuncia a situação de estudantes indígenas e quilombolas que necessitam da Bolsa Permanência, que prevê auxílio de R\$ 900 para se manter na universidade.

De acordo com Bronoski (2022), para conseguir esse direito, os alunos precisam realizar a autodeclaração, apresentar um documento que comprove a comunidade de residência, uma declaração da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) ou da Fundação Palmares e, por fim, um termo de compromisso. Em 2016, 24.523 estudantes recebiam a bolsa e em 2022 o número caiu para 8.785 (BRONOSKI, 2022).

A reportagem reúne entrevistas com alunos que têm o direito de ganhar o benefício, professores de diferentes universidades e representantes da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (Abia) e Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). As declarações dessas pessoas são essenciais para contextualizar a situação, humanizar os dados e mostrar, de forma clara, como o auxílio (e a falta dele) impacta na formação universitária desses estudantes.

A autora apresenta diferentes dados ao longo do texto, inclusive aqueles que representam o cenário de determinada instituição, por exemplo. Ademais, faz comparações da situação denunciada com outros gastos de um governo, como demonstra a Figura 7, a fim de evidenciar o tamanho do problema.

Figura 7 – Print de trecho da segunda reportagem da Pública

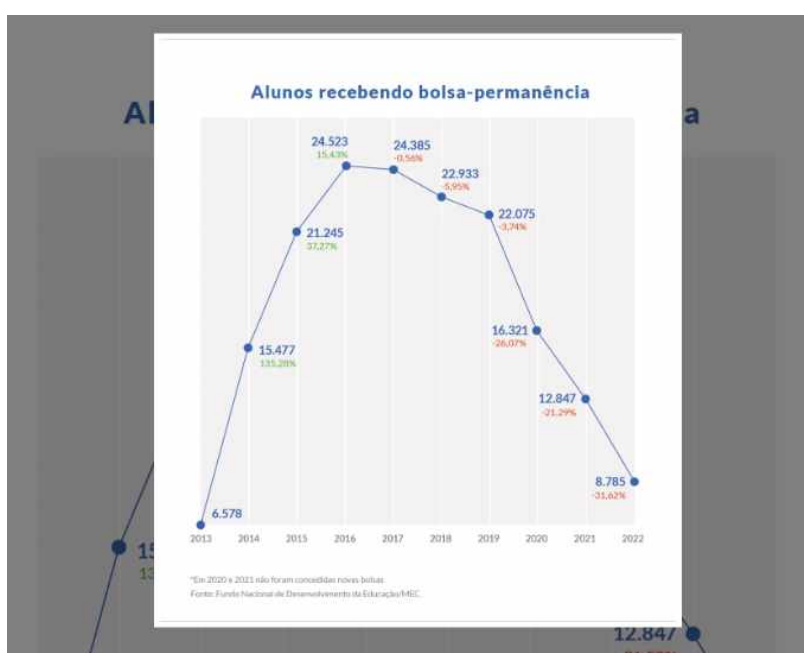
Seriam necessários R\$ 34,8 milhões de verba pública – apenas R\$ 2,9 milhões por mês – para atender o número de candidatos que têm direito ao programa, mas não foram contemplados neste ano. A título de comparação, esse valor é inferior aos gastos individuais do presidente Jair Bolsonaro nos cartões corporativos no período de 35 dias entre abril e maio, que foi de R\$ 4,2 milhões.

Fonte: Pública (2022)

¹⁵ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em <https://apublica.org/especial/emergencia-climatica/>.

Com relação à única **visualização**, nota-se que a produção exibe em gráfico apenas os dados principais do assunto, ou seja, aqueles referentes ao número de estudantes beneficiados de 2013 a 2022. Como o foco é mostrar que o número caiu a partir do governo Temer (BRONOSKI, 2022), os números são dispostos em um formato de linha, o que evidencia ganhos e perdas, por exemplo, conforme é possível ver na Figura 8. Diante disso, percebe-se que o ângulo presente na visualização é **mudança**, mesmo que no título dela isso não fique claro para o público.

Figura 8 – Print do gráfico “Alunos recebendo bolsa-permanência”



Fonte: Pública (2022)

A Figura 8 também demonstra que o leitor pode ter uma visualização única do gráfico quando clica nele durante a navegação pelo texto. A legenda presente na visualização contém uma informação nova e que a enriquece. Os demais dados são noticiados no decorrer do texto, o qual é acompanhado de imagens e hiperlinks. Vale mencionar que alguns números exibidos na visualização são repetidos ao longo da reportagem.

A Pública afirmou, logo no primeiro parágrafo, que os números foram obtidos via LAI (**fonte**), mas não detalha a **metodologia** utilizada para extrair e publicar os dados. Por fim, nota-se que a angulação utilizada pela autora é a **escala**, sendo esta contextualizada no título e em algumas abordagens utilizadas, já citadas. Isso pode ser afirmado porque, conforme Bradshaw (2021, p. 3), esse tipo de recorte pode ser considerado “usando porcentagem ou proporções (por exemplo, ‘um em cinco’) ou comparações e analogias (‘O dinheiro gasto no

plano equivale ao salário de 500 professores’). Notou-se que o assunto foi **explorado e contextualizado**.

O terceiro material analisado foi a **reportagem** “Candidatos às eleições deste ano tem R\$ 84 milhões em multas ambientais”, publicada em agosto de 2022 e produzida por Bianca Muniz, Bruno Fonseca, Caio de Freitas Paes, José Cícero e Rafael Oliveira. Ela pode ser lida nas editorias Poder e Socioambiental, além de ter sido classificada em “eleições”, “exploração ambiental”, “Ibama”, “meio ambiental” e fazer parte do especial Amazônia sem Lei¹⁶. A produção detalha os candidatos aos cargos de deputado federal e estadual, governador, senador e presidente que possuem multa(s) por infrações ambientais no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

De acordo com Muniz *et al.* (2022), os então 251 candidatos somavam R\$ 84 milhões em multas e 440 autuações em um período de 30 anos. O texto cita o nome dos candidatos, a quantidade de multas que tinham à época e detalha algumas, apontando o valor, o que foi infringido, quando e em que local, conforme mostra a Figura 9.

Figura 9 – Print de trecho da terceira reportagem da Pública

É esse o caso do candidato a deputado federal em Mato Grosso pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o médico paulista Clésio Carvalho. Ele é o nome com o maior valor em multas aplicadas pelo Ibama nos últimos 30 anos dentre os políticos que concorrem às eleições de 2022. Clésio Carvalho foi multado em R\$ 15 milhões no âmbito de uma ação policial que combateu o desmatamento ilegal de mais de 13 mil hectares na Terra Indígena Menkragnoti (MT), entre 2012 e 2015. A ação, a Operação Kayapó, foi realizada em 2016 pela Polícia Federal (PF), Ibama, Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal, após denúncias dos próprios indígenas Kayapó de que havia acampamentos de desmatadores dentro do território.

Fonte: Pública (2022)

Com relação à estrutura, a reportagem conta com hiperlinks, imagens e utiliza outros veículos jornalísticos como **fonte**. A maioria dos parágrafos é marcada por números, para

¹⁶ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em <https://apublica.org/especial/amazonia-sem-lei>.

quantificar o valor das autuações ou a porcentagem que indica quais partidos políticos mais possuem candidatos multados. Para melhorar a **visualização**, os autores optaram por produzir uma tabela que proporciona uma pequena **interação** do público, assim como mostra a Figura 10. O leitor pode digitar o nome do candidato, partido ou estado, por exemplo, que deseja consultar na barra de pesquisa e descobrir, entre outras coisas, qual a ocupação dele, quantidade de multas e o valor delas.

Figura 10 – Print de tabela “Candidatos com multas ambientais”¹⁷

Candidatos com multas ambientais
Nas eleições em 2022, há 251 candidatos registrados com multas aplicadas pelo IBAMA. Veja quem são abaixo:

Digite o nome do candidato, partido, ocupação ou UF

CANDIDATO	NOME NA URNA	UE	PARTIDO	CARGO	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE MULTAS	VALOR
Cleiso Antonio Souza Carneiro Filho	Dr Cleiso Carneiro	MT	PROS	Deputado Federal	Médico	2,00	15,55 milhões
Robson Donizetti De Souza Moreira	Robão Do Central Do Bel	RO	PSC	Deputado Federal	Pecuarista	3,00	1,59 milhões
Alfonso Antonio Cândido	Alfonso Cândido	RO	PL	Deputado Estadual	Empresário	4,00	7,03 milhões

Candidatos com multas ambientais
Nas eleições em 2022, há 251 candidatos registrados com multas aplicadas pelo IBAMA. Veja quem são abaixo:

Jose

CANDIDATO	NOME NA URNA	UE	PARTIDO	CARGO	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE MULTAS	VALOR
Jose Lopes Junior	Zé Lopes	AC	PL	Deputado Estadual	Advogado	5,00	2,39 milhões
Jose Luciano Nascimento Lima	Luciano De Mesininha	SE	PP	Deputado Federal	Produtor Agropecuário	1,00	10,5 mil
Jose Luiz Pimenta De	Pimenta	ES	PP	Deputado Estadual	Agricultor	1,00	500

Candidatos com multas ambientais
Nas eleições em 2022, há 251 candidatos registrados com multas aplicadas pelo IBA. Veja quem são abaixo:

Pf

CANDIDATO	NOME NA URNA	UE	PARTIDO	CARGO	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE MULTAS	VALOR
Antonio Galvan	Antonio Galvan	MT	PTB	Senador	Empresário	2,00	1,56 milhões
Dalton Benoni Martini	Dalton Martini	MT	PTB	Deputado Federal	Empresário	1,00	374,6 mil
Jose Alípio Fernandes Da Silveira Paulo	Zeca Alípio	BA	PTB	Deputado Federal	Administrador	1,00	82,4 mil

Candidatos com multas ambientais
Nas eleições em 2022, há 251 candidatos registrados com multas aplicadas pelo IBAMA. Veja quem são abaixo:

Clá

CANDIDATO	NOME NA URNA	UE	PARTIDO	CARGO	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE MULTAS	VALOR
Carillo Pereira Da Costa	Carillo Aranda	MG	PDT	Deputado Federal	Empresário	1,00	2,05 milhões
Edmarcio Moraes Leal	Edmarcio Leal	MG	PODE	Deputado Federal	Administrador	2,00	237 mil
Eli ezer Vieira Machado Filho	Lizerim	MG	AVANTE	Deputado Estadual	Vereador	1,00	237 mil

Fonte: Pública (2022) – Colagem feita pela autora

Vale mencionar que o recurso de pesquisa também dá mais praticidade para a navegação do usuário, visto que a tabela tem 17 páginas com os dados dos 251 candidatos, conforme é indicado ao final dela. Na parte da **fonte** da visualização, a Pública disponibiliza o link do material utilizado do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Portal de Dados abertos do Ibama, além de indicar que a tabela foi feita na plataforma “Flourish”, na parte interativa. Portanto, contém indícios do ângulo **exploratório**, porque permite que o usuário explore os dados a partir de uma perspectiva mais pessoal (BRADSHAW, 2021), neste caso, a preferência dele quanto aos candidatos consultados.

Analisando o texto e a forma como ele é divulgado para a audiência, é possível afirmar que a angulação escolhida pelos autores é a **escala**, uma vez que trata da quantidade de dinheiro somada em multas ambientais por diferentes candidatos, sem comparações com algum período anterior, por exemplo. A publicação se destaca por apresentar a **metodologia**

¹⁷ A figura é clicável e redireciona para a tabela interativa.

utilizada pelos profissionais para exportar, limpar e padronizar, e cruzar os dados, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 – Print da metodologia descrita na terceira reportagem da Pública

Metodologia
<p>1) Exportando os dados: Os dados de candidatos cadastrados em 2022 foram baixados do repositório de dados eleitorais do TSE às 10 horas do dia 16 de agosto de 2022. Já os dados de multas do Ibama foram exportados do portal de dados abertos do órgão no dia 16 de agosto. A última atualização destes dados foi realizada às 19h do dia anterior.</p> <p>2) Limpeza e padronização: As multas ambientais seguiram os seguintes critérios para serem analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critérios de inclusão: Multas aplicadas a partir de 01/01/1994 até 15/08/2022; • Critérios de exclusão: multas sem CPF/CNPJ; multas com os status débito “excluído”, “cancelado” ou “substituído por outro AI” (veja a lista completa); registros duplicados. <p>A coluna CPF/CNPJ foi duplicada e renomeada como “CPF_limpo”, e desta foram retirados os caracteres “.”, “-” e “/” para padronização.</p> <p>3) Cruzamento: A partir das colunas de CPF das duas bases, fizemos o cruzamento dos dados. 440 multas foram associadas a 251 CPFs de candidatos.</p>

Fonte: Pública (2022)

Por fim, a reportagem **contextualiza** os dados e **explora** as implicações que eles apresentam ao apontar se os políticos citados têm relações com o ex-presidente Bolsonaro e, em casos positivos, de que maneira isso se dá. Essa investigação se faz pertinente porque, quando a matéria foi publicada, ele era presidente do país e, portanto, uma das figuras mais importantes da política. Além disso, indica os candidatos que tentaram interferir na atuação do Ibama com projetos de lei que tentavam abrandar a aplicação de multas, por exemplo. O texto não conta com declarações e/ou entrevistas com pessoas, já que, segundo Muniz *et al.*, (2022), os indivíduos citados na reportagem não deram retorno.

Já a **reportagem** “Dívida de igrejas com a União dobrou durante governo Bolsonaro” foi publicada em novembro de 2022 e escrita por Bruno Fonseca, Matheus Santino, Mariama Correia e Nathallia Fonseca. Ela está presente nas editorias Poder e Poder Religioso, além de fazer parte das publicações sobre “Bolsonaro” e “Igreja”. Em resumo, a produção explica que, durante a gestão de Bolsonaro, de 2019 a 2022, as igrejas acumularam R\$ 1,13 bilhão de

débitos tributários, o que representa mais da metade do valor total calculado em novembro de 2022, que era R\$ 2,15 bilhões (FONSECA *et al.*, 2022).

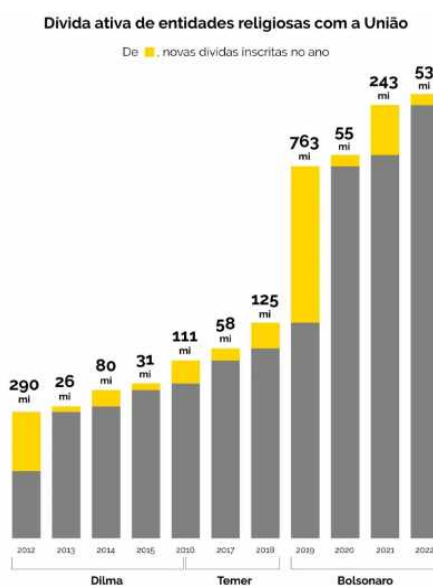
O texto apresenta duas **visualizações** e indica quais são as congregações que mais devem, bem como a relação delas com o ex-presidente, além de casos de recolhimento de bens registrados na Justiça e outros tipos de processos, como o trabalhista, que correm desde 1992 (FONSECA *et al.*, 2022). A reportagem também discorre sobre as leis tributárias, o que mudou durante o governo de Bolsonaro e como essas dívidas são protocolizadas.

Os profissionais também apontam outros dados levantados anteriormente pela Pública, como a arrecadação total de templos registrados na Receita em 2018, de R\$ 701 milhões (FONSECA *et al.*, 2022). Ainda conforme o texto, esse valor representa um crescimento de 15,9% em relação a 2017, quando a arrecadação somou R\$ 605 milhões.

Com relação à estrutura e à aplicação do JD, logo no título é perceptível que o dado é o que mais importa na reportagem, visto que é a partir dele que as demais informações foram exploradas e divulgadas. Quando os autores optam por dizer que o valor dobrou, fica evidente que a angulação nomeada como **mudança** é a mais aplicável, visto que o dado é posto nesse contexto e indica um aumento da dívida durante o período analisado pela reportagem.

Para mostrar esse cenário de forma mais clara, o texto apresenta uma visualização em que a primeira parte é um gráfico de barras verticais que expõe o valor devido pelas entidades religiosas durante os últimos três governos: Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, respectivamente, conforme demonstrado na Figura 12.

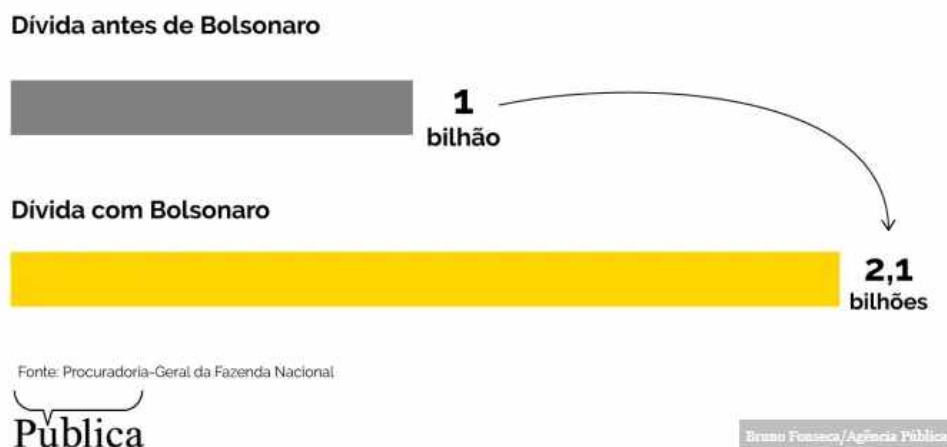
Figura 12 – Print do gráfico “Dívida ativa de entidades religiosas com a União”



Fonte: Pública (2022)

Na sequência, um gráfico de barras horizontais também torna visível o aumento de valor contido no título da reportagem, como é mostrado na Figura 13.

Figura 13 – Print do gráfico “Dívida antes de Bolsonaro”



Fonte: Pública (2022)

Além da visualização dos dados, a agência **contextualiza** as informações e explica para o leitor o que esse aumento acarreta, como as relações entre política e representantes religiosos se deram nesse caso e quais as implicações disso. Vale destacar que a parte textual é composta por hiperlinks, trechos de entrevistas, referência a matérias e/ou investigações de outros veículos e de conteúdos já publicados pela agência. A partir dessas explicações, os autores também exibem outros dados pertinentes para o tema em forma de gráfico de barras horizontais, como mostra a Figura 14. Essa visualização contém um ângulo secundário para a produção, a **classificação**, porque se propõe a classificar as entidades que possuem as maiores dívidas.

Figura 14 – Print do gráfico “Entidades religiosas com maiores dívidas inscritas durante governo Bolsonaro”



Fonte: Pública (2022)

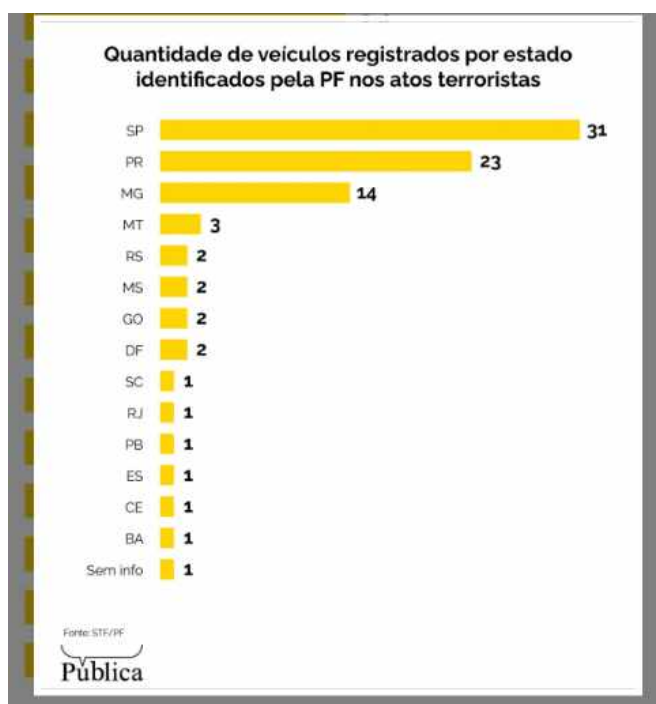
As visualizações contidas nessa reportagem não apresentam outros atributos, como interatividade. Outros dados são apontados ao longo da publicação, mas junto com o texto, o que pressupõe que os autores optaram por fazer gráficos do que consideraram mais relevante. A partir desses detalhes, nota-se que a informação como um todo é dada em conjunto, ou seja, precisa dos dados e da contextualização na redação para que o público compreenda o assunto em totalidade e consiga entender o que os números, neste caso em valores monetários, significam. Os profissionais apontam, logo no primeiro parágrafo, que os dados foram obtidos por meio da LAI, mas não dão mais detalhes sobre o **processo de apuração**.

Por fim, a **reportagem** “Maioria dos ônibus que transportaram terroristas são do Paraná e São Paulo” foi publicada em janeiro de 2023 e produzida por Bianca Muniz, Bruno Fonseca, Karina Tarasiuk, Matheus Santino, Paula Bianchi, Rafael Oliveira e Thiago Domenici. Ela pode ser acessada nas editorias Poder e Violência, além de ter sido classificada em “bolsonarismo”, “Brasília” e “terrorismo”. A publicação discorre sobre os ônibus alugados por golpistas para invadir a capital do país no dia 8 de janeiro de 2023 (MUNIZ *et al.*, 2023). De acordo com o texto, dos 86 veículos identificados pela Polícia Federal (PF), 31 são de São Paulo e 23, do Paraná.

Os profissionais também investigaram os nomes das empresas ou pessoas responsáveis pelos veículos, se elas tinham ligação com o ex-presidente ou com o governo, valendo-se de publicações nas mídias sociais, contratos oficiais e conteúdos do Portal da Transparência.

O texto é estruturado a partir do dado que demonstra uma quantidade maior de veículos provenientes de dois estados brasileiros envolvidos nos atos terroristas, optando por fazer a afirmação no título da reportagem e apresentar o dado logo no início do texto. Diante disso, é possível inferir que, embora o ângulo utilizado pareça ser escala em um primeiro momento, no decorrer da produção, os dados são colocados em uma situação quando os autores fazem a análise dos estados dentro da totalidade de veículos utilizados, o que permite fazer afirmações e chamar a atenção para a maior incidência em SP e PR, ocorrendo **classificação**, conforme mostra a Figura 15.

Figura 15 – Print do gráfico “Quantidade de veículos registrados por estado identificados pela PF nos atos terroristas”



Fonte: Pública (2023)

O material conta com esse único **gráfico** estático, mesmo que seja marcado pela apresentação de dados e inferências sobre eles, o que pode ser encarado como uma fragilidade quando se considera a visualização. A reportagem também investiga os débitos dos veículos, apontando valores e, mais uma vez, mostrando que o estado de São Paulo reúne a maior parte

dessas dívidas. Ao descobrir os proprietários das empresas e algumas pessoas que alugaram, os profissionais expõem, em números, as relações que alguns deles mantinham com o governo Bolsonaro. Entretanto, os dados são apresentados em forma de texto, como mostra a Figura 16.

Figura 16 – Trecho da quinta reportagem da Pública

Segundo apuração da **Pública**, a Rota Brasil de Izaul recebeu R\$ 43 mil em recursos do governo federal na gestão de Jair Bolsonaro. Todos os pagamentos foram realizados entre 2020 e 2022.

De acordo com o Portal da Transparência, os contratos se referem à locação de ônibus com motoristas. Um deles, no valor de R\$15 mil, foi para a superintendência estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Mato Grosso.

A Rota Brasil também fechou contratos com o Ministério da Defesa para locação de ônibus na Operação Verde Brasil, em 2020. A operação foi uma ação do governo federal de Bolsonaro que mobilizou militares através de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Amazônia. A empresa de Izaul firmou R\$ 28 mil em contratos com a Defesa para fretamento de ônibus entre cidades do Mato Grosso, como Ladário, Poconé e Sinop.

Fonte: Pública (2023)

Nota-se que os profissionais apresentam vários dados ao longo do texto e discorrem sobre o que **significam**, com o que se relacionam e apresenta, quando há, a declaração ou esclarecimento dado pela companhia. A reportagem também é marcada pela factualidade, visto que aborda um desdobramento dos atos terroristas e, por isso, em alguns trechos retoma ações da PF, por exemplo.

De acordo com o que é mencionado no decorrer do texto, percebe-se que os **dados foram obtidos** de diferentes formas, seja pela divulgação da PF ou do Supremo Tribunal Federal (STF), e análise no Portal da Transparência. Entretanto, em alguns trechos, não fica claro para o público qual a **fonte** ou a **metodologia** utilizada para consegui-los, visto que a agência opta por frases como “levantamento inédito da Pública” ou “apuração da Pública”.

5.2 Nexo Jornal

O Nexo foi lançado em 2015 e se intitula como um jornal digital que, entre outras coisas, prioriza “a apresentação de dados e estatísticas, e cobrindo uma diversidade de temas

de forma equilibrada” (SOBRE... 2023, n/p). O veículo também se define como independente e afirma explorar os recursos da plataforma digital ao disponibilizar conteúdos em diferentes formatos, como infográficos, vídeos, materiais interativos e podcasts (SOBRE... 2023).

O Nexo conta com programa de assinatura¹⁸ que concede acesso ilimitado a todos os conteúdos. O usuário pode escolher entre quatro planos: mensal, por R\$ 20; trimestral, por R\$ 50; anual, por R\$ 132; e combo anual do veículo e do The New York Times, por R\$ 308. Para não-assinantes, somente as seções “Vídeo”, “Podcast” e “Expresso” possuem acesso livre: no mais, três conteúdos podem ser consumidos por mês.

De acordo com o texto disponibilizado na aba Sobre do site, o jornal recebeu doações e investimentos de organizações. Além disso, faz parte do consórcio global The Trust Project, o qual incentiva um “jornalismo com transparência, precisão, inclusão e justiça para que o público possa fazer escolhas informadas de notícias” (MISSÃO, 2023, n/p, tradução nossa). O projeto também prevê que os parceiros coloquem em prática os oito indicadores de confiança, entre os quais estão: informar onde as informações foram obtidas, apresentar diversidade de vozes e perspectivas (NOSSA... 2023).

O Nexo possui 18 seções, como aponta a Figura 17, e classifica os conteúdos pelos seguintes temas: ciência e saúde; cultura; economia; esporte; internacional; meio ambiente; política; sociedade; e tecnologia.

Figura 17 – Seções do site do Nexo Jornal



Fonte: Nexo Jornal (2023)

¹⁸ A autora do trabalho assina o veículo e, por isso, conseguiu ler todas as publicações necessárias para fazer a análise.

O jornal se destaca por possuir a seção de gráficos que combina visualização e pequenos textos para divulgar e explicar dados e históricos para a audiência. Ela apresenta temáticas variadas, como mostra a Figura 18, e que geralmente não estão ligadas a acontecimentos imediatos, sendo uma das exceções a cobertura eleitoral.

Figura 18 – Seção Gráfico na página inicial do site do Nexo Jornal



Fonte: Nexo Jornal (2023)

A composição da equipe do jornal também é interessante, ele conta com: um analista de dados, Henrique Chalita; um editor de gráficos, Gabriel Zanlorenssi; uma infografista de dados, Mariana Froner; uma editora-assistente de arte, Mariana Simonetti; além de uma estagiária de infografia, Giovanna Hemerly; e uma de arte, Marina Fodra (NOSSA... 2023). Essa divisão de funções demonstra que o veículo valoriza a produção de visualizações de dados, o que implica um compromisso com a apuração e em como divulgá-la para a audiência. Não há indicação de profissionais exclusivos para a cobertura política.

Vale mencionar que o Nexo conta com a newsletter “Nos Eixos”, que encaminha, exclusivamente, gráficos e dados para os inscritos. Ainda sobre esse tipo de iniciativa, na seção Interativo, o veículo apresenta uma publicação que compara o salário do usuário com a realidade brasileira. A calculadora, como o jornal denomina, foi divulgada em 2016 e teve os dados atualizados em 2018. Nela, a pessoa coloca quanto recebe, o Estado onde mora e tem acesso a uma comparação desse valor, entre outros indicadores, “com o salário de um deputado federal, e com os de um juiz de primeira instância, de um médico e de um professor da educação básica de seu estado” (ZANLORENSSI; HARO, 2022, n/p). Para ilustrar, foi

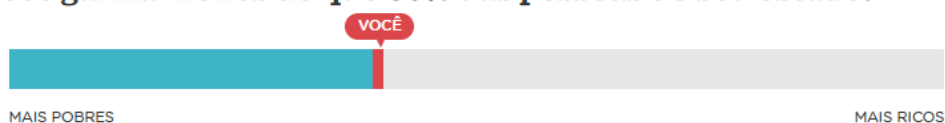
inserido o valor do salário mínimo em 2018, R\$ 954¹⁹, em Minas Gerais, e a ferramenta fez as comparações, conforme aponta a Figura 19.

Figura 19 – Resultado da ferramenta calculadora do veículo²⁰

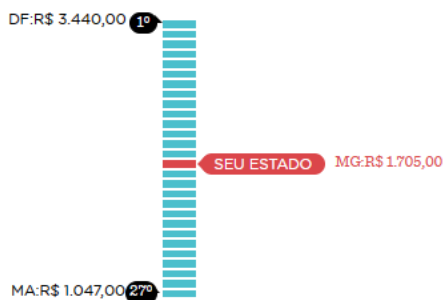
Você ganha menos do que 61% dos brasileiros:



Você ganha menos do que 60% das pessoas do seu estado:



Seu estado está em 15º lugar no ranking de rendimento médio do país:



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Como essa produção foi atualizada com dados de cinco atrás, ela não foi considerada para a análise desta monografia. Ademais, a seção Interativo não foi observada para a contagem e pré-seleção dos materiais porque a calculadora é a publicação mais recente que utiliza dados. Nesse sentido, essa etapa do trabalho se valeu dos conteúdos divulgados na seção Gráfico e o que foi colocado pelo jornal na temática política. A contagem pode ser vista no Quadro 2.

¹⁹ “Começou a valer no dia 1º de janeiro o novo salário mínimo nacional. De R\$ 937, o valor passou para R\$ 954...” (G1, 2018).

²⁰ A figura é clicável e redireciona para o site que contém a visualização interativa.

Quadro 2 - Quantidade de publicações do Nexo Jornal

Período	Número de Publicações em “Gráfico”	Número de Publicações em “Política”
Fevereiro/22 a Abril/22	34	388
Maior/22 a Julho/22	34	469
Agosto/22 a Outubro/22	51	658
Novembro/22 a Fevereiro/23	46	653

Fonte: A autora

Ao analisar os cinco conteúdos selecionados, ficou evidente que eles são, majoritariamente, um conjunto de visualizações sobre determinado tema, visto que a seção “Gráfico” apresenta o maior número de publicações de JD. Além de discorrer sobre política, as produções também abordam outras temáticas interligadas, como educação, gênero e alimentação. Todos os conteúdos analisados possuem visualização, três deles apresentam mais de um gráfico ou infográfico.

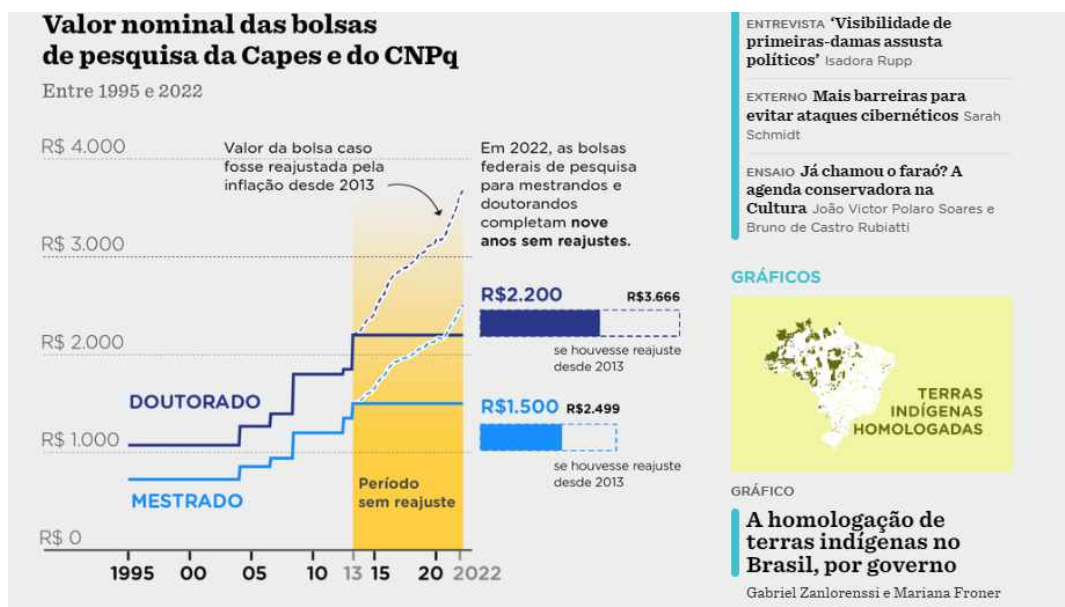
Outra característica observada no Nexo é a presença de mais de um tipo de ângulo em um único produto, visto que os títulos deixam em aberto as interpretações, muitas vezes, propondo-se a fazer um panorama do assunto. O número de visualizações e o fato de, majoritariamente, cada uma conter um título também contribuíram para essa observação fragmentada de cada ponto do conteúdo. Sendo assim, as seguintes angulações foram encontradas: **escala, mudança, classificação e exploratória**. A análise de cada produção é apresentada a seguir.

O material “Bolsas da Capes e CNPq completam 9 anos sem reajuste” foi publicado em março de 2022 na seção **Gráfico**, sendo classificado também nos temas “sociedade” e “Brasil”. Foi produzido por Gabriel Zanlorenssi e Lucas Gomes, e possui a identificação de “gráfico extra”, o que se evidenciou como as produções mais curtas que integram essa aba do veículo. De acordo com os autores, esse período sem reajuste implicou uma redução de quase 67% do que era pago aos pesquisadores, considerando a inflação. A produção também aponta outras dificuldades enfrentadas, como a falta de investimento.

A única **visualização** do material apresenta o valor das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 1995 e 2002. O gráfico exhibe as mudanças ao longo do tempo (aumento e estagnação), destacando, por meio de cor, o período

sem o reajuste, além de indicar qual seria o valor do auxílio de mestrado e doutorado se as revisões tivessem sido feitas, como é possível ver na Figura 20.

Figura 20 – Print do gráfico “Valor nominal das bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A produção também exibe algumas explicações em texto no gráfico, além de destacar o valor atual das bolsas. Essa característica ajuda a entender os dados e aponta o que essa situação implica. Logo abaixo, os autores dão mais detalhes sobre os números apresentados e indicam o que os pesquisadores enfrentam. Ao fim da produção, há a sugestão “continue no tema” com outros materiais no veículo sobre o assunto. Assim como a Figura 20 também mostra, quando o conteúdo é classificado como “gráfico extra”, o usuário visualiza divulgações de outras produções do veículo durante a navegação.

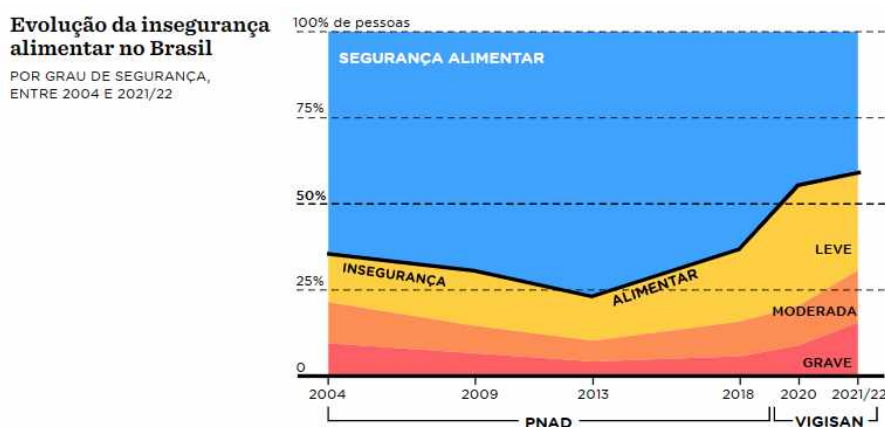
Diante do que foi exposto, nota-se que a angulação escolhida é a **mudança**, porque os autores consideram o valor das bolsas em determinado período e, a partir desses dados, conseguem afirmar a falta de ajustes. O gráfico também evidencia os pontos de crescimento e estagnação, outra característica desse tipo de ângulo. Há indicação **da fonte** consultada, mas não há menção à **metodologia**. Ademais, a produção apresenta pequenas **explicações** sobre os números e uma breve **contextualização**; desdobramentos e aprofundamento ficam por conta dos outros conteúdos indicados.

Já a produção “Os efeitos da insegurança alimentar na autoestima dos brasileiros” foi publicada em julho de 2022 na seção **Gráfico**, desenvolvida por Caroline Souza e Nicholas

Pretto e classificada nas temáticas “sociedade” e “Brasil”. O material tem como ponto de partida o relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, a Rede Penssam²¹, que avaliou a insegurança alimentar dos brasileiros durante o período da pandemia. Segundo Souza e Pretto (2022, n/p), aproximadamente “8% da população relata vergonha, tristeza ou constrangimento para obter comida”.

A publicação tem cinco **visualizações** e algumas delas também apresentam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que acompanhou a situação entre 2004 e 2018. O primeiro gráfico exibe uma evolução da insegurança alimentar no país a partir de porcentagem, a indicação de qual órgão avaliou a situação, e mostra, por cores, os diferentes níveis de insegurança, como aponta a Figura 21.

Figura 21 – Print do gráfico “Insegurança alimentar no Brasil”



A insegurança alimentar grave, quando as famílias passam fome, aumentou em todas as regiões do país. São as porcentagens mais altas desde o início do registro, em 2003.

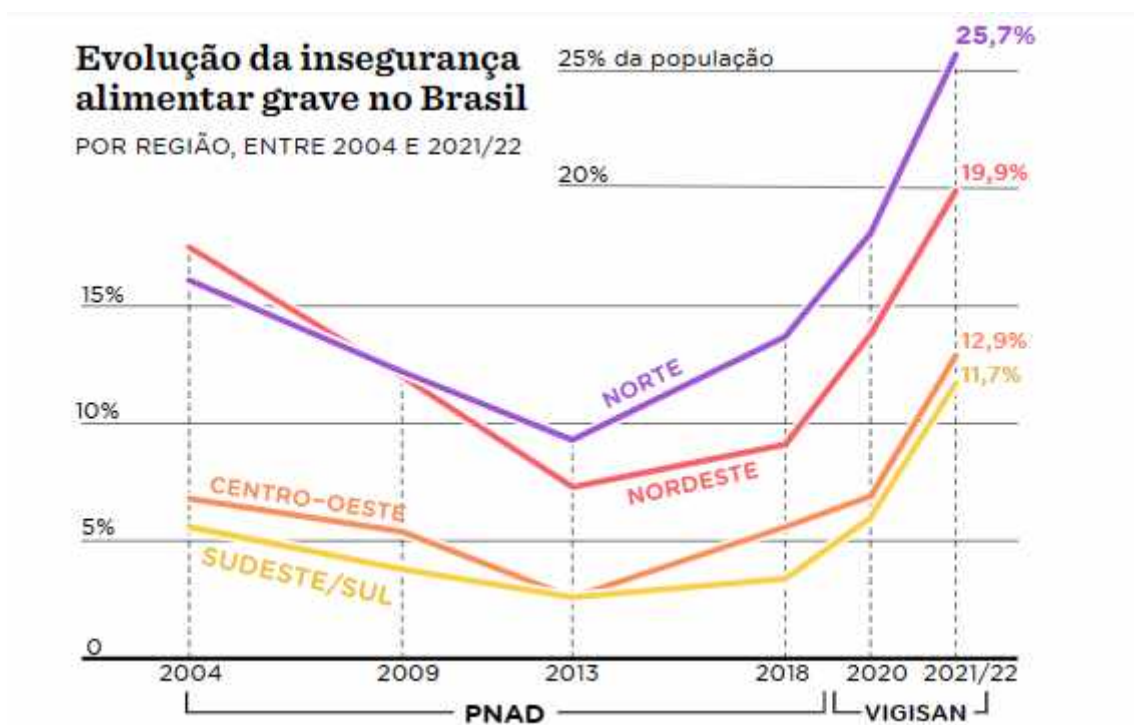
Ainda assim, as regiões Norte e Nordeste apresentam valores superiores aos demais. No Norte, mais de um quarto da população convive com a fome. No Nordeste, o número chega a quase um quinto.

Fonte: Nexo Jornal (2022)

Logo abaixo, a produção conta com um pequeno texto que contextualiza a situação e vincula, por meio de *link*, outro material do jornal que tratou sobre a fome no país, essa explicação introduz o que é mostrado na segunda visualização. Esta exibe a evolução do indicador por região, mais uma vez utilizando o recurso das cores para facilitar o entendimento do usuário e o formato de linhas para evidenciar a mudança, como mostra a Figura 22.

²¹ Informações adicionais podem ser consultadas em <https://pesquisassan.net.br>

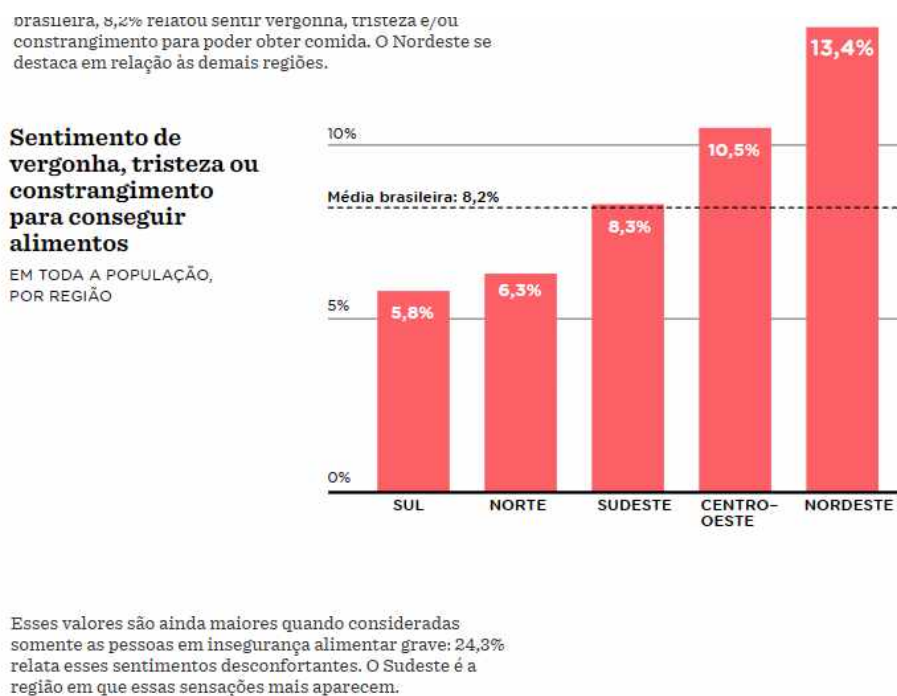
Figura 22 – Print do gráfico “Evolução da insegurança alimentar grave no Brasil”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Na sequência, também há novas informações sobre como a fome pode afetar a dignidade humana, abordando a média brasileira e apontando que o Nordeste se destaca (SOUZA; PRETTO, 2022). Isso também direciona o público para o gráfico seguinte, que aborda o sentimento de tristeza, vergonha ou constrangimento para conseguir alimentos por região, conforme observado na Figura 23. A visualização é em barras verticais e apresenta cada localidade por ordem crescente.

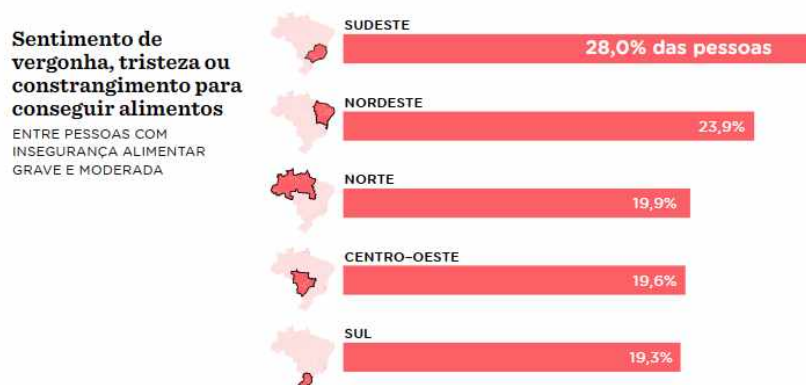
Figura 23 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Seguindo o padrão, o veículo aponta outros desdobramentos desse indicador, como a variação dos dados quando se considera apenas a população em insegurança alimentar grave, o que altera até a região com maior incidência. Desse modo, o quarto gráfico detalha essa situação com esse recorte, em formato de barras horizontais, como mostra a Figura 24.

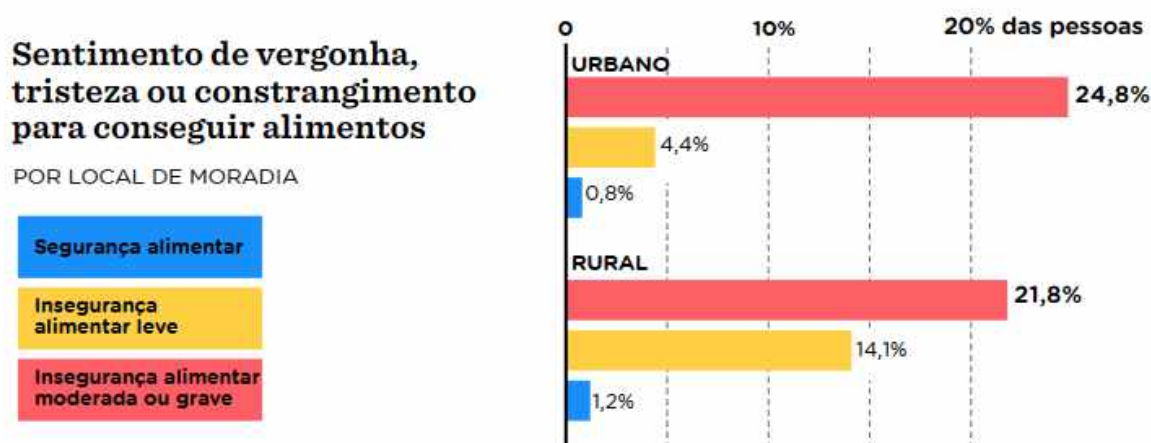
Figura 24 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Por fim, os profissionais apresentam mais uma camada desse indicador: por local de moradia. O texto também contém afirmações sobre o que os dados exibidos na sequência indicam. A quinta visualização destrincha os dados na zona rural e urbana em um gráfico de barras horizontais, que diferencia os níveis de insegurança por cores, como mostra Figura 25.

Figura 25 – Print do gráfico “Sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos” por localidade



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A partir da análise da produção, nota-se a presença de dois ângulos: **escala** e **mudança**. O primeiro fica evidente no título e nas últimas três visualizações, que dão relevância para os números em si e contextualizam o que eles representam, com os textos auxiliares até mesmo comparando as regiões nos terceiro e quarto gráficos (ao indicar qual tem a situação mais preocupante). Já a segunda angulação foi percebida nas duas primeiras visualizações que se propõem a exibir a mudança dos indicadores em determinado período. O Nexo **contextualiza**, **explica** e aponta **alguns desdobramentos** dos dados, também indica a **fonte**, mas não dá detalhes sobre a **metodologia**.

A terceira produção analisada, “Resultado das eleições presidenciais de 2022, por município”, foi publicada na seção **Gráfico** em outubro do ano passado e faz parte da coleção “Eleições 2022”. Ela foi desenvolvida por Caroline Souza e Gabriel Zanlorenssi e apresenta quatro **visualizações**, além de um breve resumo textual do resultado do 1º turno e indica os candidatos que disputaram o 2º turno.

O primeiro infográfico exibe um resumo do resultado, com a porcentagem de votos dos quatro primeiros colocados e as informações gerais da votação, como mostra a Figura 26.

A visualização é estática e, por se tratar da divulgação dos números, não carece de informações complementares para ser compreendida.

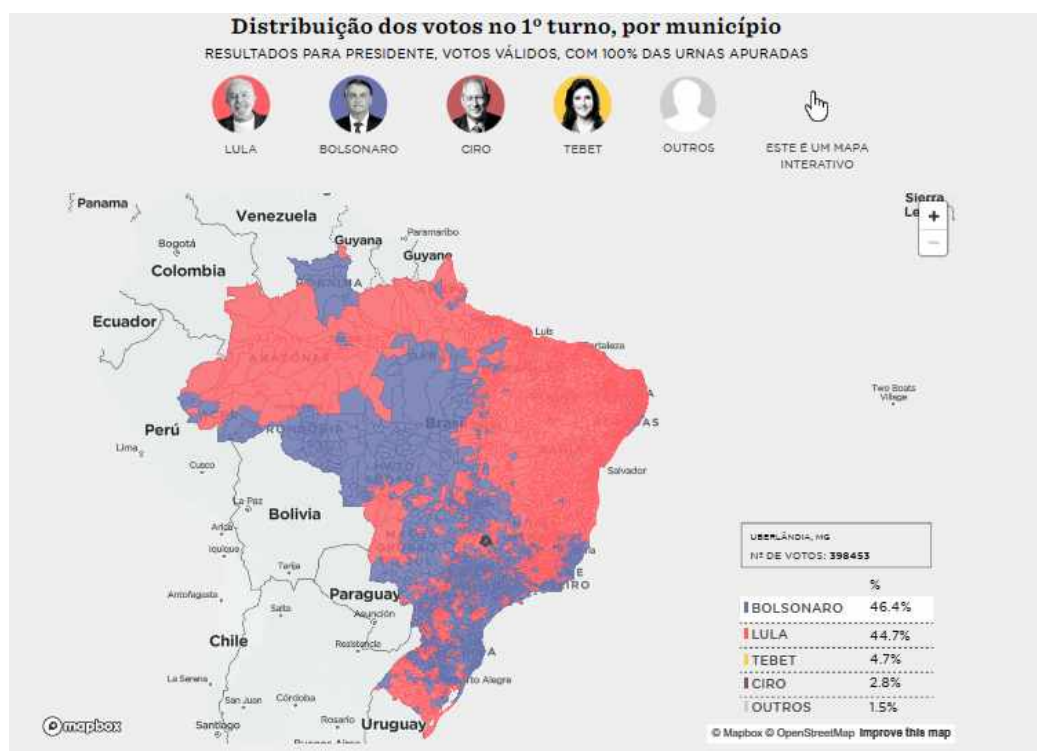
Figura 26 – Print do gráfico “Resultado no 1º turno”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A visualização seguinte contém o conteúdo citado no título da publicação e é um gráfico interativo. Nele, o usuário consegue, ao passar o mouse pelo mapa, ver o detalhamento da votação contendo o nome do município, estado, quantidade total de votos, a porcentagem dos quatro primeiros colocados e a soma dos outros candidatos, como mostra a Figura 27. Além disso, é possível dar zoom no gráfico, o que facilita a navegação do usuário, que pode encontrar a localização que deseja consultar em menos tempo. Por fim, essa visualização se destaca por indicar a plataforma em que foi desenvolvida e sinalizar que é interativa.

Figura 27 – Print do gráfico “Distribuição dos votos no 1º turno, por município”²²

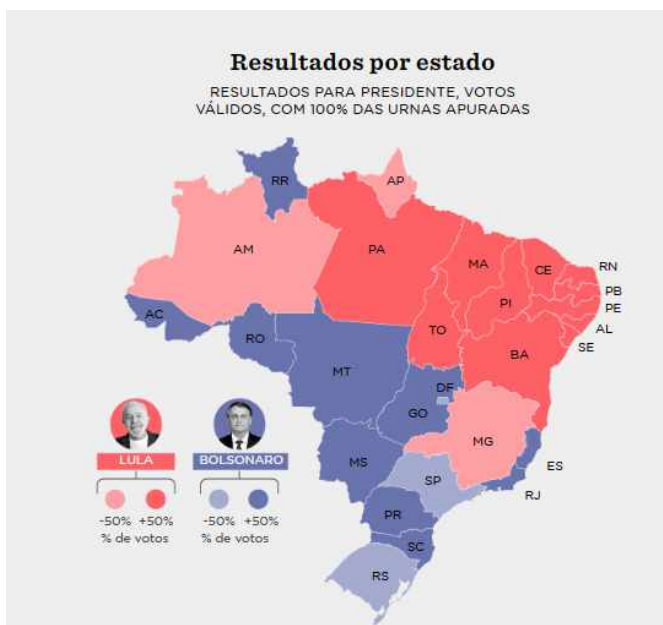


Fonte: Nexo Jornal (2022)

O terceiro gráfico é estático e apresenta o resultado por estado, considerando os dois candidatos mais votados que, na época, iriam disputar o 2º turno das eleições. A legenda ajuda a entender que a coloração do mapa indica se o político teve mais ou menos de 50% dos votos válidos, conforme a Figura 28.

²² A figura é clicável e redireciona para o site que contém a visualização interativa.

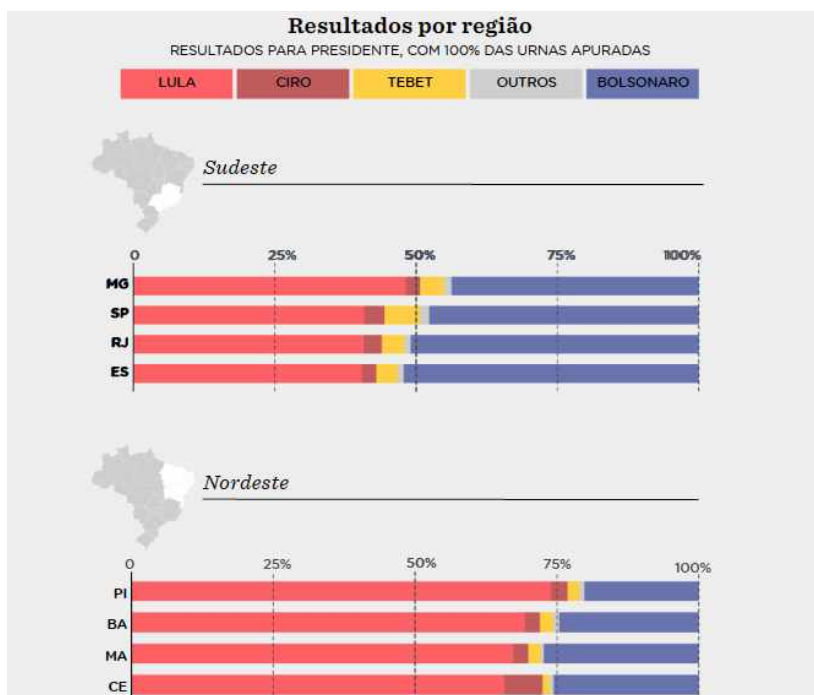
Figura 28 – Print do gráfico “Resultados por estado”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A última visualização exibe o resultado por região e considera os quatro candidatos mais votados, as porcentagens são apresentadas por estado, como mostra a Figura 29.

Figura 29 – Print do gráfico “Resultados por região”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A produção indica a **fonte** dos dados e deixa o link para que os leitores possam acessar a planilha com os resultados. A partir de todos os elementos analisados, infere-se que a intenção dos autores é detalhar os números da eleição por localidade, sem tecer comparações ou dar o histórico de votação por partido em um estado, por exemplo, o que evidencia a angulação **escala** na maior parte da produção. O segundo gráfico se destaca por permitir que o usuário interaja com os números e descubra como eles se comportam em cada município, o que indica o ângulo **exploratório**.

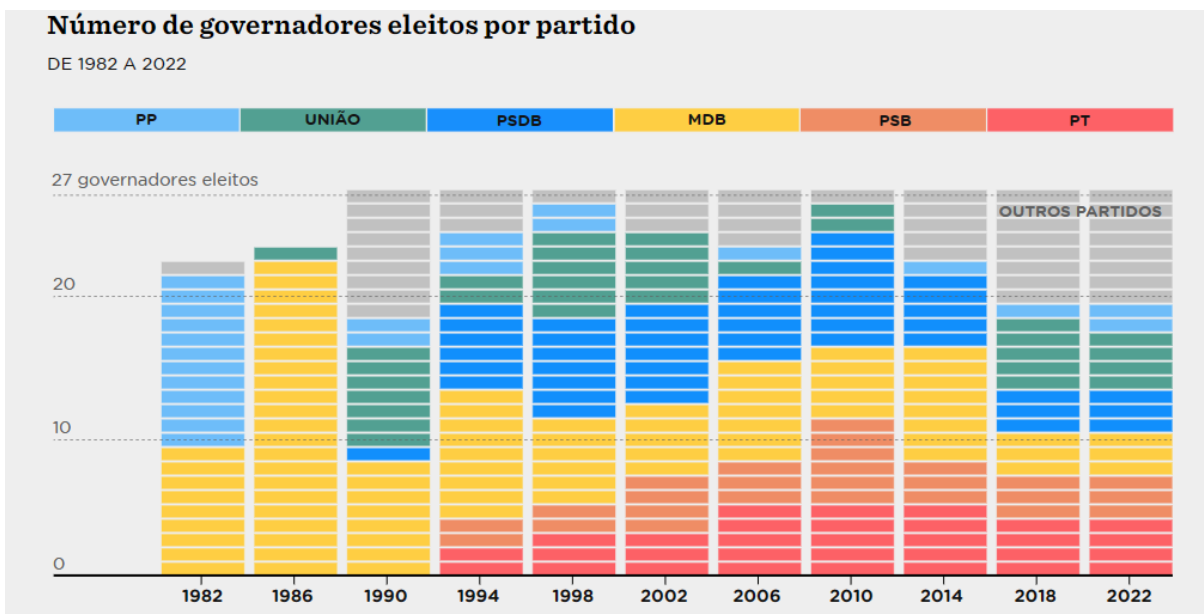
Vale destacar que é uma exploração mais tímida, que permite certa personalização porque a pessoa pode consultar o local em que mora, por exemplo. Diante da temática da publicação e do recorte dado, também fica nítido que os resultados **não são explorados** com mais informações para além dos números e implicações do que pode acontecer, o que, neste caso, não causa prejuízos para o entendimento do leitor.

Já a produção “O histórico das eleições para governadores desde 1982” está na seção **Gráfico** e foi publicada em novembro de 2022. O material foi produzido por Gabriel Zanlorenssi e Mariana Froner, e está classificado nas temáticas “política” e “Brasil”. Ele apresenta o panorama das eleições estaduais considerando os partidos que ficaram no poder durante o período analisado. De acordo com os autores, seis deles elegeram 85,1% dos governadores desde 1982.

Com relação à organização das informações, no início, há um breve resumo do que os dados apontam e uma pequena explicação sobre a sigla utilizada para cada partido, a fim de auxiliar na compreensão dos gráficos exibidos na sequência. A produção conta com **cinco visualizações** que, juntas, informam o histórico dessas eleições, todas com título próprio e avaliando o período de 40 anos.

O primeiro gráfico aponta o número de governadores eleitos por partido em cada ano eleitoral, como mostra a Figura 30, e as siglas são identificadas por cores que se repetem em toda a publicação. Cada retângulo representa um governador eleito e o usuário pode saber a quantidade ao contá-los, já que o número exato não é expresso, o que pode dificultar a compreensão. A visualização tem legenda, o que facilita o entendimento da audiência, mas não exibe um texto, por exemplo, que faça alguma afirmação sobre os dados apresentados, deixando para o público o papel de interpretar e entender o que o gráfico implica.

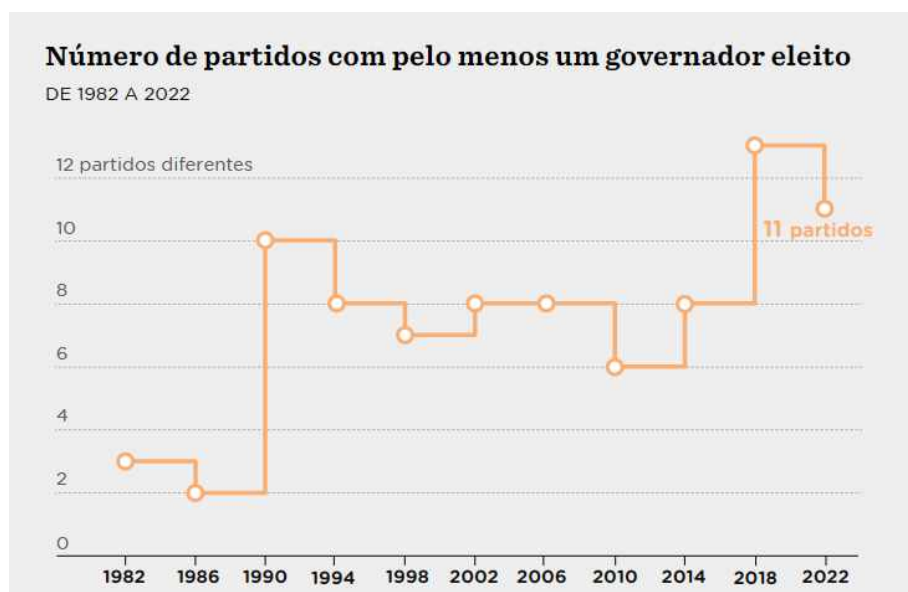
Figura 30 – Print do gráfico “Número de governadores eleitos por partido”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Já o segundo gráfico contém a quantidade de partidos que elegeram pelo menos um governador em cada ano eleitoral. Ele está no formato de linhas e, por isso, a indicação da escala numérica utilizada (sinalizada à esquerda, no eixo y) é essencial para identificar a soma de organizações partidárias que realizaram o feito, como é possível observar na Figura 31. Assim como na primeira visualização, esta não é apresentada com algum tipo de complemento.

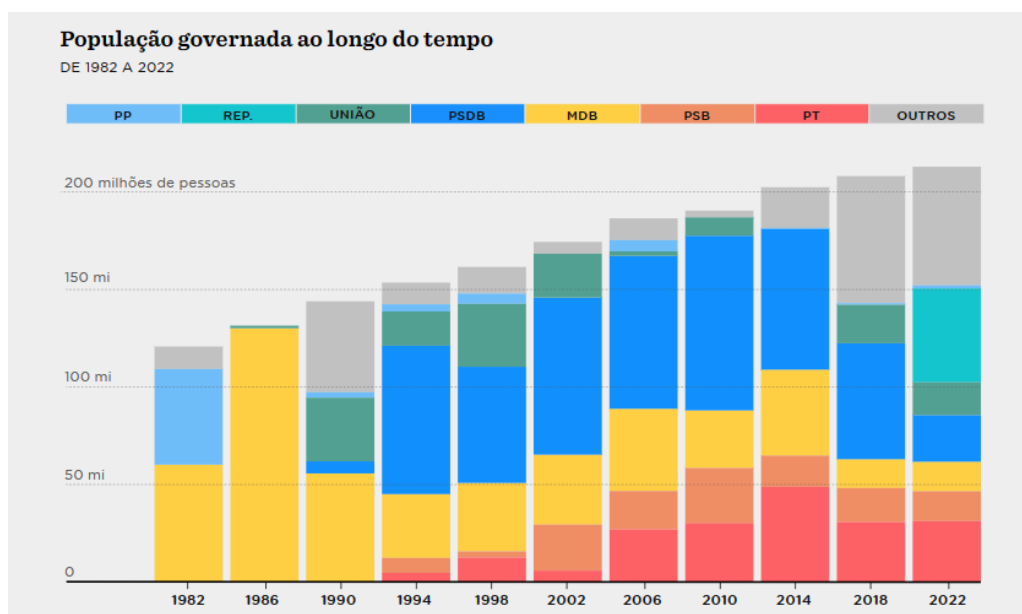
Figura 31 – Print do gráfico “Número de partidos com pelo menos um governador eleito”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

O terceiro gráfico apresenta o formato de barras verticais e aponta a quantidade de pessoas que os partidos foram eleitos para governar em cada ano político, ou seja, refere-se à população dos estados e/ou à soma desta nos territórios em que a sigla conseguiu se eleger. A identificação por cores é utilizada e a visualização é apresentada sozinha, como mostra a Figura 32.

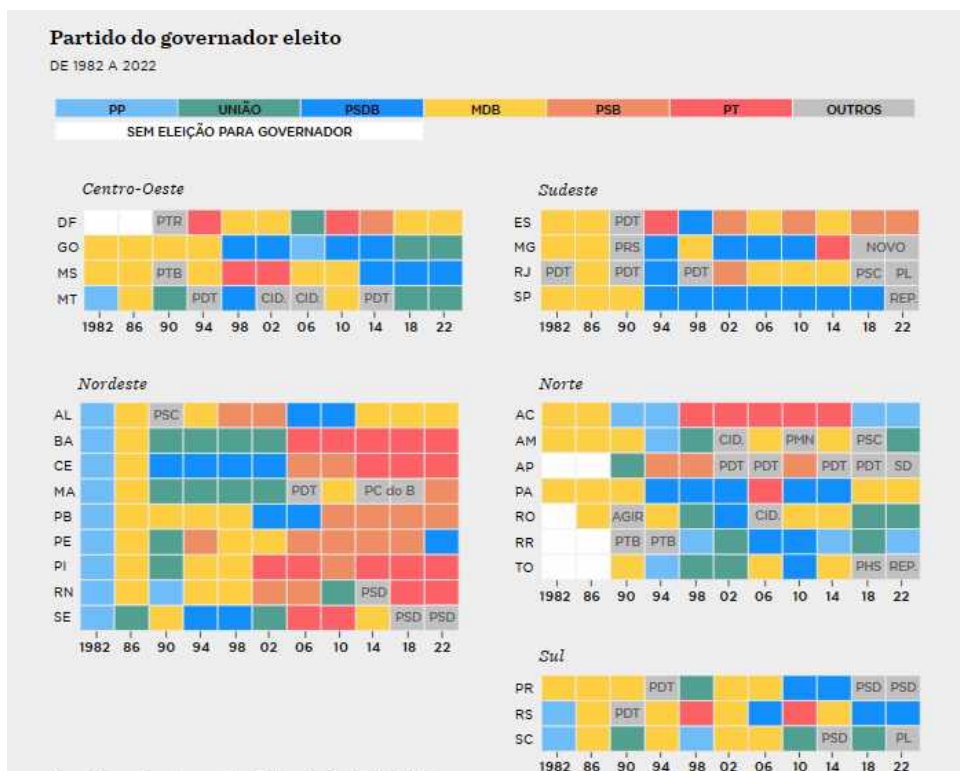
Figura 32 – Print do gráfico “População governada ao longo do tempo”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

A quarta produção nesse formato exibe mais detalhamento sobre a governança estadual no país, porque apresenta visualizações separadas para cada região, as quais indicam os partidos eleitos em cada estado, conforme a Figura 33. Mais uma vez, o recurso de cores é utilizado e, destacando-se dos outros gráficos analisados, contém as siglas dos partidos classificados como “outros”.

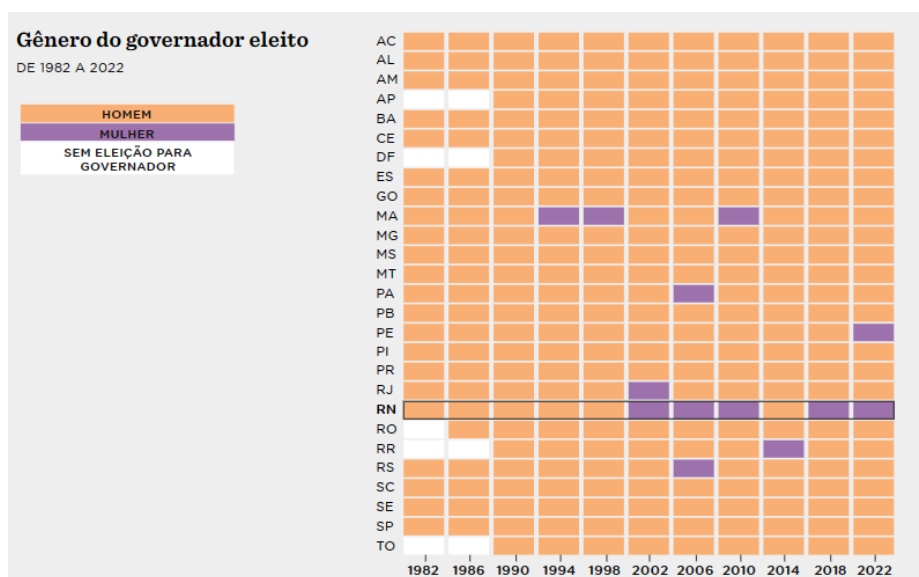
Figura 33 – Print do gráfico “Partido do governador eleito”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Outra particularidade desta visualização é que ela tem um pequeno texto com novas informações que introduzem o último gráfico do material. Zanlorenssi e Froner (2022, s/p) disseram brevemente sobre o gênero dos governadores eleitos: “Considerando o gênero dos eleitos desde 1982, 95,5% são homens. Mulheres foram eleitas apenas 13 vezes, sendo cinco no Rio Grande do Norte, estado pioneiro na participação das mulheres na política”. Portanto, a última visualização aponta a identificação de gênero dos políticos eleitos nas últimas 11 eleições em cada unidade federativa e no Distrito Federal, como é possível observar na Figura 34.

Figura 34 – Print do gráfico “Gênero do governador eleito”



Fonte: Nexo Jornal (2022)

Por fim, o material tem um texto com observações sobre as siglas partidárias explicando, por exemplo, quais partidos foram considerados em “União”. Além disso, indica a **fonte** utilizada para definir a população brasileira e da eleição dos partidos. Não há explicações sobre a metodologia utilizada para publicar os gráficos.

Após a análise, ficou evidente que o histórico das eleições para governadores poderia ter explorado diferentes ângulos a partir da construção dos gráficos e da presença (ou não) de explicações, apontamentos ou desdobramentos dos profissionais sobre os dados apresentados. Como mencionado anteriormente, a produção exibe os gráficos de acordo com o ano eleitoral e o número ou gênero, por exemplo, dos governadores eleitos. Desse modo, é possível identificar que a angulagem se aproxima mais da **escala**, porque não há comparações diretas e o importante é o número em si, dentro do contexto das últimas eleições.

Como a produção deixa em aberto a interpretação de cada usuário, ele pode analisar cada visualização de uma forma diferente e em um ângulo distinto. É possível, por exemplo, observar se houve crescimento ou estagnação (mudança) na quantidade de governadores eleitos pelo PT durante esse período. Essa forma de considerar os dados é possibilitada pela produção do Nexo, mas a forma como o veículo constrói o histórico, até mesmo pela escolha de palavras, não evidencia esse tipo de ângulo. Sendo assim, nota-se que o material não apresenta os desdobramentos dos dados e o que eles implicam, o que pode deixar

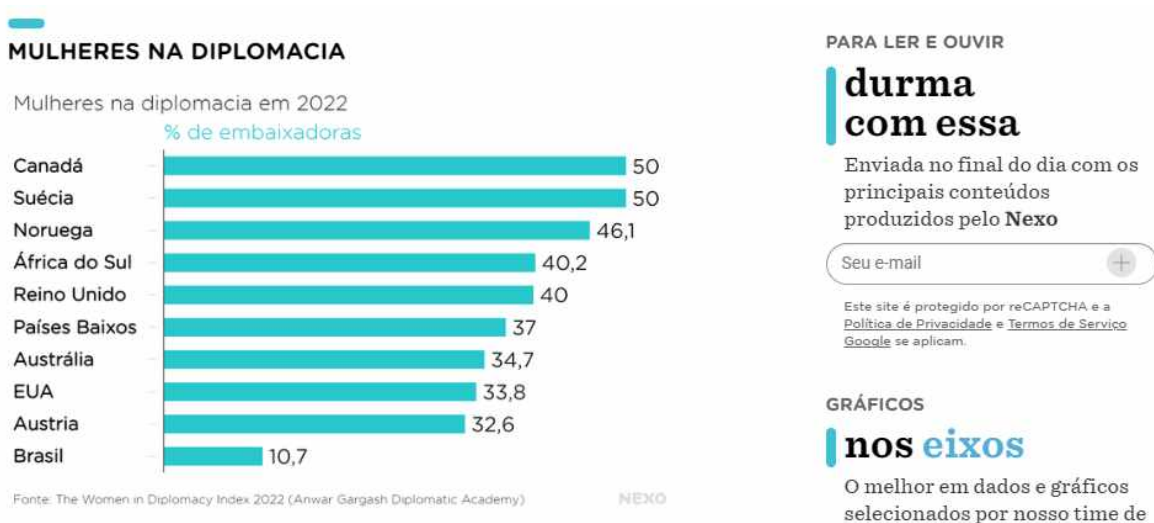
questionamentos sobre o assunto e possibilidades de novas produções, mas cumpre o que é prometido no título da produção e o que se espera por estar na seção de gráficos.

Por fim, a **reportagem** “A desigualdade de gênero na diplomacia no Brasil” foi publicada em janeiro de 2023 na seção Expresso e nas temáticas “política”, “internacional” e “Brasil”. Ela foi escrita por Marcelo Montanini e informa que apenas 23% dos diplomatas do país são mulheres, em 2022 elas chefiavam 14 das 116 embaixadas do Brasil. O texto foi desenvolvido a partir do lançamento da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB) que ocorreu um dia antes da publicação da matéria.

A produção se propõe a explicar e contextualizar a situação de desigualdade enfrentada no país e, para isso, apresenta entrevistas, pesquisas internacionais e nacionais que indicam alguns dos motivos que contribuem para essa disparidade, além de possibilidades de enfrentamento e soluções com base em exemplos de outros países.

Diferentes dados são apresentados ao longo da reportagem e, a partir deles, as explicações são feitas. A única **visualização** exibe um panorama das mulheres na diplomacia em 10 das 40 maiores economias do mundo e na União Europeia, como mostra a Figura 35. Há dois parágrafos que informam o leitor sobre a pesquisa que coletou os dados, apontam que as mulheres eram 21,6% das embaixadoras no mundo em 2022 e afirmam que houve uma “ligeira” mudança em comparação aos números de 2021, além de introduzirem o que é mostrado em mais detalhes no gráfico e acrescentarem algumas informações.

Figura 35 – Print do gráfico “Mulheres na diplomacia”



Fonte: Nexo Jornal (2023)

A Figura 35 também mostra que a aba em que a reportagem está presente contém divulgações de outras produções do veículo. Logo abaixo da visualização, há outro parágrafo que trata dos dados, afirmando que apenas seis países possuem um quadro pior do que o brasileiro (MONTANINI, 2023). A reportagem também discorre sobre um levantamento que analisou a situação do país em abril de 2022. Neste caso, os dados são apresentados no texto e em uma formatação um pouco diferente, em forma de olho, como pode ser observado na Figura 36.

Figura 36 – Trecho da quinta reportagem do Nexo

Segundo um levantamento da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras, com base em abril de 2022, dos 1.539 diplomatas no Brasil, apenas 354 são mulheres.

23%
dos diplomatas brasileiros são
mulheres

Fonte: Nexo Jornal (2023)

A reportagem cita nomes de diplomatas, os cargos que elas ocupam ou eram cotadas para ocupar e destaca que o acesso ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) começou a mudar, como mostra a Figura 37.

Figura 37 – Segundo trecho da quinta reportagem do Nexo

A turma de aprovados no Instituto Rio Branco, curso de formação para a carreira diplomática no Brasil, teve em 2022 a maior participação feminina da história da instituição: dos 36 admitidos, 15 são mulheres — ou seja, 41,6%. A média histórica de acesso de mulheres à carreira de diplomata é de 20%.

Fonte: Nexo Jornal (2023)

Nos trechos citados, é perceptível a utilização de três tipos de ângulos: **escala**, para apontar a quantidade de diplomatas brasileiras com os dados de abril do ano passado e o

número de cargos de chefia ocupados por elas; **mudança**, ao discorrer sobre a participação de mulheres na profissão no mundo e o acesso a formação no Brasil; por fim, o gráfico se encaixa na definição de **classificação**, porque mostra “quem ou o que se sai pior ou melhor em um conjunto de dados” (BRADSHAW, 2021, p. 6). Também fica evidente que a reportagem explica, contextualiza e indica as implicações desses números, além de apresentar algumas ‘soluções’ para a situação retratada e indicar a **fonte** dos dados.

5.3 The Intercept Brasil

The Intercept Brasil é uma agência de notícias lançada em agosto de 2016 (DEMORI, 2019), dois anos após o bilionário Pierre Omidyar fundar o veículo nos Estados Unidos (POR... 2023). Segundo Demori (2019), o TIB surgiu com a proposta de produzir um jornalismo independente e que divulgasse informações pouco (ou não) vistas nas mídias tradicionais. A agência é conhecida por publicar matérias investigativas e que denunciam situações que envolvem políticos e poderosos. As pautas do Intercept são voltadas para as temáticas de política, tecnologia, mídia, meio ambiente, corrupção, segurança pública e outros (SOBRE... 2023).

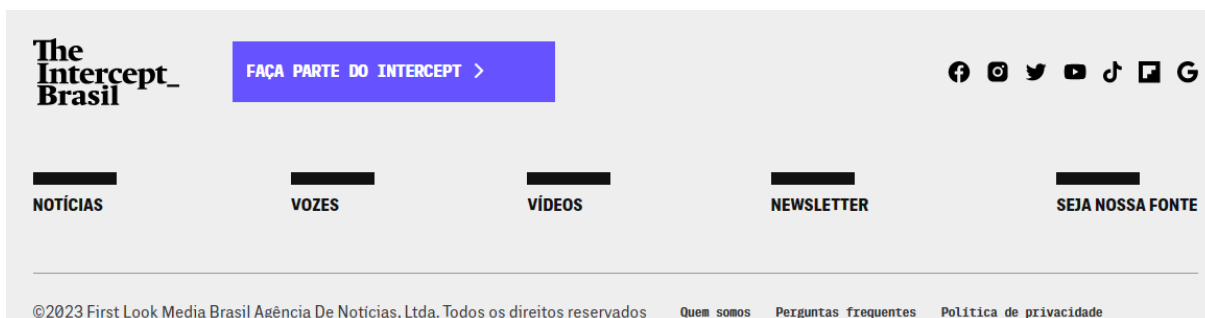
Por ser uma agência, o TIB permite que outros veículos publiquem os conteúdos com algumas regras, como utilizar apenas três parágrafos na íntegra e indicar que o conteúdo completo pode ser lido no site (POLÍTICA... 2023). Ele não possui anúncios externos e não tem programa de assinatura, mas incentiva a doação dos leitores para auxiliar na atuação e desenvolvimento de projetos (COMO, 2023). É possível apoiar com qualquer valor mensalmente, anualmente ou uma única vez. O veículo também envia brinde e permite acesso a um grupo fechado no Telegram para quem contribuir com mais de R\$ 125 no mês.

Quanto à equipe, a agência não aponta nenhum profissional com um cargo que analise ou investigue dados. Geralmente, é apresentado um pequeno texto que informa a profissão, os prêmios e outros locais de atuação. Entretanto, alguns deles citam que o profissional realiza coberturas de diferentes temas e formatos, como o JD e a política. Quanto a esse último, um exemplo é o Flávio V.M. Costa, e uma das jornalistas já participou do desenvolvimento de um projeto que envolve a criação e divulgação de dados abertos, a Cecília Oliveira. Além disso, o TIB conta com um ilustrador e designer na equipe, Rodrigo Bento.

O veículo divide os conteúdos por tema em cinco editorias: Poder, Direitos, Meio Ambiente, Segurança e Tecnologia. Além disso, no rodapé do site, o usuário pode escolher

navegar em notícias, vozes, vídeos, newsletter e fazer uma denúncia ou sugerir uma pauta em “seja a nossa fonte”, como mostra a Figura 38.

Figura 38 - Print da página inicial do site do Intercept



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

O Intercept também apresenta uma aba exclusiva para Especiais, que agrupam diferentes produções sobre uma mesma investigação ou cobertura, por exemplo: “A crise do coronavírus²³”, “Alô, milícia²⁴” e “Eleições 2022²⁵”. Considerando os critérios de análise deste trabalho, a contagem e a pré-seleção dos materiais abrangem os conteúdos publicados em Poder e Notícias, como é possível observar no Quadro 3. As publicações do especial de eleições e da série “Ladrões da Floresta²⁶” foram ponderadas, mas, como também estão nas duas seções citadas anteriormente, não foram individualizadas na contagem.

Quadro 3 - Quantidade de publicações do Intercept

Período	Número de Publicações em “Poder”	Número de Publicações em “Notícias”
Fevereiro/22 a Abril/22	15	97
Maior/22 a Julho/22	13	100
Agosto/22 a Outubro/22	42	148
Novembro/22 a Janeiro/23	28	119

Fonte: A autora

²³ Informações adicionais e matérias publicadas podem ser consultadas em www.intercept.com.br/series/a-cri-se-do-coronavirus/.

²⁴ Informações adicionais e matérias publicadas podem ser consultadas em www.intercept.com.br/series/-alo-milicia/.

²⁵ Informações adicionais e matérias publicadas podem ser consultadas em www.intercept.com.br/series/eleicoes-2022/.

²⁶ Informações adicionais e matérias publicadas podem ser consultadas em www.intercept.com.br/series/ladros-de-floresta/.

Vale destacar que alguns conteúdos estão presentes nas duas abas analisadas. Os cinco produtos selecionados são, majoritariamente, reportagens que tratam de política atrelada a outras temáticas, como violência, agronegócio, tecnologia e meio ambiente. As visualizações foram observadas apenas em dois conteúdos, nos quais as legendas desempenharam um papel importante para a compreensão do assunto.

Outra característica analisada em mais de um material é que o veículo solicita que pesquisadores e/ou empresas façam a raspagem e organização dos dados para que, posteriormente, a equipe selecione os mais relevantes e desenvolva os produtos. Em uma reportagem, mais de um ângulo foi notado, uma vez que ela apresenta cinco visualizações diferentes. Em suma, foram as angulagens encontradas: **mudança; correlação; escala; e classificação.**

A **reportagem** “Planalto é o maior difusor de mentiras sobre a Amazônia no YouTube”, publicada em abril de 2022 e produzida por Thais Lazzeri, Katia Brebatti e Monica Prestes, com colaboração de Rafael Pinto, está na editoria Poder e faz parte do especial “Amazonas - Mentira tem preço²⁷”, desenvolvido pelo InfoAmazonia²⁸ e pela produtora FALA. De acordo com o texto, cerca de 400 vídeos foram mapeados, com aproximadamente 70 milhões de visualizações no total.

Os discursos mentirosos abordados se referem à Amazônia, à sociobiodiversidade do país e às mudanças climáticas. O texto cita os nomes dos canais monitorados que já foram punidos pelo TSE, entre eles, “Folha Política”, “Te atualizei” e “Vlog do Lisboa”. Há entrevistas, exemplos, contextualização e apontamentos do que essas desinformações podem causar.

O TIB dá alguns detalhes sobre o caminho seguido para **encontrar, cruzar e analisar os dados**, como mostra a Figura 39.

²⁷ “[...] revela os bastidores da desinformação socioambiental nas plataformas digitais no Brasil e os interesses políticos e econômicos por trás da indústria de fake news...” (TUDO, 2023, n/p).

²⁸ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.infoamazonia.org

Figura 39 – Trecho da primeira reportagem do Intercept
 A pedido da reportagem, a empresa Novelo, que pesquisa desinformação, usou algoritmos de automação e análise de dados para encontrar os vídeos mais vistos desde janeiro de 2019 em canais favoráveis a Bolsonaro que tivessem a temática socioambiental. A lista foi então verificada, descartando-se os que apenas mencionam palavras-chave mas não tratam do assunto, como por exemplo os que trazem a palavra Amazônia mas fazem relação a um programa televisivo.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

O veículo explora os dados analisados e utiliza exemplos para explicar o que foi considerado e como os vídeos circulam na internet. Nesse sentido, o canal de Jair Bolsonaro teve examinados a quantidade de inscritos, vídeos, quantidade de visualizações, se foi replicado por outro canal e quantas vezes foi visto, além de indicadas e detalhadas a data e as temáticas de alguns conteúdos e transcritas algumas falas. Mesmo com esse vasto trabalho de JD, não há **visualização** na reportagem e os dados são apresentados no decorrer do longo texto.

A fim de tornar a leitura menos cansativa e mais atraente visualmente, o Intercept poderia ter investido em infografias com dados e informações sobre os canais analisados e até mesmo tecido comparações entre eles, como no trecho mostrado na Figura 40.

Figura 40 – Segundo trecho da primeira reportagem do Intercept

Frases de efeito com informações falsas ou negacionistas são o carro chefe de vídeos da produtora [Brasil Paralelo](#), com 2,44 milhões de inscritos no YouTube. “A Amazônia não está em chamas, a agricultura não é a causadora dos males da questão ambiental no Brasil”, diz o professor e cientista [político Christian Lohbauer](#), candidato a vice-presidente da República na chapa de João Amoêdo em 2018, em um vídeo com menos de 50 segundos e mais de 100 mil visualizações. No canal, o vídeo está [ultrapassou a marca de](#) dois milhões de visualizações.

Em outro, com mais de 50 mil visualizações, o antropólogo Edward Luz, que já foi [detido por tentar impedir](#) o trabalho do Ibama, afirma que as “ONGs no Brasil plantam indígenas para colherem benefícios financeiros posteriores”. O produto final é um documentário longa-metragem [oferecido na íntegra](#) e que está prestes a alcançar dois milhões de visualizações.

O canal Foco no Brasil, que reúne 2,69 milhões de seguidores, alcançou 384 mil views com um vídeo em que o presidente afirma que a Amazônia não pega fogo “porque é úmida”. “Nem se você pegar um fósforo, álcool”, afirmou Bolsonaro a um grupo de apoiadores no “cercadinho” da porta do Palácio da Alvorada.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

O texto também aborda a postura do YouTube em relação a esses conteúdos, as respostas da plataforma (com dados) sobre vídeos removidos e apresenta os posicionamentos dos canais citados que enviaram notas. A partir do que foi analisado, pode-se afirmar que o ângulo utilizado é a **classificação**, porque aponta o Planalto como o principal disseminador de desinformações no YouTube. Entretanto, poderia ter colocado uma espécie de ranking ou abordado outros setores responsáveis. Os dados são **explicados**, as consequências do alcance dessas informações falsas são tratadas e há **contextualização**.

A segunda **reportagem** analisada, “Omissão do governo tirou R\$117 milhões de multas ambientais dos cofres do Mato Grosso”, publicada em junho de 2022, foi escrita por Felipe Sabrina e divulgada na editoria Poder. Segundo Sabrina (2022), a produção teve como ponto de partida um estudo encomendado pela Operação Amazônia Nativa (Opan) e outras duas instituições, tendo sido enviado com exclusividade para o veículo na época. A pesquisa analisou 1.012 processos administrativos do Mato Grosso que estavam em última instância no período de janeiro de 2017 a agosto de 2021, os dados foram selecionados pelo Intercept e divulgados na reportagem, conforme aponta o mesmo autor (**fonte**).

De todos os processos analisados, 39% prescreveram, o que gerou um prejuízo de R\$117 milhões para o estado, já que as multas não foram aplicadas (SABRINA, 2022). O jornalista abre o texto detalhando campanhas de publicidade do então governo estadual com promessas de punição e controle do desmatamento na região, além de investimentos recebidos para de fato prevenir e monitorar as áreas suscetíveis a crimes ambientais. Na sequência, utiliza os dados do estudo supracitado e de outras pesquisas para afirmar que a realidade é diferente e que o problema não é controlado.

Em relação aos outros dados citados, vale mencionar que a reportagem aborda a participação do Mato Grosso na produção de soja do Brasil e as taxas de desmatamento. Além disso, há o detalhamento de processos enfrentados por pelo menos três pessoas que praticaram diferentes crimes, que resultaram em multas com alto valor, as quais em sua maioria não foram pagas. O jornalista divulga os valores, as datas, do que cada processo trata e os cálculos realizados para indicar a prescrição.

Uma das pessoas denunciadas é Lisângela Zamboni, agropecuarista e empresária, autuada, entre outros crimes, por destruir mata nativa em áreas de preservação ambiental que somadas chegam a quase metade do território de Paris (SABRINA, 2022). Os crimes prescreveram, ela não pagou as multas e ainda recebeu, em três anos diferentes, incentivos fiscais para produtores rurais com o Programa de Desenvolvimento Rural do Estado. Esse

exemplo evidencia que a reportagem apresenta algumas pessoas que entram na soma desses dados e divulga números sobre elas.

Mesmo com a quantidade e pluralidade de dados apresentados em toda a produção, o Intercept não produziu nenhuma **visualização**. Esses elementos foram apontados em texto corrido, com diferentes explicações e alguns hiperlinks. Essa opção deixa a leitura cansativa, porque a reportagem possui 59 parágrafos e apenas quatro fotografias que dão um ‘respiro’ na navegação. A seguir, na Figura 41, é possível ver um trecho que poderia, por exemplo, ter sido transformado em um gráfico ou infográfico que evidenciasse os dados que sustentam a denúncia.

Figura 41 – Trecho da segunda reportagem do Intercept

O estudo mostra que, dos 1.012 processos administrativos analisados, 326 levaram de oito a 10 anos para serem julgados em última instância, e 273 levaram mais de uma década. Isso quer dizer que, em 59% dos casos analisados, a demora da Sema e do Consema foi incapaz de produzir um acórdão em menos de oito anos. Por outro lado, apenas 108 casos – menos de 10% do total – foram julgados em até três anos.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

Um recurso utilizado para destacar os dados ou afirmação sobre eles foi o olho, como mostra a Figura 42, e ele aparece três vezes em toda a produção.

Figura 42 - Segundo trecho da segunda reportagem do Intercept

Eu entrei em contato com Lisângela Zamboni por telefone, mas ela se recusou a responder perguntas sobre o caso das multas. Também liguei para a empresa de Webber, a Forteplast, buscando um contato com ele. A funcionária

Entre 2019 e agosto de 2021, 77% dos infratores deixaram de pagar multas ambientais: um montante de mais de R\$ 238 milhões.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

Ainda sobre questões explicativas, vale mencionar que o Intercept disponibiliza pequenos textos com o significado de termos e palavras utilizadas no texto. Eles podem ser vistos quando o usuário percebe esses elementos destacados e passa o mouse sobre eles (FIGURA 43).

Figura 43 – Explicação de termo na segunda reportagem do Intercept

Olavo Webber aparece como réu em outros 34 processos, entre autos de infração e **termos de embargo** do Mato Grosso, a maioria deles por violar a lei federal sobre crimes ambientais. Em 2007, ele foi flagrado em um caso pelo Ministério Público do Trabalho mantendo em situação de trabalho degradante 20 dos 34 funcionários em uma de suas fazendas, em Porto dos Gaúchos. Segundo **apuração da Repórter Brasil**, os trabalhadores dormiam em um grande galpão, “dividindo espaço com agrotóxicos, calcário, ração de animais, máquinas e utensílios agrícolas”.

Fonte: The Intercept Brasil (2023)

Perante o exposto, fica nítido que o destaque concedido ao valor perdido por Mato Grosso em multas ambientais e a forma como os outros dados foram expostos que o ângulo predominante é a **escala**. Portanto, também **há a contextualização** desses elementos, **desdobramentos** e **explicações** sobre o que eles significam e representam.

Já a produção “Ninguém lucrou tanto no primeiro turno das eleições quanto Meta e Google” foi divulgada em outubro de 2022 e desenvolvida por Aiuri Rebello. Ela está presente na aba **Notícias** e apresenta um compilado de dados sobre o investimento em anúncios no período mencionado no título. De acordo com Rebello (2022), as redes das duas empresas receberam R\$ 184 milhões, o que representa 3,1% do total gasto pelos partidos, R\$ 5,9 bilhões.

O texto aponta exemplos reais para explicar como os anúncios são utilizados e o papel que eles exercem nas eleições. Um deles afirma que o PT investiu em 400 anúncios no Instagram e Facebook, de agosto até dia 2 de outubro, na campanha que elegeu em primeiro turno Elmano Freitas, governador do Ceará (REBELLO, 2022). Ainda conforme o autor,

todos os valores foram consolidados pelo TSE e reunidos pelo Intercept e pela plataforma 72 horas²⁹.

A produção conta com seis parágrafos que apresentam dados diferentes, não há **visualização** desses elementos ou outro conteúdo imagético, por exemplo. Por se tratar de um texto mais curto, a compreensão é facilitada, mas o veículo poderia ter investido em gráficos para tornar o conteúdo mais atraente. A Figura 44 mostra um trecho que se encaixa nessa possibilidade.

Figura 44 – Trecho da terceira produção do Intercept

A Meta, dona do Facebook e do Instagram, é de longe a maior fornecedora dessas eleições. A dobradinha Facebook/Instagram, que fazem parte do conglomerado, faturaram sozinhos ao menos R\$ 107 milhões – e esse valor inclui apenas três CNPJs conhecidos relacionados à empresa norte-americana. Em segundo lugar está o Google. A empresa da Califórnia ficou com pelo menos R\$ 51,9 milhões do dinheiro distribuído pelos candidatos até agora.

Depois vem a gigante multinacional de pagamentos eletrônicos Adyen, que presta serviços para a Meta e outras empresas de tecnologia. Só ela já recebeu outros R\$ 26,773 milhões das campanhas neste ano especificamente por impulsionamento de conteúdo nas redes.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

A produção também aborda, brevemente, que o tamanho do investimento em anúncios reflete o papel central que as plataformas e as estratégias digitais desempenham nas campanhas dos partidos brasileiros. Isto posto, o ângulo presente no material é **classificação**, pois aponta as empresas que lucraram mais durante o primeiro turno das eleições. Os dados são **explicados**, mas a contextualização e os desdobramentos são pouco explorados.

A **reportagem** “Sob Bolsonaro, clubes de tiro explodem em áreas de conflito da Amazônia Legal” foi publicada em novembro de 2022 e produzida por Carol Castro, estando presente na editoria Poder, na aba Notícias e faz parte da série “Amazônia Sitiada³⁰”, que

²⁹ Iniciativa de especialistas do campo eleitoral que reúne e divulga dados sobre as eleições brasileiras com a ajuda de organizações e movimentos (QUEM... 2020).

³⁰ Informações adicionais e matérias publicadas podem ser consultadas em www.intercept.com.br/series/amazonia-sitiada/.

explora o assunto em cinco produções. De acordo com o texto, durante o governo Bolsonaro, a quantidade desse tipo de estabelecimento na região saltou de 116 para 223.

Castro (2022) também explora alguns desses clubes de tiro, indicando onde ficam, quantos hectares possuem caso estejam presentes em áreas de fazendas, quem os comanda e se já receberam notificação por desmatamento, por exemplo. Além disso, discorre sobre as diferentes motivações para esse crescimento, como o avanço do agronegócio na região.

A reportagem possui cinco **visualizações** que revelam alguns dados apurados durante a investigação do veículo. O primeiro gráfico apresenta um mapa dos estados que compõem a Amazônia Legal e a expansão dos clubes de tiro de 1974 (exibido com o conjunto de dados que vai até 2017) a 2022. Ele é composto por duas legendas que indicam as áreas de terras indígenas e unidades de conservação, como mostra a Figura 45. A visualização contém a **fonte dos dados**, que foram obtidos via LAI a partir da disponibilização do Exército Brasileiro.

Figura 45 – Print do gráfico “Expansão dos clubes de tiro na Amazônia Legal”

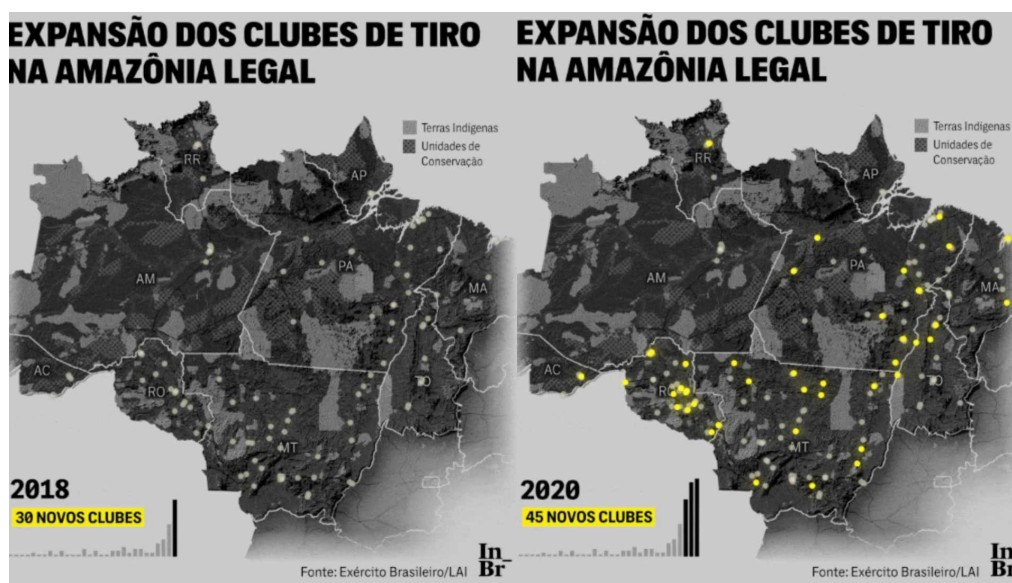


Mapa: Rodolfo Almeida para o Intercept Brasil.

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

O gráfico não é estático, visto que as barras se movem a cada período e pontos amarelos são somados no mapa de acordo com o número de novos clubes inaugurados em cada ano, como é possível observar na Figura 46.

Figura 46 – Print do gráfico “Expansão dos clubes de tiro na Amazônia Legal” evidenciando o movimento³¹



Fonte: The Intercept Brasil (2022) – Colagem feita pela autora

A reportagem explica o que há por trás desses dados ao discorrer sobre o histórico de criação de algumas cidades abordadas, como elas foram ocupadas, de que forma os clubes de tiro podem se inserir na cultura e qual a ligação deles com o desenvolvimento econômico desses locais. Nesse sentido, a segunda visualização exibe um mapa que destaca os locais onde esses estabelecimentos estão e como eles se conectam com o agronegócio, como aponta a Figura 47. Essa associação fica clara devido à legenda que aparece abaixo dele: “Clubes de tiro acompanharam a rota do agronegócio nas rodovias federais” (CASTRO, 2022, n/p).

³¹ A figura é clicável e redireciona para o gráfico animado.

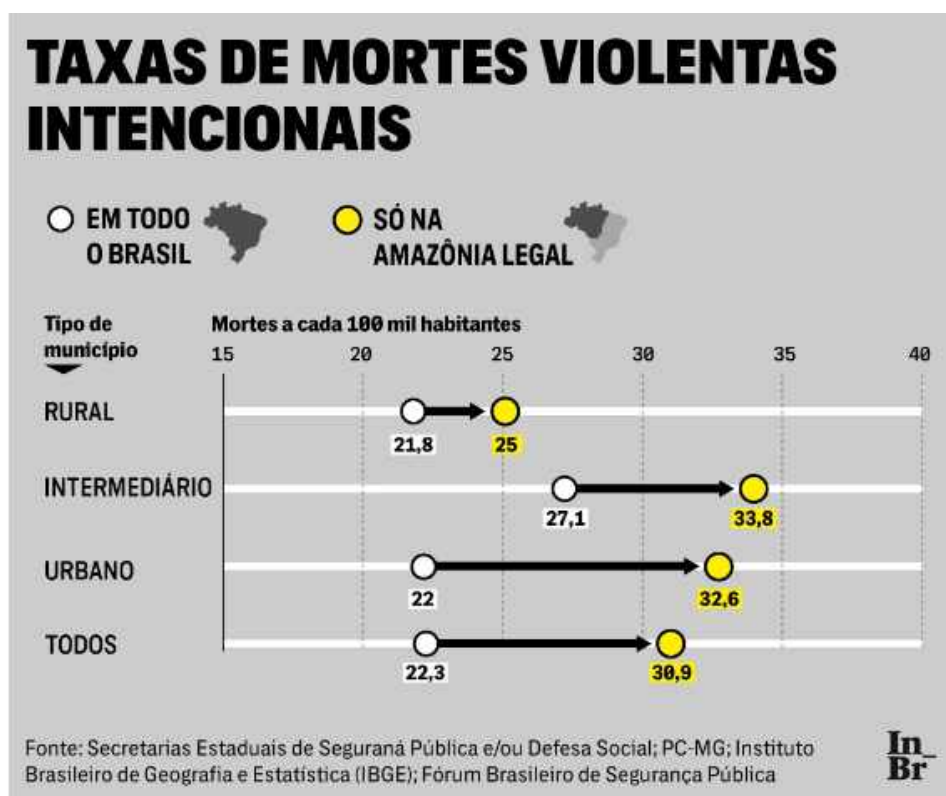
Figura 47 – Print da visualização “Clubes de tiro”



Fonte: The Intercept Brasil (2022)

A reportagem também divulga números referentes a taxas de mortes violentas na Amazônia Legal em comparação com o Brasil, o que possibilita inferir uma relação entre esses indicadores e o número de clubes de tiros na região. A Figura 48 mostra o gráfico que trata sobre o assunto, ele é estático e segue a identidade visual presente nas outras visualizações.

Figura 48 – Print do gráfico “Taxas de mortes violentas intencionais”



Número de assassinatos é maior na Amazônia legal do que no resto do país. Gráfico: Rodolfo Almeida para o Intercept Brasil

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

O texto cita as mudanças no regulamento da prática de tiro esportivo e no acesso de armas e munições como possíveis facilitadores para o surgimento dos clubes. Uma das estratégias adotadas para confirmar esse tipo de afirmação é divulgar os dados em diferentes anos, o que indica as mudanças. O gráfico mostrado na Figura 49 é um desses exemplos ao apresentar a quantidade de estabelecimentos abertos. Mais uma vez, a legenda que acompanha a visualização contém informações interessantes que apontam novos desdobramentos sobre o que foi visto e, nesse caso, indica como os dados foram cruzados.

Figura 49 – Print do gráfico “Clubes de tiro abertos na Amazônia Legal”



Novos CNPJs de clubes de tiro se multiplicaram nos últimos quatro anos. Levantamento usou dados do Exército cruzados com a data de abertura das empresas. Gráfico: Rodolfo Almeida para o Intercept Brasil

Fonte: The Intercept Brasil (2022)

Vale ressaltar que vários dados são apresentados no texto e, geralmente, dialogam com o que foi exibido nas visualizações, como é possível observar no trecho exibido na Figura 50.

Figura 50 – Trecho da quarta reportagem do Intercept

As consequências da flexibilização atingiram os nove estados da Amazônia Legal. Considerando a data do primeiro clube em funcionamento (1974, no Maranhão) até 2017, antes dos discursos armamentistas ganharem repercussão, a região levou 43 anos para acumular 86 desses estabelecimentos. Bolsonaro conseguiu a proeza de entupir a Amazônia de armas, com 84 novos clubes apenas nos dois primeiros anos de governo.

Fonte: The Intercept Brasil

Ainda nas relações estabelecidas pela autora entre temáticas que influenciam e são influenciadas pela existência de clube de tiros, o gráfico mostrado na Figura 51 evidencia os locais em que eles se encontram, o arco do desmatamento na região e os municípios onde esse tipo de devastação e a quantidade de propriedades agrícolas que usam agrotóxicos aumentaram. A visualização apresenta animação.

Figura 51 – Print do mapa “Clubes de tiro na Amazônia Legal e expansão do agronegócio”³²



Fonte: The Intercept Brasil (2022) – Colagem feita pela autora

Por fim, vale mencionar que o veículo indica a **metodologia** (como os dados foram obtidos, cruzados e o que foi solicitado para o Exército). Além disso, a autora afirma que, ao analisar os números recebidos via LAI e a quantidade de CNPJ ativos de clubes, há inconsistências, visto que os considerados dados oficiais não têm registro de estabelecimentos que estão abertos. Diante disso, fica evidente que o ângulo predominante na reportagem é a **mudança**, porque o ponto de partida da investigação é denunciar e averiguar o aumento dos clubes durante a gestão de Bolsonaro. Por outro lado, a angulação de **correlação** também aparece mais de uma vez nas visualizações ao estabelecer conexão entre esses dados principais e outros indicadores.

A última **reportagem** analisada, “Com Bolsonaro, preço das terras dobrou em capitais do agronegócio em Mato Grosso”, foi publicada em fevereiro de 2023 e produzida por João Peres e Marcos Hermanson Pomar. Ela foi desenvolvida em parceria com o projeto jornalístico O Joio e o Trigo e está presente na aba de Notícias do TIB. O material discorre sobre o valor de comercialização do hectare de terra que, segundo Peres e Pomar (2023), saiu de R\$ 20 mil para R\$ 43 mil entre 2019 e 2021 no estado.

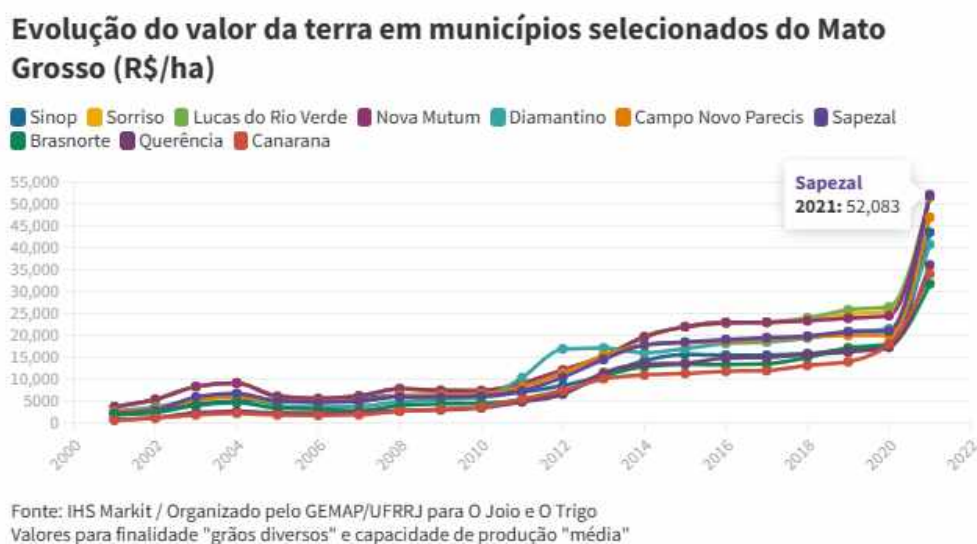
Além de divulgar os números referentes ao assunto, a reportagem aborda as inclinações políticas de algumas cidades consideradas “chave” para o agronegócio, como projetos de ferrovias que contribuem para a situação e o aumento na produção de alguns tipos de grãos. Logo no início, os autores informam que os dados referentes a valorização das terras

³² A figura é clicável e redireciona para a visualização animada.

foram obtidos pela consultoria IHS Markit e compilados “pelo pesquisador Junior Aleixo, do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro” (PERES; POMAR, 2023, s/p), a pedido dos dois veículos.

Vale mencionar que dados do IBGE e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP também foram utilizados. A reportagem apresenta duas **visualizações**. A primeira é um gráfico de linhas que mostram as variações no preço de terras em dez municípios do Mato Grosso de 2001 a 2021. As localidades são diferenciadas por cores e o usuário tem acesso a uma pequena interatividade, visto que pode visualizar o valor exato em cada ano ao passar o mouse no gráfico, como mostra a Figura 52.

Figura 52 – Print do gráfico “Evolução do valor da terra em municípios selecionados do Mato Grosso”



Fonte: The Intercept Brasil (2023)

A produção conta com entrevistas e outros dados que são divulgados ao longo do texto. Um exemplo é que, durante a gestão Bolsonaro, “a área de produção [da soja] aumentou em 2 milhões de hectares – o equivalente em tamanho ao território de Sergipe” (PERES; POMAR, 2023, n/p). Os autores também afirmam que a evolução dos valores e a alta da produção de grãos impactam na estrutura urbana, que concentra bairros planejados, e no surgimento de favelas às margens dos municípios, o que evidencia a preocupação em explicar os desdobramentos do que está sendo noticiado.

A segunda visualização da reportagem é uma tabela que possibilita que o público leia todas as informações ao rolar o mouse e trata do valor da terra, só que, em vez de mostrar a

evolução como no primeiro gráfico, indica de quanto foi o aumento (quantas vezes multiplicou) entre 2001 e 2021 e, de 2020 a 2021, como mostra a Figura 53.

Figura 53 – Print da tabela “Veja quanto aumentou o valor da terra em 10 capitais do Agro do Mato Grosso nos últimos anos”

Veja quanto aumentou o valor da terra em 10 capitais do Agro do Mato Grosso nos últimos anos		
	Quantas vezes multiplicou (2001-2021)	Quantas vezes multiplicou (2020-2021)
Sinop	21,75	2,49
Sorriso	13,72	2,02
Lucas do Rio Verde	13,79	1,95
Nova Mutum	13,79	2,11

Fonte: IHS Markit. Compilado por Junior Aleixo, do GEMAP/UFRRJ a pedido do Joio * Capacidade de Produção: média / Finalidade: cultivo de grãos

Fonte: The Intercept Brasil (2023)

A partir da análise da estruturação da reportagem e do uso do JD, é possível inferir que a angulação predominante é a **mudança**, uma vez que os dados são divulgados em um contexto de evolução dos valores em um período de tempo determinado. Ademais, há **fonte** e uma explicação breve sobre a **metodologia** e uma projeção de futuro para o tema, que indica um crescimento da produção de soja nos próximos nove anos. Logo, os autores **contextualizam**, **exploram** e indicam os **desdobramentos**.

5.4 Gênero e Número

A Gênero e Número se intitula como a primeira organização de mídia do país orientada por dados e que se propõe a debater gênero e raça (O QUE... 2023). A associação foi criada em fevereiro de 2022 a partir da empresa social de mesmo nome, fundada em 2016. De acordo com o texto “O que fazemos”, presente na aba Sobre do site, o veículo disponibiliza seu conteúdo a partir de reportagens multimídia, conteúdo audiovisual, relatórios, linguagem gráfica e pesquisa. A GN reitera o seu compromisso com os dados, alegando, inclusive, que trabalha com a união entre jornalismo, ciência de dados e pesquisa,

além de reforçar a combinação entre esses elementos e as pessoas (vozes) que ajudam a humanizar a cobertura (COMO... 2023).

O JD também aparece na justificativa do veículo para se colocar dessa forma no mercado midiático:

No jornalismo de dados e na pesquisa, há métodos consolidados para se trabalhar de forma contínua e sistematizada a produção de informação, sejam notícias ou outros formatos midiáticos, a partir de bancos de dados estruturados em ambientes públicos ou privados (POR..., 2023, n/p).

Na equipe, há: uma diretora de dados, Natália Leão; uma analista de dados, Marcella Semente; uma designer de informação, Victória Sacagami; e uma diretora de design e inovação, Marília Ferrari (EQUIPE... 2023). Devido à proposta de atuação e ao recorte dado aos assuntos (aquilo que perpassa as noções de gênero e raça), é perceptível que a cobertura da organização se dá de maneira diferente dos outros veículos observados, principalmente no que se refere à quantidade de conteúdos publicados, já que ela não tem como objetivo principal trabalhar com matérias factuais.

O veículo também é membro da Ajor, possui acesso gratuito para o público, que pode ser reproduzido sob a licença Creative Commons. A Gênero e Número possui diferentes faixas de apoio, que variam de R\$ 12 a R\$ 100 por mês, com vantagens como receber informações por WhatsApp e uma obra de arte digital, por exemplo. O site possui um menu que direciona o usuário de acordo com o formato dos conteúdos, sendo eles: reportagens, entrevistas, artigos, *webstories* e “para assistir”. Também há a parte de temas, que engloba diversos assuntos, como mostra a Figura 54.

Figura 54 – Divisão de temáticas no site



Fonte: Gênero e Número (2023)

O veículo possui uma categoria denominada dados abertos, que contém as bases utilizadas pelos profissionais para produzir, apurar e investigar os temas dos materiais publicados. Esses elementos são disponibilizados, geralmente, em planilhas. A Gênero e Número também produz e/ou participa de diferentes projetos que utilizam dados e visualização para denunciar e informar sobre situações diversas do país, normalmente mesclando com outros formatos, como reportagens, para contextualizar. Entre os que foram publicados, vale destacar “Mapa da Violência de Gênero³³”, “Racismo à Brasileira³⁴” e “Religião e Poder³⁵”.

Como o período de publicação da organização é curto, é importante adiantar que foi necessário fazer uma adequação da quantidade de matérias analisadas nos intervalos de meses indicados na metodologia do trabalho. Portanto, a contagem e a pré-seleção foram feitas considerando os conteúdos disponíveis no tema de política e no formato de reportagem no período de fevereiro de 2022 a abril de 2023. O quadro a seguir mostra a etapa inicial desse processo.

Quadro 4 - Quantidade de publicações da Gênero e Número

Período	Número de Publicações em “Reportagem”	Número de Publicações em “Política”
Fevereiro/22 a Abril/22	0	2
Maiο/22 a Julho/22	0	0
Agosto/22 a Outubro/22	0	5
Novembro/22 a Fevereiro/23	11	9
Março/23 a Abril/23	7	2

Fonte: A autora

Mediante o exposto, não foi possível seguir o critério de analisar um material de cada um dos três primeiros períodos escolhidos e dois do último, sendo necessário observar quatro conteúdos publicados entre outubro e novembro em uma das duas seções selecionadas, além

³³ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.mapadaviolenciadegenero.com.br

³⁴ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.racismo.generonumero.media

³⁵ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.religiaoepoder.org.br

de pegar um artigo de marco, que aborda uma legislação importante para a atuação dos jornalistas. De qualquer forma, considera-se que a análise da GN é valiosa para este trabalho porque se trata de uma iniciativa diferente e que valoriza a produção do JD como um todo e atrelado a política.

Após examinar os cinco conteúdos, percebe-se que eles abordam a política e assuntos relacionados, como representatividade nas eleições, saúde e direitos sociais. As visualizações dos dados acontecem, majoritariamente, por meio de infográficos feitos por profissionais diferentes. Além disso, a Gênero e Número se destaca por, em um dos materiais analisados, disponibilizar o crédito de quem apurou os dados. Os critérios de observação supracitados foram grifados, entre eles, cabe ressaltar que três ângulos foram encontrados: mudança, escala e problema com dados.

A **reportagem** “Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+” foi produzida por Vitória Régia da Silva e publicada em outubro de 2022. Ela está na temática **política** e foi classificada na categoria “eleições 2022”. De acordo com o texto, entre cerca de 300 candidaturas de pessoas da comunidade, 19 foram eleitas, número seis vezes maior do que em 2010, por exemplo.

A produção afirma que o Congresso, agora em 2023, possui uma bancada com quatro parlamentares LGBTQIA+. Silva (2022) também aborda, a partir de entrevistas, que esse é um avanço, mas que essas pessoas ainda irão enfrentar desafios durante a atuação política, como a dificuldade para formar alianças.

Os dados utilizados na reportagem foram obtidos a partir do levantamento da organização Vote LGBT+³⁶, fundada em 2014, que produz e disponibiliza pesquisas e relatórios sobre a população inserida nessa comunidade e sua participação política. Logo no primeiro parágrafo, a jornalista menciona essa **fonte** e deixa linkado a página do site que contém a pesquisa completa.

Também há os desdobramentos desse número total (19), explicando para o público, por exemplo, que cinco mulheres trans e travestis foram eleitas como deputadas federais e estaduais (SILVA, 2022). A fim de humanizar os dados, a reportagem apresenta algumas entrevistas com as pessoas eleitas, abordando um resumo da trajetória delas e as propostas que têm para o mandato. Além disso, retoma, de forma breve e com hiperlink, outra produção do veículo que aborda a eleição de pessoas trans em cargos do governo municipal.

³⁶ O site da organização pode ser acessado em <https://votelgbt.org/>.

Com relação à apresentação dos dados e seus desdobramentos, a Gênero e Número exibe duas **visualizações**. A primeira mostra a evolução das pessoas LGBTQIA+ eleitas entre 2010 e 2022, tendo um gráfico de linha conforme a Figura 55A.

Figura 55A – Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBT+s”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Logo abaixo, na mesma visualização, o mapa do Brasil aparece com a indicação dos estados onde essas eleições ocorreram, como é possível observar na Figura 55B.

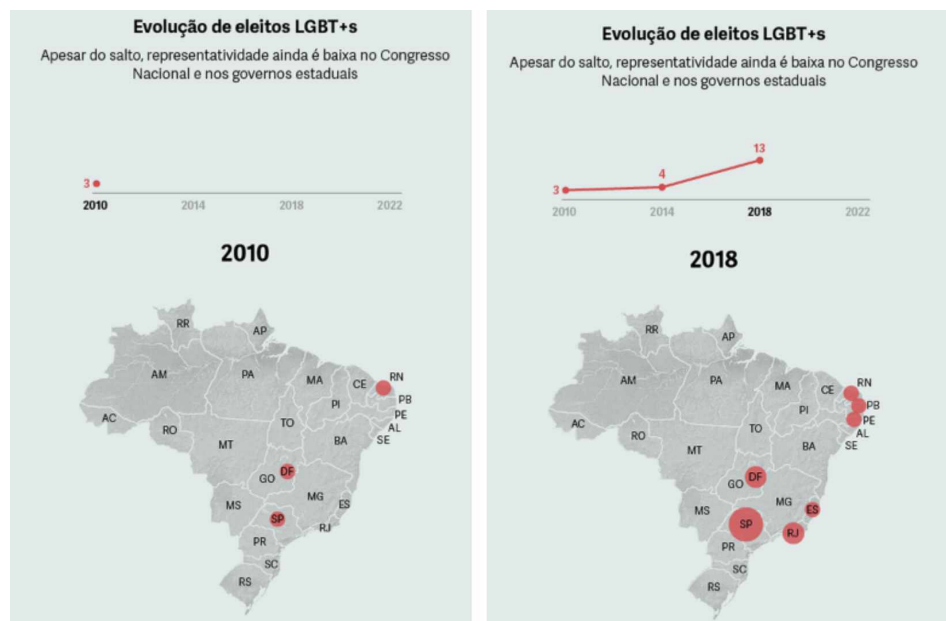
Figura 55B - Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBT+s”



Fonte: Gênero e Número (2022)

A visualização não é estática, já que a linha cresce a cada ano eleitoral que passa, ao mesmo tempo em que os pontos no mapa também mudam, como mostra a Figura 56.

Figura 56 – Print do gráfico “Evolução de eleitos LGBT+s” evidenciando a animação³⁷

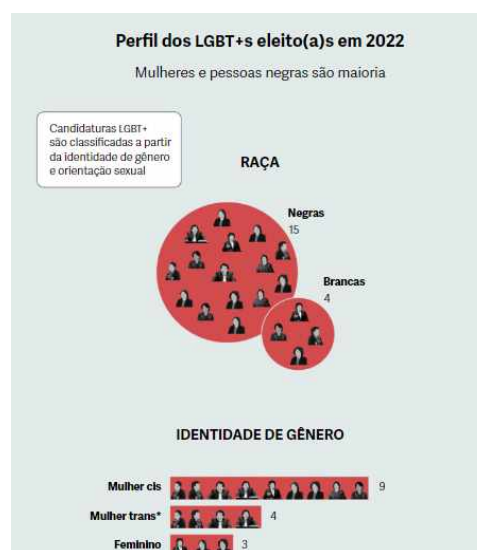


Fonte: Gênero e Número (2022) – Colagem feita pela autora

Já o infográfico é extenso e exibe um perfil das pessoas eleitas em 2022, como mostra a Figura 57, indicando a raça, identidade de gênero, orientação sexual, partido e cargo. Além dos números, a visualização contém pequenas explicações sobre como essa identificação é feita e indica a linha ideológica dos partidos.

³⁷ A figura é clicável e redireciona para o site que contém a visualização animada.

Figura 57 – Print do infográfico “Perfil dos LGBT+s eleito(a)s em 2022”



Fonte: Gênero e Número (2022)

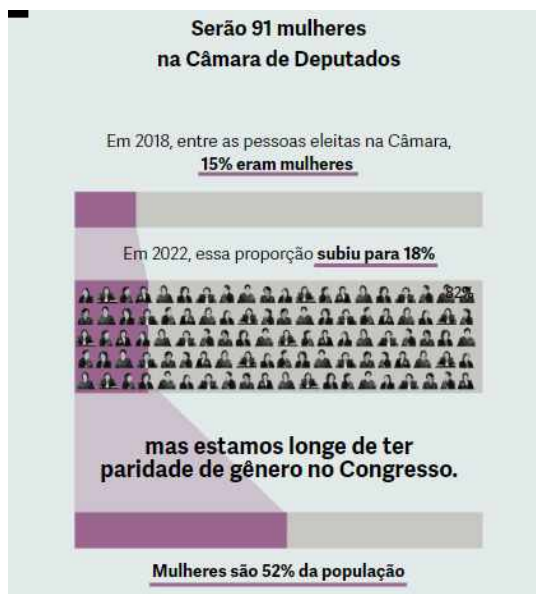
Perante o que foi exposto, fica evidente que a angulação empregada é a **mudança**, já que a afirmação contida no título e a forma como o gráfico foi construído, por exemplo, demonstram que os números foram analisados dentro de um período de tempo, o que indicou um aumento de pessoas LGBTQIA+ eleitas nas últimas quatro eleições. Ademais, a reportagem **contextualiza** os dados, **explica** o que eles significam e o que **representam** para o cenário político brasileiro. Vale mencionar que, no fim do texto, há um pequeno perfil da jornalista que o produziu e **não há metodologia**.

A segunda **reportagem** analisada, “Mais mulheres, mais negras, menos avanço”, publicada em outubro de 2022 e escrita por Maria Martha Bruno e Vitória Régia da Silva, foi selecionada na temática **política** e está classificada em “eleições 2022” e “racismo”. O texto aponta que, em comparação às eleições de 2018, nas de 2022, a quantidade de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados subiu para 18% e a de pessoas negras, 8% (BRUNO; SILVA, 2022). Ainda conforme a produção analisada, esses números podem não representar avanços na conquista de direitos.

Além de apresentar os dados referentes às últimas eleições do país, a reportagem os compara, por exemplo, com a quantidade de mulheres e de pessoas negras na população, a fim de dimensionar o quanto o total de políticos eleitos representa. Também há trechos de entrevistas com especialistas que corroboram a explicação e análise crítica dos números. A reportagem tem três **visualizações**. A primeira é um infográfico que apresenta os dados da

Câmara de Deputados com relação às mulheres eleitas em 2018 e 2022, como aponta a Figura 58.

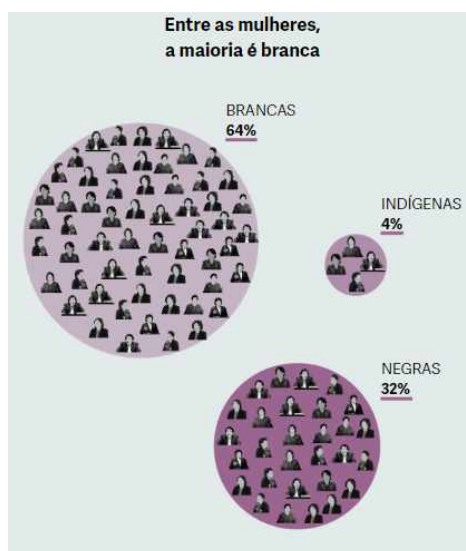
Figura 58 - Print do gráfico “Serão 91 mulheres na Câmara de Deputados”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Vale destacar, ainda, que essa visualização, assim como as outras, é estática e não permite interação do usuário. A Gênero e Número exibe um gráfico sobre o perfil racial das mulheres eleitas, como mostra a Figura 59. Ele apresenta, além dos números e elementos visuais, uma afirmação sobre os dados.

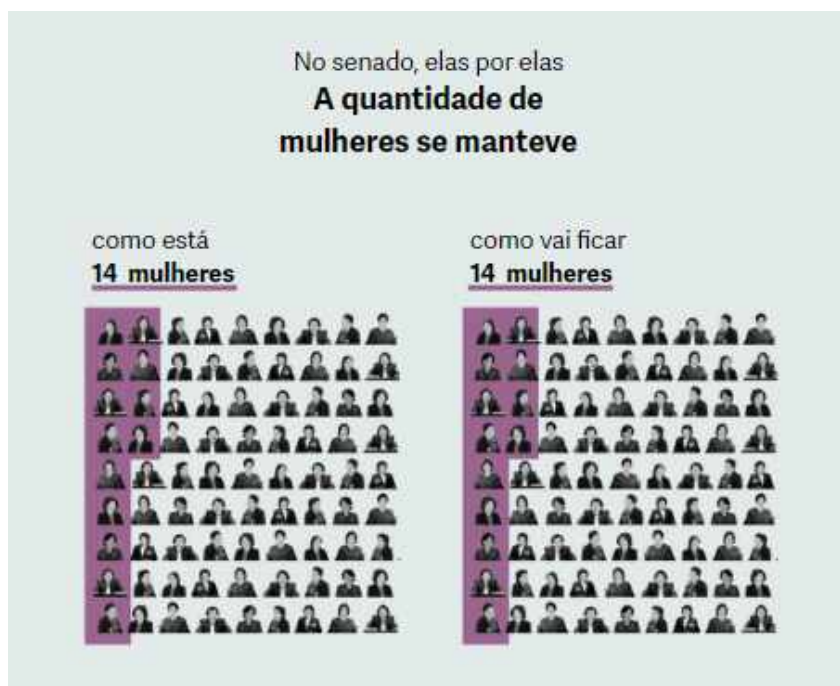
Figura 59 - Print do gráfico “Entre as mulheres, a maioria é branca”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Por fim, a reportagem também aborda a situação no Senado Federal, que manteve a mesma quantidade de mulheres eleitas. Entretanto, conforme Bruno e Silva (2022), as candidatas se alinham mais a pautas conservadoras e religiosas, o que pode representar retrocesso e estagnação. A última visualização da produção apresenta a situação do Senado em números, como mostra a Figura 60.

Figura 60 – Print da visualização “No senado, elas por elas”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Diante do exposto, pode-se afirmar que a angulação é a **mudança**, uma vez que os dados são noticiados em contexto de crescimento ou estagnação, por exemplo, em relação às últimas duas eleições. Eles são **explicados**, **analisados** de forma crítica e com hiperlinks que agregam informações. Quanto à **fonte**, ela foi citada apenas nas visualizações; no decorrer do texto, quando os números são apresentados, não há indicação de onde eles foram retirados. Ademais, não há **metodologia** expressa. Uma característica interessante é que, ao fim da reportagem, há a indicação de quem o escreveu, quem foi responsável pelos dados e pela visualização, o que explicita o compromisso do veículo com o JD.

Já a **reportagem** “Mães solo quilombolas e rurais enfrentam insegurança alimentar, enquanto dinheiro da merenda não chega às escolas” foi publicada em novembro de 2022 e assinada por Adriana Amâncio em parceria com o veículo O Joio e o Trigo, criado em 2017 e com a proposta de produzir jornalismo investigativo sobre “alimentação, saúde e poder”

(QUEM... 2023, n/p). A matéria está presente na temática política, sendo também classificada em “ciência, educação e cultura” e “racismo”.

A produção detalha a falta de merenda em escolas de municípios de Alagoas, AL, e Maranhão, MA, enquanto os valores repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE), por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estavam parados em contas bancárias (AMÂNCIO, 2022). A reportagem denuncia que, de R\$ 1,45 milhão destinado à cidade de Itapecuru Mirim, no Maranhão, entre fevereiro e setembro de 2022, R\$ 714 mil ainda estavam no banco até setembro.

A partir desses dados, o texto também aponta a quantidade de municípios brasileiros que passaram pela mesma situação. O problema é esmiuçado em duas cidades, uma do Maranhão e outra de Alagoas, a partir de entrevistas e relatos de mães solo, especialistas, crianças com nomes fictícios e gestoras de escolas. A reportagem aborda, ainda, dados e explicações sobre insegurança alimentar no país, má gestão dos recursos públicos e a falta de equipamentos e mão de obra para fazer as merendas em algumas instituições de ensino.

Há diferentes hiperlinks que redirecionam para pesquisas que detalham essas situações. Já na linha-fina é informado que os dados são provenientes de um levantamento exclusivo (realizado pelos dois veículos), o que é explicado de forma breve em um curto parágrafo do texto, como mostra a Figura 61.

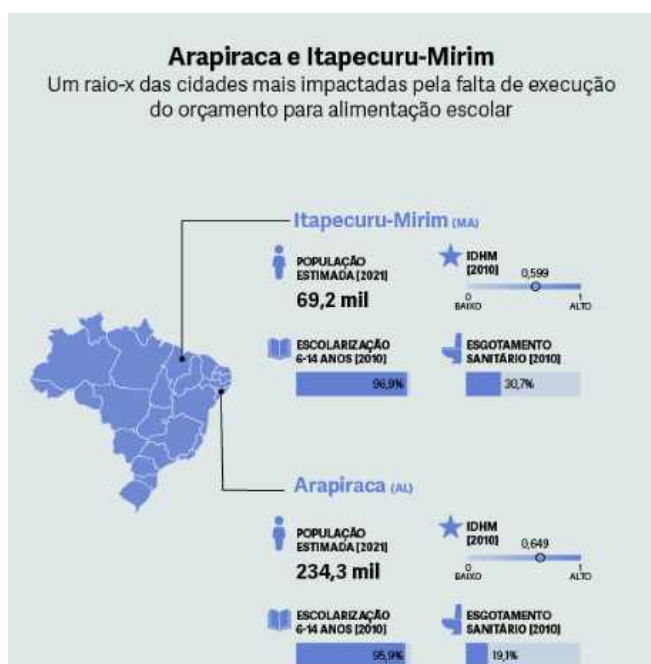
Figura 61- Trecho da terceira reportagem da Gênero e Número

Para chegar a essa estimativa tanto em Itapecuru quanto em Arapiraca, comparamos o valor repassado pelo FNDE para o PNAE com a soma das despesas realizadas na compra da merenda, entre janeiro e setembro. No caso de Itapecuru Mirim, calculamos o valor que restava ser gasto com a agricultura e, por isso, deveria estar em conta para ser devolvido ou reprogramado. O cálculo foi feito com base nas informações disponibilizadas no setor de liberações e na seção extratos e movimentações bancárias do portal do Fundo, no dia 24 de outubro de 2022.

Fonte: Gênero e Número (2022)

Assim como é possível ver na Figura 61, a GN disponibiliza os links que contêm os dados utilizados. Nesse sentido, nota-se que o veículo fornece uma breve **metodologia**, incluindo **fonte**, como os números noticiados foram calculados e cruzados. Já com relação às três **visualizações**, pode-se afirmar que reiteram e complementam os dados principais. O primeiro infográfico traça um perfil das duas cidades mais afetadas pelo problema denunciado, como aponta a Figura 62.

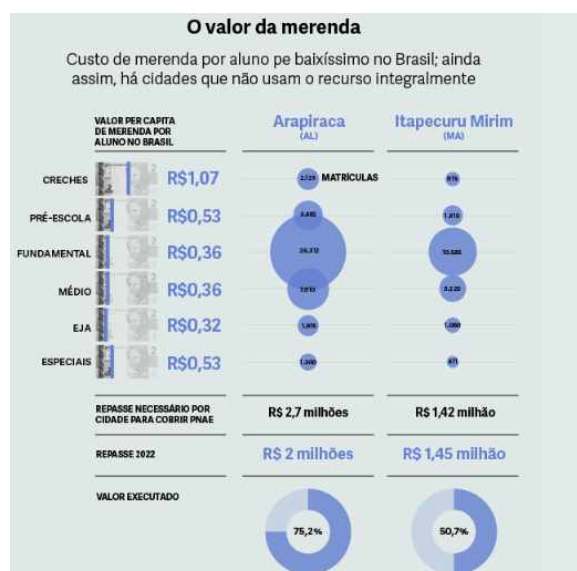
Figura 62 – Print do infográfico “Arapiraca e Itapecuru-Mirim”



Fonte: Gênero e Número (2022)

A visualização exibe números sobre a população estimada, escolarização, esgotamento sanitário e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), todos provenientes do IBGE. A visualização é estática e não proporciona interação. Já o segundo infográfico retoma dados dos repasses do PNAE em 2022 e apresenta informações complementares, como quantidade de matrículas nos municípios e o valor *per capita* da merenda por aluno no país em diferentes níveis de escolarização, conforme ilustra a Figura 63.

Figura 63 - Print do infográfico “O valor da merenda”



Fonte: Gênero e Número (2022)

O veículo divulga a fonte e explica que os cálculos foram realizados considerando um ano letivo de 150 dias; além disso, o infográfico também é estático. Fechando as visualizações, a Gênero e Número aponta os valores de duas refeições previstas para alunos do ensino fundamental se forem compradas em um supermercado local, como mostra a Figura 64. Percebe-se que o infográfico contribui para ampliar a compreensão sobre a investigação.

Figura 64 – Print do infográfico “Quanto custa a comida em casa?”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Considerando o que foi analisado, pode-se afirmar que a angulação presente é a **escala**, porque destaca o tamanho da situação e fornece dados e informações atualizados sobre o problema (BRADSHAW, 2021). Também fica evidente que há **contextualização**, **explicação**, **desdobramento** e análise dos números. Essa reportagem também indica, no fim do texto, quem o escreveu, os responsáveis pela edição e pela infografia, além de disponibilizar um perfil resumido da jornalista Adriana Amâncio.

A quarta **reportagem**, “Brasil limita informação sobre acesso ao aborto legal”, foi publicada em novembro de 2022 e escrita por Soledad Dominguez, Natalia Veras e Mariana Oliveira. Ela está classificada em “aborto e ciência” e “direitos reprodutivos”, além de compor a coleção “Aborto, ciência e mortalidade materna³⁸” do veículo. A produção denuncia

³⁸ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.generonumero.media/aborto-e-ciencia/.

a dificuldade e a falta de acesso a informações sobre o aborto legal³⁹ (canais de atendimento e hospitais que realizam o procedimento, por exemplo) no país por parte do poder público, por meio dos sites das secretarias de saúde.

Além dos dados e explicações sobre a situação brasileira, o texto também aborda a conjuntura da Argentina, elucidando como a informação é divulgada pelo governo, a existência de diferentes canais de atendimento a mulheres e compara alguns pontos com a realidade do Brasil. A fim de corroborar a afirmação de que apenas 22% dos estados brasileiros disponibilizam informações sobre o direito ao aborto, a reportagem divulga o relato de uma mulher que foi vítima de abuso sexual e não sabia que poderia interromper a gravidez.

Quanto à visualização, há **um gráfico** estático sobre os sites das secretarias estaduais de saúde, indicando, inclusive, os estados em que eles estavam fora do ar ou bloqueados (AM e SP), como aponta a Figura 65. As cores ajudam a identificar a situação de cada estado.

Figura 65 – Print do gráfico “Falta informação sobre aborto”



Fonte: Gênero e Número (2022)

Como também é possível ver na Figura 65, o veículo informa apenas que os dados provêm do levantamento feito pela/para a reportagem. Entretanto, é possível inferir que os

³⁹ O aborto é tratado no Código Penal brasileiro, que data de 1940 e foi feito sob o Decreto-Lei nº 2.848. De acordo com o Art. 128 do documento, o aborto é permitido quando a gestação representa risco para a saúde da mulher ou quando a gravidez é proveniente de um estupro (BRASIL, 1940). Em 2012, o STF também descriminalizou a interrupção quando o feto possui anencefalia.

números e porcentagem apresentados são resultado da apuração nos sites oficiais dos estados. Nesse sentido, também vale mencionar que não há a indicação da **metodologia**.

A partir da análise, fica evidente que a *Gênero e Número* **explica** os problemas que essa falta de informação pode acarretar, humaniza os dados e **amplia o assunto** ao tratar do cenário argentino. Como o foco é denunciar que apenas seis das 27 unidades federativas do Brasil disponibilizam esclarecimentos públicos sobre o aborto legal (DOMINGUEZ; VERAS; OLIVEIRA, 2022) fica explícito que a angulação utilizada é a **escala**. No fim do texto, também há identificação dos profissionais que fizeram a pesquisa e reportagem, edição, design, instituto que apoiou e as entidades envolvidas na realização.

Por fim, o **artigo** “8M: dezoito estados e DF descumprem LAI e não fornecem dados sobre violência contra as mulheres” foi publicado em março de 2023 e faz parte da parceria entre a *Gênero e Número*, Instituto Avon⁴⁰ e o Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal⁴¹. De acordo com o texto analisado, as três instituições se uniram para fiscalizar e garantir “a disponibilidade de bases sobre violência contra as mulheres em diferentes setores: saúde, segurança pública, justiça, entre outros” (GÊNERO E NÚMERO; 2023, n/p).

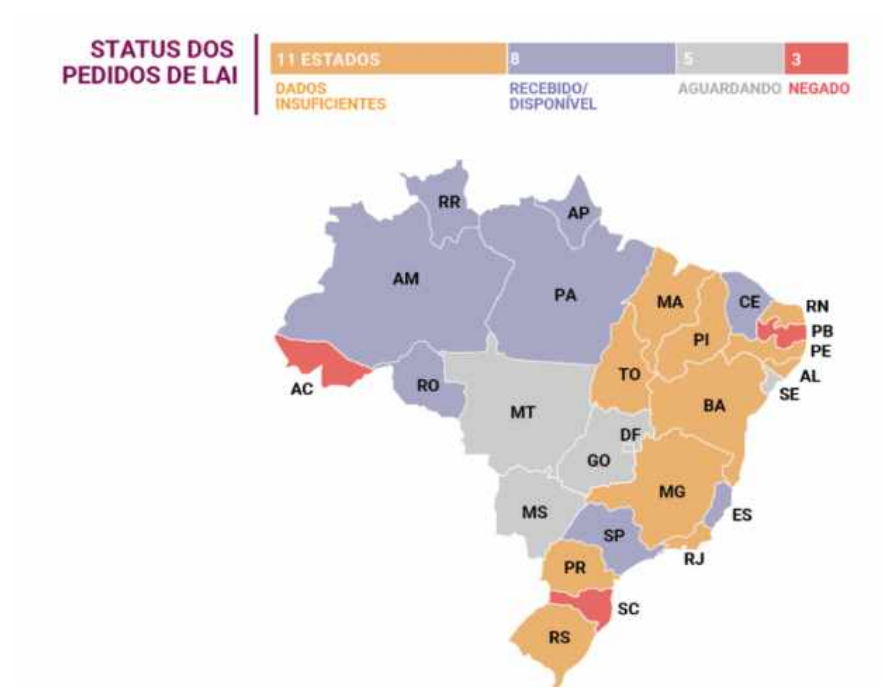
A produção aborda a dificuldade e até mesmo a negativa de alguns estados em disponibilizar, por meio da LAI (**fonte**), dados sobre segurança pública, como número de feminicídios, registros de ocorrência e chamadas para a Polícia Militar (PM). Conforme *Gênero e Número* (2023), três governos estaduais negaram o acesso e 11 enviaram dados insuficientes.

O mapeamento da falta desses elementos foi exposto em uma **visualização**, que utiliza cores para identificar a situação de cada estado, como mostra a Figura 66. Ao comparar a disposição na página do site e até mesmo a estética utilizada nos outros conteúdos analisados, é possível perceber que esse gráfico não foi produzido pela equipe do veículo e que, provavelmente, utilizou-se o que os parceiros de produção já tinham feito.

⁴⁰ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em <https://institutoavon.org.br/>.

⁴¹ Informações adicionais e matérias publicadas sobre o projeto podem ser consultadas em www.12.senado.leg.br/institucional/omv.

Figura 66 - Print do gráfico “Status dos pedidos de LAI”



Fonte: Gênero e Número (2023)

Além disso, o artigo conta com declarações de representantes das três instituições que explicam porque esses dados são importantes, o que a falta deles representa para a democracia e para a formulação de políticas públicas de proteção às mulheres. Também há a problematização do descumprimento da LAI e da não divulgação dos números para qualquer cidadão, como prevê a legislação.

Perante o exposto, o ângulo utilizado se enquadra no que Bradshaw (2021, p. 12) denomina como “**problemas e soluções: histórias sobre dados ruins, não há dados e obtinha dados**”. Ou seja, quando as produções focam no dado em si e, a partir disso, contam uma história ou denunciam um problema. No artigo analisado, a situação se encaixa na seguinte explicação: “a falta de dados sobre um assunto representa a falta de interesse político naquele tema, ou vontade de abordá-lo. Esses casos geralmente relatam preocupações sobre transparência ou falta de informações” (BRADSHAW, 2021, p. 13). Enfim, reitera-se que **há contextualização, explicação e comentários** críticos sobre o que é denunciado.

5.5 Os quatro veículos e o JD: análise comparativa

A análise individual de cinco conteúdos de cada veículo foi essencial para desenvolver a comparação entre eles nesta subseção. Os critérios mencionados no início do capítulo

metodológico foram o ponto de partida para traçar as similaridades e os distanciamentos entre os objetos e, por isso, os resultados dessa parte da observação foram colocados em tabelas. Esse recurso também foi utilizado para reunir essas informações em um único espaço e facilitar a identificação. Vale ressaltar que a quantidade de vezes em que alguns critérios foram identificados foi computada apenas para embasar as afirmações e outros apontamentos, a fim de seguir a pesquisa qualitativa. Todas essas etapas ajudaram a finalizar a comparação e a tecer outras observações a partir delas.

Para começar, a possibilidade de analisar 20 produções no total evidencia que os veículos utilizam o JD como fator de informação e para cobrir política. A seleção dos materiais priorizou a variedade de pautas, o que não impediu que algumas semelhanças nas escolhas dos assuntos fossem observadas. Pelo recorte temporal da pesquisa, a temática eleições foi observada em **todos** os veículos, o que demonstra o uso dos dados para acontecimentos mais quentes. Vale destacar que a Gênero e Número e o Nexo possuem produções que tratam do assunto de forma mais direta, divulgando a composição das Casas legislativas ou os resultados eleitorais, por exemplo. Já a Pública e o Intercept tratam de assuntos relacionados, como as multas acumuladas pelos então candidatos e o lucro em anúncios durante o primeiro turno.

Quanto aos outros temas, notou-se que a educação esteve presente em produções da Pública, Gênero e Número e Nexo. O Intercept, em quatro publicações, teve a pauta ambiental atrelada à política de alguma forma, diferenciando-se dos demais. Os seguintes assuntos também foram notados: alimentação (Nexo e Gênero e Número); segurança (Pública e Gênero e Número); saúde (Gênero e Número) e religião (Pública). Também foi observado que o nome de Bolsonaro, acompanhado de dados sobre o governo e/ou críticas, foi citado diretamente em quatro títulos, sendo dois da Pública e dois do Intercept.

Com relação ao recorte temático, a GN é a que mais se distancia, uma vez que a proposta do veículo é abordar raça e gênero nas produções, o que fica explícito nos cinco materiais analisados. Como ela também tem uma atuação voltada para a área de JD, cabe evidenciar a relação dos dados com o feminismo. D'Ignazio (2021) explica que as disparidades entre o que é disponibilizado e divulgado sobre a população feminina, negra, periférica e os homens brancos da elite, por exemplo, é perceptível nas etapas de coleta, contexto e comunicação dos dados.

Ainda conforme a autora, “por conta destas desigualdades do ecossistema de dados, adotar uma abordagem feminista no jornalismo feito em torno dos mesmos pode ajudar a desvendar vieses ocultos na produção de informação” (D'Ignazio, 2021, p. 85). Ademais,

outro aspecto que ela explica e que fica evidente nos conteúdos da Gênero e Número é que atuar questionando esse comportamento dos diferentes agentes da sociedade coloca a questão de gênero no centro do trabalho jornalístico, mas não como viés único de análise.

Nesse sentido, ficou claro que os veículos têm semelhanças na cobertura de pautas políticas, seja pelos assuntos relacionados, pautas mais factuais e acompanhamento do governo vigente. As diferenças existem e são observadas justamente no recorte dado a esses elementos, que varia de acordo com as preferências dos repórteres, editores e pela forma de atuação do veículo.

A análise desses 20 materiais só foi possível após realizar a contagem dos conteúdos publicados durante o período estipulado neste trabalho. Desde o início, essa etapa de pré-seleção optou por priorizar as editorias, seções e/ou abas que tratassem diretamente de JD, dados e política. Apenas o Nexo possui uma editoria voltada para conteúdos de JD ou visualizações gráficas no geral. Quanto à política, ele e a Gênero e Número possibilitam a navegação nessa área a partir da separação das publicações por temática. A Pública e o Intercept deram o mesmo nome para a editoria que trata, majoritariamente, do assunto: Poder. Logo, fica evidente que a separação dos materiais pelo tema está presente em todos os veículos analisados, mas a identificação de JD, diante dos resultados, ainda é uma carência.

A partir dessas e das outras seções selecionadas, que foram mencionadas no subtópico de cada mídia, a autora realizou a contagem de todas as publicações, tendo as 20 finais sido selecionadas em um total de: 223 conteúdos da Pública; 27 da GN; 2.333 do Nexo e 562 do Intercept. É importante ressaltar que, em cada veículo, duas editorias e/ou abas foram analisadas e que há matérias presentes em ambas. Diante desses números, fica nítido o quanto a Gênero e Número publica poucos conteúdos, o que, conforme relatado, originou até mesmo em alguns problemas para cumprir a metodologia deste trabalho, já que a partir desses resultados ainda houve a curadoria para identificar os que de fato se tratavam de JD.

Quanto ao formato dos conteúdos analisados, foram encontradas mais semelhanças do que diferenças durante a análise documental, o que pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Formato dos conteúdos analisados

Veículos	Reportagem	Gráfico/Visualização	Artigo	Notícia
Agência Pública	5	-	-	-
Gênero e Número	4	-	1	-
Nexo Jornal	1	4	-	-
The Intercept Brasil	4	-	-	1
Total	14	4	1	1

Fonte: A autora

O formato reportagem foi o único que apareceu em todos os veículos e representou 14 das 20 produções analisadas. Ele está presente no gênero jornalístico informativo (MARQUES DE MELO, 2009) e pode ser definido como “o relato ampliado de um acontecimento” (MEDINA, 2001, p. 54). Dessa forma, a reportagem possibilita uma abordagem mais ampla dos temas, o que contribui para maior contextualização dos dados, por exemplo. Quanto aos dados principais das publicações, algumas características foram observadas e agrupadas na tabela a seguir:

Tabela 2 - Características do uso de dados nas produções analisadas

Veículo	Há indicação da fonte?	Abertos ou não?	Há metodologia ?	Foram explorados, contextualizados e tem desdobramentos?	Via LAI?
Pública	Sim, nos 5	Sim, em 4	Sim, em 1	Sim, nos 5	Sim, em 2
GN	Sim, em 4	Sim, nos 5	Sim, em 1	Sim, nos 5	Sim, em 1
Nexo	Sim, nos 5	Sim, nos 5	Não	Sim, em 3	Não
Intercept	Sim, nos 5	Sim, em 3	Sim, em 3	Sim, nos 5	Sim, em 1
Total de produções com as características indicadas	19	17	5	18	4

Fonte: A autora

Diante desse cenário, constata-se que os veículos têm atuações parecidas no que se refere à indicação de fontes, uso de dados públicos, metodologia e contextualização, exploração e desdobramentos dos dados. Com base no que foi estudado para este trabalho, cabe a ressalva de que nem sempre essa ampliação dos elementos é necessária, ou seja, não é essencial para a compreensão da matéria. O acesso a dados por meio da LAI é um recurso pouco utilizado pelas quatro companhias, o que corrobora a afirmação de Träsel, já explorada na parte teórica desta monografia, sobre o pouco aproveitamento da legislação por parte dos jornalistas (ABRAJI, 2021), que podem até mesmo perder pautas e investigações interessantes pela ausência dessa ferramenta no dia a dia das redações.

Ainda no critério dos dados, o Nexo chama atenção por ser o único que não possui indicação de pedidos via LAI em pelo menos um conteúdo. Por fim, cabe mencionar que foram consideradas, em metodologia, mesmo explicações mais breves, e, quanto à avaliação da penúltima coluna, o ‘sim’ só foi atribuído aos conteúdos que cumpriram os três critérios.

Uma das formas mais comuns de apresentar esses dados para o público é por meio das visualizações, as quais evoluem à medida que a tecnologia permite sua criação em ferramentas com mais atrativos:

Por mais que práticas anteriores em visualização de dados favorecessem tabelas e gráficos minimalistas como mais racionais, tanto pesquisadores quanto jornalistas estão descobrindo que, ao empregarem as características únicas da visualização como uma forma de retórica criativa, levam a visualizações mais memoráveis, portanto, compartilháveis (D'IGNAZIO, 2021 p. 89).

Pensando nisso, a partir do que foi observado nos 20 conteúdos, vale comparar os veículos em alguns pontos, que foram colocadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Características das visualizações dos conteúdos

	Pública	Gênero e Número	Nexo	Intercept
As visualizações existem?	Sim, em 4 conteúdos	Sim, em 5 conteúdos	Sim, em 5 conteúdos	Sim, em 2 conteúdos
Há crédito de quem as produziu?	Sim, em 3 conteúdos	Sim, em 3 conteúdos	Sim, em 3 conteúdos	Sim, em 1 conteúdo
Segue um padrão de cores nos conteúdos com mais de uma visualização? Do veículo ou da matéria?	Sim, a reportagem com mais de uma visualização segue o padrão de cor da agência.	Sim, as quatro reportagens com mais de uma visualização seguem um padrão de cor próprio.	Sim, os três conteúdos com mais de uma visualização seguem um padrão de cor próprio.	Sim, em uma reportagem (das duas com mais de uma visualização) há um padrão de cor próprio.
Apresentam formatos diferentes nos conteúdos com mais de uma visualização?	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: A autora

Essa parte da análise evidenciou o trabalho dos veículos com as visualizações nos casos de matérias de JD, com exceção do Intercept, que foi o único com mais conteúdos sem esses elementos. Mesmo assim, uma das reportagens apresentou cinco visualizações diferentes e com dados relevantes para o assunto. Ademais, todas as produções com mais de uma visualização exibem formatos diferentes, o que dá dinamismo à navegação e mostra que,

com base nas escolhas dos profissionais, dados diversos são mais bem-divulgados de maneiras distintas. Quanto aos aspectos de inovação (D'IGNAZIO, 2021), notou-se que essas iniciativas ainda são meio tímidas, havendo presença de gráficos mais tradicionais, como de barras e linhas. Entretanto, Gênero e Número e Nexo, por exemplo, conseguem exibir visualizações um pouco diferentes e que são mais atraentes.

Esses dois veículos foram os únicos a apresentar visualizações em todos os conteúdos analisados e se comportaram da mesma maneira na creditação aos profissionais responsáveis por gráficos e infográficos, por exemplo. Eles se assemelham ao utilizar cores diferentes para cada material que possui mais de uma visualização, provavelmente, priorizando a estética que mais dialoga com a pauta e que facilita o entendimento.

O fato de eles exibirem essas características em comum chama atenção porque são os únicos veículos analisados que divulgam possuir mais de um profissional voltado para o trabalho com os dados em si e responsáveis pela visualização. O Nexo conta com um analista de dados, um editor de gráficos, uma infografista de dados, uma editora-assistente de arte, além de uma estagiária de infografia e uma de arte. Já a Gênero e Número possui uma diretora e uma analista de dados, uma designer de informação e uma diretora de design e inovação. Portanto, diante do corpus da pesquisa, é notório que a composição da equipe de uma mídia faz diferença na prática do JD.

Além das visualizações, os veículos também podem ser comparados quanto aos ângulos utilizados em cada conteúdo. Neste trabalho, foi considerada a angulação presente no título ou na proposta do material como um todo e a dos elementos visuais, em caso de haver mais de um. É importante reforçar que essa classificação seguiu os critérios estabelecidos por Bradshaw (2021); para fins de organização, a quantidade de vezes em que cada ângulo foi identificado foi reunida na Tabela 3, apresentada abaixo.

Tabela 3 - Ângulos utilizados nas publicações

Tipos de ângulos	Pública	Gênero e Número	Nexo	Intercept	Total
Escala	3	2	2	1	8
Mudança	2	2	3	2	9
Classificação	2	-	1	2	5
Variação	-	-	-	-	0
Exploratório	1	-	1	-	2
Correlação	1	-	-	1	2
Problemas com dados	-	1	-	-	1

Fonte: A autora com base em Bradshaw (2021)

Nesse cenário, mais semelhanças foram encontradas, uma vez que, em todos os veículos, o ângulo **mudança** esteve entre os dois mais identificados. A presença da **escala** também se destacou, com exceção do Intercept, que foi o único que teve outra angulagem, além das duas já mencionadas, exibida mais de uma vez. Outra diferença encontrada foi a GN, que apresentou apenas um ângulo em cada conteúdo, o que não aconteceu nas demais mídias.

Nenhum veículo registrou a presença da angulagem variação, a qual, segundo Bradshaw (2021, p. 7), pode ser vista em um “mapa coroplético ou mapa de calor para mostrar como algumas partes de um país têm menos acesso a algo, ou mais demanda por algo, do que outras partes”. Conforme o mesmo autor, ela pode denunciar situações e apontar onde e como elas acontecem.

Perante o exposto, cabe afirmar que semelhanças e diferenças foram identificadas na forma de utilizar o JD para informar nos cinco veículos. É notório que foram encontradas mais similaridades nos 20 conteúdos, com destaque para a cobertura política atrelada a outras temáticas, formato escolhido para divulgar as informações, uso de dados públicos e indicação das fontes, contextualização e explicação desses elementos, a ausência de metodologia e uso da LAI, escolha pelo ângulo mudança e produção de formatos diferentes de visualizações nos conteúdos que possuem mais de uma. Esses pontos em comum são um termômetro para o cenário do JD em veículos brasileiros, indicando tendências na prática dessa disciplina e também áreas que podem ser melhoradas e mais exploradas.

Com relação às diferenças mais significativas, cabe destacar a composição da equipe dos veículos, que se reflete na diversidade e qualidade das visualizações apresentadas, número de materiais sobre política publicados no período de um ano e nos ângulos secundários utilizados. Essas diferenças são possíveis inspirações para os diferentes veículos analisados, que podem considerar algumas características dos concorrentes como pontos de melhorias para cada um.

Logicamente, cada veículo segue uma conduta e trabalha de acordo com sua própria realidade financeira e das preferências e recepção do público, bem como com linhas editoriais definidas. Aisch e Rost (2021) verificam a influência dos usuários na prática do JD, alegando que, se antes o uso de dados era observado apenas em publicações específicas e, atualmente, algumas delas são totalmente produzidas com essa abordagem, isso é resultado da mudança na forma de consumir informações, já que agora o público aparenta ser mais “curioso e interessado em dados, um público que não tem medo de gráficos e tabelas” (AISCH; ROST, 2021, p. 168).

Em suma, essa comparação também indicou que três veículos analisados disponibilizam os conteúdos de JD e política de forma gratuita, o que é um ponto positivo quando se considera o acesso a esse tipo de produção jornalística e até mesmo para a popularização dessa área. Entretanto, como pontuado acima, o Nexo, a única companhia de mídia que exige assinatura, possui características interessantes e uma produção que se destaca, o que, futuramente, pode gerar debates acerca da valorização do jornalismo independente e da elitização de determinados tipos de produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho permitiram compreender os aspectos que propiciaram a evolução do JD e da sua inserção nas rotinas produtivas dos veículos jornalísticos oriundos do ambiente digital. A Reportagem com Auxílio do Computador (RAC) se destaca no contexto de inovações tecnológicas que modificaram o fazer jornalístico e foram essenciais para que o uso de dados ficasse cada vez mais presente na profissão (BOUNEGRU, 2014). A averiguação bibliográfica também contribuiu para identificar que essa disciplina se relaciona com a cobertura política ao utilizar os dados para publicar informações sobre eleições, atuação do governo na saúde, meio ambiente e educação, por exemplo.

Esse caminho percorrido pela autora também ajudou a compreender como o JD pode ser visto na prática, com destaque para as visualizações, que apresentam diferentes formatos, como um gráfico de barras ou um infográfico, e podem inovar com desenhos antes não tão comuns (AISCH; ROST, 2021). Diante desse contexto, averiguaram-se iniciativas e exemplos de atuação dessa área no cenário jornalístico brasileiro, encontrando, inclusive, coberturas de relevância, que denunciaram, por exemplo, superfaturamento em compras de alimentos por parte do governo de Fernando Collor (TRÄSEL, 2014).

A partir dessas perspectivas, a autora deste trabalho se debruçou na atual situação do uso de dados nos veículos brasileiros para cobrir assuntos que se encaixam na temática política. Para cumprir o objetivo de demonstrar como as quatro empresas de mídia escolhidas utilizam esse segmento da profissão, uma análise individual de cinco conteúdos das seguintes mídias foi realizada: Agência Pública, Gênero e Número, Nexo Jornal e The Intercept Brasil. Essa etapa permitiu a compreensão dos assuntos escolhidos, a existência de uma editoria voltada para o JD em apenas um veículo (Nexo) e os principais ângulos utilizados para divulgar as histórias de dados, estipulados de acordo com Bradshaw (2021), Além da identificação do formato das produções, indicação das fontes dos dados, explicação, contextualização e como foram tratados nas produções.

Essa etapa de análise foi fundamental para que as comparações entre os veículos fossem estabelecidas a partir dos critérios escolhidos, sendo assim, foram identificadas mais semelhanças, seja quanto ao formato reportagem, pouca utilização da LAI e presença de visualizações, por exemplo. Esses pontos de comparação foram imprescindíveis para concluir que, com base nos objetos escolhidos, o JD está presente no jornalismo brasileiro e exerce um papel importante para a cobertura política, mas ainda existem fraquezas que podem ser

resolvidas e pontos que ainda podem evoluir, como a contratação de mais profissionais envolvidos na área.

Mesmo com a presença do jornalismo de dados em todos os veículos, foi possível analisar que ele ainda não ocupa uma editoria de destaque nem é um dos fatores que guiam a atuação da mídia em metade dos objetos, Pública e Intercept. Isso corrobora a ideia de que a inserção de recursos tecnológicos essenciais para o JD ainda está em processo e evolução quando se observa seu uso para produzir e divulgar informação (ESTEVANIM, 2016).

Em vista disso, outro ponto que chama atenção é que a Gênero e Número, veículo com atuação mais recente, iniciado em 2022, é a única que cita o jornalismo guiado por dados como forma de produzir diferentes conteúdos (SOBRE, 2023). Portanto, é possível inferir que essa realidade pode ser vista em outras mídias digitais ao longo dos anos, já que o mundo da comunicação está cada vez mais informatizado e repleto de números que precisam ser traduzidos para o público.

Por fim, esta monografia abre espaço para que outras perguntas sejam feitas quando se analisa o cenário do país, entre elas, está a acessibilidade, ou seja, como possibilitar que todos os usuários, sem exceção, consigam compreender as tão importantes visualizações, sem precisar do auxílio de ferramentas dos navegadores e contando só com o que o veículo disponibiliza. Outra possibilidade é acompanhar esses ou outros veículos por um período maior de tempo e analisando um número maior de publicações, a fim de traçar um panorama mais detalhado e até mesmo ampliado na questão dos temas.

REFERÊNCIAS

A EQUIPE. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

AISCH, Gregor; ROST, Lisa Charlotte. *Jornalismo de Dados em Perspectiva*. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 166-168.

AMÂNCIO, Adriana. **Mães solo quilombolas e rurais enfrentam insegurança alimentar, enquanto dinheiro da merenda não chega às escolas**. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/maes-solo-quilombolas-merenda/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ARNOLETTO, Eduardo Jorge. **El impacto de la tecnología en la transformación del mundo**. Cordoba: [S.N], 2007. 143 p. Disponível em: <https://www.eumed.net/libros-gratis/2007c/333/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BANCADA evangélica define Eli Borges como novo líder em 2023. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bancada-evangelica-define-eli-borges-como-novo-lider-em-2023/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BENTLEY, Elliot. A web como meio de visualização de dados. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 156-165.

BERNICKER, Lésle Cardoso. **Big Data e jornalismo: Um casamento possível?** 2016. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, 2016. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/2299/1/Leslie%20Cardoso%20Bernicker.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BIANCA Muniz. Disponível em: <https://apublica.org/autor/biancamuniz/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. Vol. 1: 1622 p.

BOUNEGRU, Liliana. *Jornalismo de Dados em Perspectiva*. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 30-35.

BRADSHAW, Paul. O que é o Jornalismo de Dados? In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 8-10.

BRADSHAW, Paul. **Os ângulos mais usados por jornalistas para contar histórias com dados**. 2021. Disponível em: <https://onlinejournalismblog.com/2021/06/08/os-angulos-mais-usados-por-jornalistas-para-contrar-historias-com-dados/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso À Informação**. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRONOSKI, Bruna. **MEC de Bolsonaro nega Bolsa Permanência a 6 em cada 10 alunos indígenas e quilombolas**. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/mec-de-bolsonaro-nega-bolsa-permanencia-a-6-em-cada-10-alunos-indigenas-e-quilombolas/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRUNO, Maria Martha; SILVA, Vitória Régia da. **Mais mulheres, mais negros, menos avanço**. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mais-mulheres-mais-negros-menos-avanco/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CASTRO, Carol. **Sob Bolsonaro, clubes de tiro explodem em áreas de conflito da Amazônia Legal**. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/11/09/sob-bolsonaro-clubes-de-tiro-explodem-em-areas-d-e-conflito-da-amazonia-legal/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CHALABI, Mona. Esboço com dados. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 148-155.

COHEN, Sarah. A visualização como carro-chefe do jornalismo de dados. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 277-283.

COMO fazemos. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COMO o Intercept usa minha doação? Como posso ver suas movimentações financeiras? Disponível em: <https://www.intercept.com.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CTRL+X. Disponível em: <https://www.ctrlx.org.br/#/infografico>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religiões na pólis midiática: midiatização, evangélicos e política no Brasil. In: FERREIRA, Jairo *et al* (org.). **Redes, Sociedade e Pólis: recortes epistemológicos na midiatização**. Santa Maria: Facos, 2020. p. 155-176.

D'IGNAZIO, Catherine. Jornalismo de Dados: o que o feminismo tem a ver com isso?. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 85-89.

DA SILVEIRA, Guaracy Carlos; SILVA, Fernando Lopes; BISOL, Laísa V.; et al. **Leitura e Interpretação de Dados no Jornalismo**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901398. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901398/>. Acesso em: 26 out. 2022.

DEMORI, Leandro. **O The Intercept Brasil completou três anos (e está só no começo!)**. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/08/05/the-intercept-brasil-3-tres-anos/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DOIG, Steve. Fatura de hospitais. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 149-151.

DOMINGUEZ, Soledad; VERAS, Natalia; OLIVEIRA, Mariana. **Brasil limita informação sobre acesso ao aborto legal**. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/brasil-informacao-aborto-legal/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DUTRA, Luma Poletti. **Direito à informação em pauta: os usos da lei de acesso por jornalistas**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17909/2/2015_LumaPolettiDutra.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

EQUIPE ABRAJI. **Uso da Lei de Acesso a Informações por Jornalistas: 4º relatório de desempenho**. São Paulo: Abraji, 2021. 38 p.

EQUIPE de Execução. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ESCOLA DE DADOS. **Para iniciantes: O que são dados?** Disponível em: <https://escoladedados.org/tutoriais/o-que-sao-dados/#:~:text=Em%20resumo%2C%20dados%20s%C3%A3o%20valores,ser%20atribu%C3%ADdos%20de%20forma%20arbitr%C3%A1ria>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE REDES. **Dados estruturados, não-estruturados e semiestruturados: diferenças e similaridades**. 2022. Disponível em: <https://esr.rnp.br/ciencia-de-dados/dados-estruturados-nao-estruturados-e-semiestruturados/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ESTEVANIM, Mayanna. **Processos no jornalismo digital: do big data à visualização de dados**. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-06032017-094238/pt-br.php>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005. 209 p.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2010. 128 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira**. - 8.ed. - Curitiba: Positivo, 2010. 960 p.

FESTUCCI, Anne Carolina; CARVALHO, Patricia Guilhem de Salles; ANDREOLA, Paula Maia Wunder. Mobilização Da Opinião Pública E O Escândalo Dos Diários Secretos Na Assembléia Legislativa Do Paraná. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 161-176, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/6844>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FIGUEIRAS, Rita. Discutindo a mediatização da política a partir do caso português. In: FERREIRA, Jairo *et al* (org.). **Redes, Sociedade e Pólis: recortes epistemológicos na mediatização**. Santa Maria: Facos, 2020. p. 129-156.

FONSECA, Bruno *et al*. **Dívida de igrejas com a União dobrou durante governo Bolsonaro**. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/11/divida-de-igrejas-com-a-uniao-dobrou-durante-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Inovações tecnológicas e transformações no jornalismo com as redes digitais. **Geintec**, São Cristóvão, v. 4, n. 4, p. 1329-1339, dez. 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1844/1/JornalismoRedesDigitais.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FRANÇA, Vera V. Alcance e variações do conceito de mediatização. In: FERREIRA, Jairo *et al* (org.). **Redes, Sociedade e Pólis: recortes epistemológicos na mediatização**. Santa Maria: Facos, 2020. p. 23-44.

G1. **Salário mínimo em 2018: veja o valor**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/salario-minimo-em-2018-veja-o-valor.ghtml>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GÊNERO E NÚMERO. **8M: dezoito estados e DF descumprem LAI e não fornecem dados sobre violência contra as mulheres**. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/08m-lai/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GERALDES, Elen; REIS, Lígia Maria. Da cultura da opacidade à cultura da transparência: apontamentos sobre a Lei do Acesso à Informação Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2012, Fortaleza. **Congresso**. Brasília: Intercom, 2012. p. 1-10. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16262/1/2014_LigiaMariadeSouzaLopesReis.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. **Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O método comparativo e a ciência política. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-13, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16160/14448>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KENNEDY *et al*. Visualizações de dados: tendências de redação e engajamento cotidiano. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 137-147.

LAZZERI, Thais; BREMBATTI, Katia; PRESTES, Monica. **Planalto é o maior difusor de mentiras sobre a Amazônia no YouTube**. 2022. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2022/04/14/planalto-e-o-maior-difusor-de-mentiras-sobre-a-amazonia-no-youtube/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LIMA, Patrícia Medeiros de. **O micromundo dos jornalistas de dados no Brasil: carreira profissional e construção de identidade**. 2021. 436 f. Tese (Doutorado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231087/PJOR0172-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. Jornalismo computacional em função da “Era do Big Data”. **Libero**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 45-52, dez. 2011. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/329>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LINKSVAYER, Mike. Usando e compartilhando dados: a letra da lei, a letra miúda e a realidade. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 222-227.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LORENZ, Mirko. Por que os jornalistas devem usar dados? In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 10-12.

MACIEL, Alice; FONSECA, Bruno. **Empresa de aliado de Lira que vende kit com sobrepreço lucrou R\$ 9 milhões em um ano**. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/empresa-de-aliado-de-lira-que-vende-kit-com-sobrepreco-lucrou-r-9-milhoes-em-um-ano/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MAGALHÃES, Eleonora de. Jornalismo político no Brasil: polarização estéril ou arena de debates? **Teoria e Pesquisa**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 96-107, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.24204>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. Brasília: Brasiliense, 1994. 109 p.

MARQUES DE MELO. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis: Vozes, 2015. 291 p.

MASEDA, Barbara. Texto enquanto dados: encontrando histórias em corpora. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 96-104.

MAZOTTE, Natália. Trabalhando de forma aberta no jornalismo de dados. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados 2**. São Paulo: Abraji, 2021. p. 109-112.

MCGHEE, Geoff. Usando a visualização para contar histórias. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 284-295.

MEDINA, Cremilda. Lugar do jornalista: no centro das tensões. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 23-36.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. 2001. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MISSÃO. Disponível em: <https://thetrustproject.org/about/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MONTANINI, Marcelo. **A desigualdade de gênero na diplomacia no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/17/A-desigualdade-de-genero-na-diplomacia-no-Brasil>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MUNIZ, Bianca *et al.* **Candidatos às eleições deste ano têm R\$ 84 milhões em multas ambientais**. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/08/candidatos-as-eleicoes-deste-ano-tem-r-84-milhoes-em-multas-ambientais/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MUNIZ, Bianca *et al.* **Maioria dos ônibus que transportaram terroristas são do Paraná e São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/01/maioria-dos-onibus-que-transportaram-terroristas-sao-do-parana-e-sao-paulo/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NASCIMENTO, Taynara da Silva; BRAVO, Mirella. **O jornalista multitarefas nas redações multimídias**. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0554-1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

NOSSA Equipe. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/sobre/Nossa-Equipe>. Acesso em: 02 abr. 2023.

NOSSA História. Disponível em: <https://thetrustproject.org/about/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

O QUE fazemos. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PAVLIK, John V.; MOREIRA, Sonia Virginia. O impacto das novas tecnologias da informação na prática do jornalismo. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 139-150, jun. 2000.

PERES, João; POMAR, Marcos Hermanson. **Com Bolsonaro, preço das terras dobrou em capitais do agronegócio em Mato Grosso**. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/02/01/preco-das-terras-do-agronegocio-em-mato-grosso-dobrou-com-bolsonaro-2/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PODER360. **Estatística de morte por covid de veículos da mídia é igual à do governo.**

2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/midia/estatistica-de-morte-por-covid-de-veiculos-da-midia-e-igual-a-do-governo/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

POLÍTICA de reprodução de conteúdos. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

POR que devo apoiar o Intercept? Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

POR que fazemos. Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PROJETO CTRL+X. Disponível em: <https://abraji.org.br/projetos/projeto-ctrl-x>. Acesso em: 20 abr. 2023.

QUEM somos. 2020. Disponível em:

<https://plataforma-72horas.medium.com/72-horas-quem-somos-69cb31f79da9>. Acesso em: 25 abr. 2023.

QUEM Somos. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

QUEM somos. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

REBELLO, Aiuri. **Ninguém lucrou tanto no primeiro turno das eleições quanto Meta e Google.** 2022. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2022/10/12/ninguem-lucrou-tanto-no-primeiro-turno-das-eleicoes-quanto-meta-e-google/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ROSSETO, G. P. N.; SILVA, A. M. **Agenda setting e framing: detalhes de uma mesma teoria?**

Intexto, Porto Alegre, UFRGS, número 26, 2012, p. 98 – 114.

SABRINA, Felipe. **Omissão do governo tirou R\$ 117 milhões de multas ambientais dos cofres do Mato Grosso.** 2022. Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2022/06/13/mato-grosso-tirou-117-milhoes-multas-ambientais/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo.** São Paulo: Paulinas, 2012.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas.** Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 109-140.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas.** Rio de Janeiro: Record, 2006. 306 p.

SEGALA, Mariana. **Siga os Números.** Uberlândia: [S.N], 2017. Disponível em:

<https://sigaosnumeros.wordpress.com/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SEGNINI, Giannina. Como o uso de dados está mudando o jornalismo. Entrevista concedida a Mariana Vick. **Nexo Jornal**, São Paulo, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/10/18/Como-o-uso-de-dados-est%C3%A1-mudando-o-jornalismo>. Acesso em: 26 out. 2022.

SEIBT, Taís. **O avanço do jornalismo de dados nas universidades brasileiras**. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-avan%C3%A7o-do-jornalismo-de-dados-nas-universidades-brasileiras>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Vitória Régia da. **Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+**. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/eleitos-lgbtqia/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade II: A pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (ORG.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, p. 11- 30.

SOBRE a AJOR. Disponível em: <https://ajor.org.br/sobre-a-ajor/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SOBRE o Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/sobre/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SOBRE o Nexo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/sobre/Sobre-o-Nexo>. Acesso em: 02 abr. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, dez. 2006.

SOUZA, Caroline; PRETTO, Nicholas. **Os efeitos da insegurança alimentar na autoestima dos brasileiros**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/07/14/Os-efeitos-da-inseguran%C3%A7a-alimentar-na-autoestima-dos-brasileiros>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SOUZA, Caroline; ZANLORENSSI, Gabriel. **Resultado das eleições presidenciais de 2022, por município**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/10/03/Resultado-das-eleicoes-presidenciais-de-2022-por-municipio>. Acesso em: 05 abr. 2023.

STARKMAN, Dean *et al.* **Frequently asked questions about the Pandora Papers and ICIJ**. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/frequently-asked-questions-about-the-pandora-papers-and-icij/>. Acesso em: 26 out. 2022.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l], v. 2, n. 2, p. 31-38, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2139>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TEIXEIRA, Tattiana. Infografia como narrativa jornalística: uma discussão acerca de conceitos, práticas e expectativas. In: Encontro da Compós, 18., 2009, Belo Horizonte. **Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo**. Belo Horizonte: Compós, 2009. p. 1-18. Disponível em:

https://www.academia.edu/12016425/Infografia_como_narrativa_jornal%C3%ADstica_uma_discuss%C3%A3o_acerca_de_conceitos_pr%C3%A1ticas_e_expectativas. Acesso em: 05 mar. 2023.

TEIXEIRA, Tattiana. Metodologias de Pesquisa sobre Inforafia no Jornalismo Digital – uma análise preliminar. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5., 2007, Sergipe. **Encontro Nacional**. Sergipe: Sbpjor, 2007. p. 1-15. Disponível em: http://sbpjor.org.br/admjor/arquivos/coordenada_2_.tattiana_teixeira.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

THE State Of Data Journalism 2022. 2022. Disponível em: <https://datajournalism.com/survey/2022/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **ENTREVISTANDO PLANILHAS**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no brasil. 2014. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6841>. Acesso em: 12 fev. 2023.

TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo Guiado por Dados no Brasil. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 36-41.

VERMANEM, Jerry. Por que o Jornalismo de Dados é importante? In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. (eds.). **Manual de Jornalismo de Dados**. São Paulo: Abraji, 2014. p. 14-15.

ZANLORENSSI, Gabriel; GOMES, Lucas. **Bolsas da Capes e CNPq completam 9 anos sem reajuste**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/03/23/Bolsas-da-Capes-e-CNPq-completam-9-anos-sem-reajuste>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ZANLORENSSI, Gabriel; FRONER, Mariana. **O histórico das eleições para governadores desde 1982**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2022/11/01/O-histórico-das-eleições-para-governadores-desde-1982>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ZANLORENSSI, Gabriel; HARO, Emilio. **O seu salário diante da realidade brasileira**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/interativo/2022/06/06/O-seu-salario-diante-da-realidade-brasil>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ANEXO A – LINK DAS REPORTAGENS ANALISADAS

Reportagem 1: [Empresa de aliado de Lira que vende kit com sobrepreço lucrou R\\$ 9 milhões em um ano - Agência Pública \(apublica.org\)](#)

Reportagem 2: [MEC de Bolsonaro nega Bolsa Permanência a 6 em cada 10 alunos indígenas e quilombolas - Agência Pública \(apublica.org\)](#)

Reportagem 3: [Candidatos às eleições deste ano têm R\\$ 84 milhões em multas ambientais - Agência Pública \(apublica.org\)](#)

Reportagem 4: [Dívida de igrejas com a União dobrou durante governo Bolsonaro - Agência Pública \(apublica.org\)](#)

Reportagem 5: [Maioria dos ônibus que transportaram terroristas são do PR e SP \(apublica.org\)](#)

Reportagem 6: [Bolsas da Capes e CNPq completam 9 anos sem reajuste | Nexo Jornal](#)

Reportagem 7: [Os efeitos da insegurança alimentar na autoestima dos brasileiros | Nexo Jornal](#)

Reportagem 8: [Resultado das eleições presidenciais de 2022, por município | Nexo Jornal](#)

Reportagem 9: [A desigualdade de gênero na diplomacia no Brasil | Nexo Jornal](#)

Reportagem 10: [O histórico das eleições para governadores desde 1982 | Nexo Jornal](#)

Reportagem 11: [Planalto é o maior difusor de mentiras sobre a Amazônia no YouTube \(intercept.com.br\)](#)

Reportagem 12: [Mato Grosso perdeu R\\$ 117 milhões de multas ambientais \(intercept.com.br\)](#)

Reportagem 13: [Ninguém lucrou tanto nas eleições quanto Meta e Google \(intercept.com.br\)](#)

Reportagem 14: [Clubes de tiro explodiram em áreas de conflito da Amazônia \(intercept.com.br\)](#)

Reportagem 15: [Com Bolsonaro, preço de terras do agronegócio dobra em MT \(intercept.com.br\)](#)

Reportagem 16: [Gênero e Número | Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+ \(generonumero.media\)](#)

Reportagem 17: [Gênero e Número | Mais mulheres, mais negros, menos avanço \(generonumero.media\)](#)

Reportagem 18: [Gênero e Número | Mães solo quilombolas e rurais enfrentam insegurança alimentar, enquanto dinheiro da merenda não chega às escolas \(generonumero.media\)](#)

Reportagem 19: [Gênero e Número | Brasil limita informação sobre acesso ao aborto legal \(generonumero.media\)](#)

Reportagem 20: Gênero e Número | 8M: dezoito estados e DF descumprem LAI e não fornecem dados sobre violência contra as mulheres (generonumero.media)